



enfrentamento dos efeitos do racismo, cissexismo e transfobia na saúde mental

Organizadoras:
Neon Cunha | Liamar Oliveira
Jussara Dias | Clélia Prestes



BANDARA
EDITORA

À população trans e travesti

enfrentamento dos efeitos do racismo, cissexismo e transfobia na saúde mental

Organizadoras:

Neon Cunha | Liamar Oliveira
Jussara Dias | Clélia Prestes

BANDARA
EDITORA

 **INSTITUTO
AMMA**
PSIQUE E NEGRITUDE

Ficha Técnica

Direção Editorial | **Joselicio Junior**

Revisão | **Eveline Silva**

Projeto gráfico e diagramação | **Estúdio Flicts**

Arte de capa | **Neon Cunha**

Esta publicação é resultado do Projeto Enfrentamento dos efeitos do racismo, cissexismo na saúde mental, co-financiado pelo Governo Federal da Alemanha.

Editora Dandara

www.dandaraeditora.com.br

O Enfrentamento dos efeitos do racismo, cissexismo e transfobia na saúde mental / organizadoras Neon Cunha ... [et al.]. -- São Paulo : Editora Dandara : Instituto AMMA Psique e Negritude, 2021.

Outras organizadoras: Lيامar de Oliveira, Jussara Dias, Clélia Prestes
ISBN 978-65-88586-14-3

1. Identidade de gênero 2. Psicologia 3. Racismo 4. Relações Raciais 5. Transfobia 6. Saúde Mental I. Cunha, Neon. II. Oliveira, Lيامar de. III. Dias, Jussara. IV. Prestes, Clélia

21-90762

CDD-302.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Relações raciais e de gênero : Psicologia social
302.63

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964





Instituto AMMA Psique e Negritude

www.ammapsique.org.br

Colegiado de Coordenação

Clélia Prestes

Emiliano de Camargo David

Deivison Mendes Faustino

Jussara Dias

Liamar Oliveira

Marcio Farias

Marcos Amaral

Maria Cristina Francisco

Maria Lúcia da Silva

Coordenação do Projeto

Jussara Dias

Equipe do Projeto

Alessandro Dias

Clélia Prestes

Ferícia Lopes

Jussara Dias

Liamar Oliveira

Liliane Azevedo

Neon Cunha

Assessoria

Deivison M. Faustino

O que pode um corpo sem juízo?

Quando saber que um corpo abjeto se torna um
corpo objeto e vice-versa?
Não somos definidos pela natureza assim que
nascemos, mas pela cultura que criamos e somos criados.

Sexualidade e gênero são campos abertos de nossas
personalidades e preenchemos conforme absorvemos
elementos do mundo ao redor.

Nos tornamos mulheres ou homens,
Não nascemos nada
talvez nem humanos nascemos
Sob a cultura, a ação do tempo, do espaço, história,
geografia, psicologia, antropologia,
nos tornamos algo
Homens, mulheres, transgêneros, cisgêneros,
heterossexuais, homossexuais, bissexuais,
e o que mais quisermos, pudermos ou nos dispusermos a ser.

O que pode o seu corpo?

Jup do Bairro

Sumário

- 8** Apresentação
- 18** **PARTE 01**
A Saúde Mental da População Trans e Travesti Importa
- 21** **Saúde Mental da População Trans: Apontar a cisnormatividade para interseccionalizar os corpos**
Jaqueline Gomes de Jesus
- 31** **Formas de Matar, Morrer e Resistir: A saúde mental e integral de pessoas trans negras**
Carolina Lara Ramos de Oliveira
- 49** **Um reescrever de si: A intersexualidade no caminho do verdadeiro Eu**
Amiel Modesto Vieira
- 63** **Aprendi no Mundo a Soletrar: religare mas não me “mataré”**
Thiffany Odara Lima da Silva
- 81** **O Corpo Trans-Migrante e o Vácuo Cis**
Neon Cunha e Sara Wagner York
- 93** **Atletas Trans no Brasil: Agenda e desafios políticos**
Leonardo Morjan Britto Peçanha
- 107** **Constituição do Orgulho: visibilidade como instrumento de transformação**
Luanda Pires
- 122** **Luta por Mim**
Jup do Bairro & Mulambo
- 126** **PARTE 02**
Entrevistas
- 127** **Entrevista 1 - Afetividade, Religiosidade e Ativismo**
- 149** **Entrevista 2 - Masculinidades Negras**
- 174** **PARTE 03**
Estratégias de Enfrentamento dos Efeitos do Racismo, Cissexismo e Transfobia na Saúde Mental
- 175** **Diálogos sobre Racismo & Cissexismo & Transfobia: Uma ação de caráter multiplicador para garantia da saúde mental**
- 192** **Anexos**

APRESENTAÇÃO

Este livro é produto do Projeto **Enfrentamento dos efeitos do racismo, cissexismo e transfobia na saúde mental**, realizado em 2021, em São Paulo, pelo Instituto AMMA Psique e Negritude, com o apoio do Governo Federal da Alemanha.

O Instituto AMMA Psique e Negritude é uma organização da sociedade civil, fundada em 1995, por um grupo de psicólogas, com o objetivo de trabalhar as relações raciais e de gênero por meio de uma abordagem psicossocial. O grupo atua nos campos da saúde, da educação e dos direitos humanos, e tem por missão construir estratégias para a identificação, elaboração e desconstrução do racismo e sexismo, assim como de seus efeitos psicossociais, para promoção de relações raciais e de gênero saudáveis¹.

Ao longo de seu percurso, o AMMA tem atuado por meio de uma abordagem teórico-vivencial. Isso significa que, além de tratar as questões pela via teórica e expositiva, oferecemos espaços vivenciais para o aprofundamento do conteúdo tratado, buscando propiciar a prática de “olhar para si” e se incluir no contexto dos problemas sociais, com a certeza de que não nos transformamos se não nos implicamos.

Nesse sentido, temos priorizado atividades de formação sobre psicologia e relações raciais, além de se envolver em ações de cuidado, principalmente no âmbito coletivo ou institucional. Também temos participado do movimento negro e de mulheres negras e dialogado com o meio acadêmico e com os conselhos de classe, sempre defendendo a saúde mental que passa pela garantia de direitos, pela defesa do reconhecimento dos referenciais negros e feministas negros e pela valorização das formas solidárias de se viver.

¹ Para mais informações a respeito do Instituto AMMA, acesse o site <http://www.ammapsique.org.br/quem-somos.html>

Formas solidárias de se viver: que desafio! Assim, resta responder por que somente após 25 anos de existência, nós, do AMMA, fomos tocades² e nos comprometemos institucionalmente com o enfrentamento da violência praticada contra a população trans, especialmente mulheres transexuais e travestis negras. Por que ficamos tanto tempo omissoes diante dessa realidade?

Jaqueline Gomes de Jesus alerta para parte desse desafio em um artigo intitulado ‘A verdade cisgênero’, de 2015, onde propõe uma reflexão sobre o privilégio da ‘cisgeneridade’ para problematizar o processo de invisibilização de travestis e/ou mulheres transexuais na sociedade brasileira.

Como afirma:

Particularmente para as pessoas trans transfeministas (não estou sendo redundante), sua experiência de vida, e o conhecimento que tinham de como o termo “transgênero” — originalmente criado por pessoas cisgênero que objetivavam o controle sobre corpos — ou “trans” era usado, mostravam-lhes que, no dia-a-dia, mais que ser tão-somente uma marca aplicada às pessoas que não se identificam com o gênero que lhes era imposto socialmente; por parte das pessoas que não são trans, ao se reconhecerem como tais, a definição do outro como trans não era acompanhada de um posicionamento grupal frente a essa construção social chamada “gênero”. Quero dizer, as pessoas não-trans não percebiam que também tinham identidade de gênero; e que detinham privilégios em função disso.³

E, ainda na mesma direção, Beatriz Guimarães (2013) define a “supremacia cis”, assim:

² O uso da linguagem neutra tem o intuito de incluir, desde a linguagem, todas as pessoas que possuem identidade de gênero que se alocam no termo guarda-chuva *população trans*.

³ <https://blogueirasfeministas.com/2015/01/28/a-verdade-cisgenero/>

Supremacia cis é toda vez que nos perguntam sobre nossas genitais;
É toda vez que nos dizem como nos vestir;
É toda vez que nos dizem como nos comportar;
É toda vez que dizem “homens, mulheres e travestis”;
É toda vez que nos perguntam sobre nossa vida pré-transição;
É toda vez que dividimos nossa vida em narrativas higienizadas baseadas na ideia da “transição”;
É toda vez que escondemos nossas dúvidas;
É toda vez que nossas dúvidas, comportamentos, vestimentas e reações estão sob escrutínio muito mais intenso que o de qualquer pessoa cis estaria;
É toda vez que nos olham feio na rua;
É toda vez que riem de nós;
É toda vez que falam nossos nomes civis em voz alta;
É toda vez que somos piadas;
É toda vez que nos assassinam.⁴

Essas e outras provocações que interrogam sobre a violência vivida de diversas formas e continuamente pela população trans e sobre a invisibilidade desse debate na agenda do movimento negro, de sua parte, nos permitiram questionar a nossa omissão, e, sobretudo, nos convocaram a pensar a luta antirracista em toda a sua complexidade e intersecções, aqui destacamos o cissexismo. Enquanto isso, a prática clínica, a qual nos dedicamos, demanda respostas e ações, quase que imediatas. Partindo desse contexto, quer dizer, o da clínica, o AMMA buscou acesso mais sistematizado a dados sobre a violência (simbólica e física) vivida pela

4 <https://feminismotrans.wordpress.com/2013/07/24/por-uma-resistencia-radical-contra-a-supremacia-cis/>

população trans e travesti e identificou o grande impacto em sua saúde mental.

De acordo com os dados obtidos junto a ONG Transgender Europe – TGEU que monitora sistematicamente dados de homicídios de pessoas trans e com diversidade de gênero em todo o mundo, em 2020, uma vez mais, o Brasil foi o país que registrou o maior número de assassinatos de pessoas trans. Nos dados levantados pela pesquisa, 98% das pessoas trans assassinadas em todo o mundo expressavam o gênero feminino, sejam travestis ou mulheres transexuais; 82% dos assassinatos aconteceram na América Central e do Sul; 43% dos assassinatos registrados ocorreram no Brasil. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, no ano de 2020, no Brasil, pelo menos 175 pessoas trans foram assassinadas, todas expressavam o gênero feminino, sejam travestis ou mulheres transexuais. O Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras⁵ descreve o perfil dessa população vítima de violência, que se mantém em uma faixa de 80% para travestis e mulheres transexuais negras.

Ainda segundo o Dossiê, essa situação é decorrente do preconceito e da discriminação que promovem exclusão social, aumentando a condição de vulnerabilidade e causando danos à saúde mental da população trans e travesti.

Os referidos dados se agravam ainda mais se constatamos o impressionante apego que a humanidade tem ao que é estrutural, infinitamente maior ao que é ético ou moral. Nem mesmo em uma das conjunturas mais trágicas da história contemporânea, na qual todo o planeta esteve

⁵ Para acessar os Dossiê publicados oficialmente pela ANTRA acesso o link <https://antrabrasil.org/assassinatos/>

ameaçado de morte por Covid-19, o racismo, o sexismo, o cissexismo estruturais se abalaram.

O projeto que gerou este livro nasceu da indignação diante de tal cenário e, ao mesmo tempo, do fato de nos sentirmos convocados pelo clip “Luta por mim”, gravado por Jup do Bairro e Mulambo⁶.

A proposta desenhada pretendeu contribuir na ampliação do diálogo entre os movimentos negro e lgbTqia+ e entre os profissionais de saúde sobre a violência vivida pela população trans, em especial sobre a situação das travestis e mulheres transexuais negras. Trata-se de uma iniciativa somada aos esforços previstos pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, pela Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e pelo Protocolo para o atendimento de pessoas transexuais e travestis no município de São Paulo, ao explicitar a violenta intersecção entre racismo e transfobia como determinantes sociais de saúde e doença, enfatizando, com isso, a responsabilidade do Sistema Único de Saúde com a promoção da saúde integral dessa população.

A estratégia para realizar este diálogo foi pautada pela troca de conhecimentos para leitura crítica e compromisso político para o enfrentamento dos efeitos do racismo, cissexismo e transfobia na promoção da saúde mental. Tudo isso a partir de eixos temáticos formativos e propositivos.

Na primeira parte, o leitor contará com sete artigos que, na sequência, tratam da saúde mental da população trans, em contexto pautado pelo cissexismo, pela transfobia e pelo racismo.

⁶ Música: LUTA POR MIM, Jup do Bairro. Álbum CORPO SEM JUÍZO (2020). disponível em; <https://www.youtube.com/watch?v=uaBu8BAzyHs>

Jaqueline Gomes de Jesus abre os trabalhos e nos leva por uma consistente discussão a partir de sua experiência como psicóloga, pesquisadora e docente, e de seus estudos sobre subjetividade, questões trans e raciais, enquanto defende a “Saúde mental da população trans: apontar a cisnormatividade para interseccionalizar os corpos”. Trata-se de um texto necessário para a compreensão dos prejuízos da cisnormatividade e para a revisão dos cuidados de pessoas trans.

Carolina Iara Ramos de Oliveira traz, então, um lindo texto sobre “Formas de matar, morrer e resistir: a saúde mental e integral de pessoas trans negras”. Ela fala sobre transgeneridade e travestilidade negras, e, pela metodologia da autoetnografia, aborda sua experiência como intersexo e transvesti negra, para chegar à dimensão macro das experiências, discutindo políticas públicas.

Em seguida, temos o emocionante capítulo de Amiel Vieira, “Um reescrever de si: a intersexualidade no caminho do verdadeiro eu”. Novamente, a narrativa em primeira pessoa tem espaço como metodologia, com a autoetnografia performática, e vamos acompanhando as experiências de uma criança intersexo, as questões de direitos negados em contexto de intersexualidade, e, ao final, Amiel nos convida a sermos aliadas contra as mutilações genitais.

Com Thiffany Odara Lima da Silva, chegamos à discussão de temas importantes e que ela nos ensina como conciliar. O título do capítulo é “Aprende no mundo a soletrar: religare mas não me ‘matar’”, e ela trata dos terreiros como espaços religiosos que em seus territórios agregam a transmissão de elementos da ancestralidade, a educação, o incentivo ao engajamento político e à luta por direitos, além da afirmação de identidade afro-brasileira.

Neon Cunha e Sara Wagner York nos oferecem um texto repleto de provocações pertinentes. Aparecem reflexões amadurecidas a partir de pesquisas, atuações militantes, processos pessoais, e das experiências trans/travestis que, mais uma vez, agora neste texto, nos convocam à superação das limitações que o racismo, o cissexismo e a transfobia impõem, e das consequentes violências, em favor da saúde mental.

A partir do texto de Leonardo Peçanha, não só a saúde permanece tema, mas também uma discussão atual, instigante, que é sobre “Atletas Trans no Brasil: agenda e desafios políticos”. Ele nos leva pelo mundo do esporte, para refletirmos sobre especificidades orgânicas, respeito às pessoas trans, atualidades, garantias de direitos e ampliação do reconhecimento das diferentes corporeidades para definição de políticas públicas.

Luanda Pires contribui com sua densa historiografia sobre negligência na garantia de direitos das pessoas LGBTQIAP+ e aponta horizontes de como o conhecimento sobre os direitos e o compromisso coletivo podem reverter a situação. Sua ampla experiência no direito e nas discussões coletivas é compartilhada, inclusive com um material, disponibilizado como anexo, que é um “Quadro Cronológico dos Direitos da Diversidade Sexual e de Gênero”. Suas contribuições são apresentadas para que possamos descortinar caminhos para a luta por direitos para todes.

Na segunda parte, chegam duas lindas entrevistas, que trazem temas igualmente importantes, em tom intimista e reflexivo.

Flip Couto e Kyem Araújo são entrevistados por Marcos Amaral e falam sobre “Masculinidades negras”. Passam por suas experiências pessoais, por desafios coletivos, pela

tecnologia, pelo hip hop, pelas questões trans. Muitas reflexões, narrativas presentes, e assim vão contando sobre romper barreiras.

Alexia Dias e Eliad Santos são entrevistadas por Clélia Pres-tes, emocionante encontro entre religiosas para tratar sobre “Afetividade, religiosidade e ativismo”. Elas contam dos desafios da saúde mental e de seus envolvimento profundos com as respectivas religiosidades como clériga e pastora. Ao encontrarem obstáculos para a vivência de suas experiências espirituais coletivas, o prefixo trans significou não apenas a travestilidade de uma delas, mas a transgressão de exclusões.

Em ambas as entrevistas figuram narrativas de pessoas que enfrentam a transfobia, o racismo e discriminações correlatas, vivenciando a transgressão de limitações impostas em instituições familiares, culturais, religiosas, escolares e governamentais, entre outras. Elas transpõem muros e fronteiras, trocando afeto, propondo novas organizações sociais, insistindo em sonhar outros mundos, implicadas na busca por reconhecimento para si e para todes.

Na terceira parte, apresentamos a descrição da estrutura e a forma de desenvolvimento do projeto, com os eixos formativo, propositivo e multiplicador. Trazemos uma breve apresentação dos conteúdos das atividades realizadas e desdobramentos.

Por acreditarmos que o projeto pode se constituir em uma experiência replicável, compartilhamos o nosso percurso e te convidamos a trilhar a leitura participando deste diálogo, com o compromisso de luta pela preservação da vida e da saúde da população trans e travesti.

PARTE 01

**A SAÚDE
MENTAL DA
POPULAÇÃO
TRANS É
TRAVESTI
IMPORTA**

SAÚDE MENTAL!?

Resistir, ter coragem, mostrar a nossa força e buscar o que acreditamos ser o ideal.

Com tanta desigualdade, discriminação e desumanização, como podemos encontrar a tão necessária saúde mental?

Portas fecham, estigmas e violências em muitas esferas, fazem com que as oportunidades nunca existam para nós.

Pensar nos passos e força dos nossos ancestrais, dos mais velhos e em nossa espiritualidade, nos faz lembrar que nunca estivemos sós.

A dinâmica da sociedade nos coloca sempre umas contra as outras.

Competitividade desenfreada, quem está mais próxima a um padrão que não foi criado para as nossas.

Encontrar afeto e apoiar umas às outras para hackear os espaços que nos foram negados histórica e sistematicamente.

Fortalecer os laços e construir uma rede e um futuro coletivo.

Agradecer por cada dia e por toda a nossa proteção, buscando sempre formas novas de proteger e reenergizar o nosso coração.

Patrícia Borges

SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO TRANS:

apontar a cisnormatividade
para interseccionalizar
os corpos

Jaqueline Gomes de Jesus

“Por que o Movimento Social de Negras e Negros não me abraça? Por que não me ouve mesmo quando eu grito? Por que o Movimento Social de Negras e Negros continua ignorando de forma sistemática a situação de exclusão e violência que incide sobre as existências de travestis e mulheres transexuais negras? A resposta se anuncia, mas não pode ser tomada como algo preciso”. (OLIVEIRA, 2020, p. 173).

A categoria “gênero”, enquanto não redutível ao “sexo” biológico (este não redutível ao postulado da genitália), e ao contrário do senso comum, dissociável deste (JESUS, 2014), ao mesmo tempo não poderia se desvincular da sociedade onde é vivida e regulada, de tradição cultural judaico-cristã, por meio dos símbolos de uma cultura estruturalmente racista (ALMEIDA, 2018), por meio de instrumentos legais e burocráticos, fetichizados na forma de carteiras de identidade, crachás, frequências, contracheques, entre outros documentos oficiais. A verossimilhança na semântica dos termos referentes ao órgão genital “pênis” e a “documentos”, na língua portuguesa do Brasil, profundamente generificada e falocêntrica, não é obra do acaso.

Tal embate entre gênero e dissidências à norma cisgênera se expressa inclusive no *setting* terapêutico, como apontam Stona e Ferrari (2021), marcado por essencialismos que os profissionais da escuta, particularmente os do campo psi, analistas com maior preocupação com o respeito à singularidade dos indivíduos, buscam subverter, o que exige dispositivos de formação diversos dos tradicionalmente aplicados na clínica, saindo da não-escuta para novas enunciações.

As identidades trans, como fenômenos identitários, apontam para os limites discursivos do dimorfismo e trazem desafios clínicos que exigem uma abordagem acadêmica, necessariamente permeada por uma perspectiva ético-política particu-

lar, que categorizo como transfeminista. Na intersecção, ou encruzilhada, da cultura cisnormativa com o cotidiano das pessoas trans, encontramos objetificação que incorre tanto na tentativa transfóbica de resumir sua humanidade ao erótico, senão ao pornográfico, no que tange à marginalização imposta tradicionalmente às travestis e mulheres trans, quanto em sofrimento e negação de direitos:

“Cisnormatividade e transfobia são fenômenos globais, apesar da variedade como essas dimensões de opressões se manifestam ao redor do mundo (...). Uma abordagem interseccional para o ativismo trans considera como múltiplos sistemas de dominação (e.g., racismo, classismo, capacitismo) se conexão e conjugam com transfobia e cisnormatividade para criarem danos adicionais contra pessoas trans que são parte de múltiplos grupos sociais minorizados, especialmente pessoas trans de cor”. (GOLDBERG & BEEMYN, 2021, p. 7).

A Lei, enquanto fundada em normas sociais cissexistas, por meio de seus executores, nega direitos fundamentais a pessoas que vivenciam identidades de gênero trans, ou transgêneras, tais como o direito à dignidade, mas principalmente o direito à *identidade*, uma identidade que não é provisória ou lúdica, apesar dos estereótipos e pré-juízos em contrário ou da confusão historicamente fundamentada, e reiterada pela Sociedade do Espetáculo, da travesti ou mulher trans como se transformista ou *drag queen* fosse. Um pré-julgamento decorrente do discurso social sobre os corpos trans, mas que se torna pré-discursivo, dado que o próprio corpo passa a ser produzido pelos projetos coloniais que materializam o sexo e generificam as existências entre machos e fêmeas adequados ao sistema (VERGUEIRO, 2018): eis um tema cis.

O sexismo se fundamenta na crença de que o sexo biológico

é necessariamente binário (macho e fêmea) e determinante das identidades e papéis sociais. Ao invés dessa representação social acerca da Biologia, consideremos a posição da própria ciência biológica, para a qual somente algumas espécies (sexo não é universal) dividem-se em duas ou mais categorias (sexo não é necessariamente binário) complementares que podem combinar o seu material genético para reprodução, denominadas “sexos”, e ser fêmea ou macho em uma espécie pode significar papéis totalmente inversos em outras (ROUGH-GARDEN, 2005). Apesar de erroneamente ser confundida e amplamente utilizada como sinônimo de sexo, conforme crítica de Dawkins (2007), o gênero é uma categoria que se refere ao conjunto de características que definem diferenças sociais entre homens e mulheres (MONEY, 1955).

A famosa frase de Simone de Beauvoir em seu livro *O Segundo Sexo* (BEAUVOIR, 2009), de que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (v. 2, p. 9), apesar do contexto particular em que foi concebida, bem caracteriza a questão do gênero e pode ser utilizada para nos introduzir à discussão sobre as pessoas trans, que tal como os ditos homens e mulheres cis, vivem a construção de suas identidades masculinas, femininas, ou não binárias no dia-a-dia.

As pessoas trans adéquam o seu corpo ao gênero com o qual se identificam, tal qual as pessoas cis. Desse modo, onde o gênero se coloca, no contexto das identidades trans, em lugar diferente das cis?

Quando se compartilha com Butler (1993, 2003) a noção de que o primado do sexo biológico não se impõe sobre o gênero, os quais se produzem discursivamente (ambos), é central reconhecer que o ideal normativo do sexo é incapaz de explicar a pluralidade de identidades de gênero identificadas ao longo da

História da humanidade: a transpluralidade desafia a cisnorma.

É parte do dispositivo da cisnormatividade adoecer as pessoas trans ao localizar as suas demandas por reconhecimento social e legal enquanto “invenção”, “loucura” ou “bobagem”. A transfobia, assim, é um dos sintomas dessa cisnorma, expressão cotidiana desse estereótipo, como se a “cura” dessa “doença” somente se desse pelo bisturi ou pela faca. Há sempre algo de diagnóstico antecedendo um desses instrumentos, seguido de uma conversa afiada:

“Os currículos acadêmicos acionam perspectivas das teorias clínicas, dos psicodiagnósticos, das entrevistas psicológicas, das psicopatologias, dentre diversos outros componentes curriculares; Entretanto, há um atravessamento de currículos ocultos que também constituem a escuta clínica (...), trata-se dos padrões socioculturais hegemônicos da vida comunitária, que são transmitidos de modo informal”. (STONA & CARRION, 2021, p. 45).

Essa transfobia estrutural se expressa por meio das instituições. Como efeito imediato da concepção excludente acima exposta, os procedimentos de saúde que eventualmente se voltam para as pessoas trans por vezes retomam um desrespeito em relação a sua autopercepção e uma tentativa de domínio sobre suas identidades, por meio do controle sobre o direito ao reconhecimento do gênero e sobre o próprio processo de intervenção corporal (ALMEIDA, 2010).

Entretanto há avanços. Como aponta Simpson (2015), apesar de questões relativas à saúde trans, na perspectiva do Sistema Único de Saúde (SUS), ainda serem ignorados até mesmo entre acadêmicos, a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT, instituída em 2012, possibilitou, primeiramente, um maior trânsito da população dentro da

organização de saúde, impulsionando uma nova forma de pensar a política pública a partir das contribuições e participação das organizações da sociedade civil, até mesmo como profissionais, gestores e pesquisadores da saúde.

Situações desumanizadoras consideradas menores, ou meramente “desagradáveis”, como o não atendimento ou o desrespeito ao gênero, são em geral decorrentes de uma atitude alienada de trabalhadores da saúde dominados pela naturalização da cisnorma, configurando violência psicológica, senão assédio, pela recorrência, que necessariamente afetam o campo da saúde mental, repleto de atravessamentos socioculturais:

“(…) não é possível discutir Saúde Mental sem problematizar quais as práticas e ideologias que embasam as ações e o percurso sócio-histórico de conformação de relações sociais, refletindo nestas, inclusive, as direções às quais se assume o exercício de influência, controle e dominação”. (ROCHA, TORRENTÉ & COLHO, 2021, p. 53).

Entre os danos identificados em decorrência da transfobia estrutural, reconhecem-se: “problemas crônicos de saúde e sentimentos persistentes de alienação, ansiedade, raiva, depressão, medo, hipervigilância, fadiga, desesperança e/ou suicidabilidade” (NORDMARKEN, 2014, p. 130), acentuados pela compreensão, por parte dos agressores transfóbicos, de uma alteridade em termos de características subalternizadas em torno de raça, gênero, classe ou deficiência.

Essa constatação foi reiterada em nosso estudo sobre saúde mental de minorias sexuais e de gênero, realizado em seis países de baixa e média renda (Brasil, Cambodja, El Salvador, Índia, Quênia e Vietnã), no qual observamos uma relação nefastamente sinérgica entre experiências de discriminação e violência com

transtornos mentais como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e suicidabilidade (MALTA e cols., 2020).

Em consonância com nossas considerações em Jesus e cols. (2020), concluímos que a falta de visão “racialmente cega” (utilizando-se aqui o vernáculo precariamente adaptado ao problema) sobre a população LGBTI+, particularmente sobre a diversidade sexual e étnico-racial das pessoas trans, têm impactado negativamente as pesquisas e intervenções sobre a saúde dessa população, principalmente no que concerne ao acesso pleno aos cuidados em saúde, de forma geral, e reconhecendo as nuances de saúde mental e física por ela vivenciada.

Como ensinado por Mbembe (2018), o racismo se projeta para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois enquanto manifestação de poder, expressa a necessidade de controle sobre os grupos vulnerabilizados por meio da ideologia de negação da humanidade, da dominação e da subjugação, a fim de manter hegemonias, em cada estamento social, que não prejudiquem o ideário da branquitude. Esta, igualmente, está orientada por uma norma cisgênera. Faz-se mister uma crítica à cisnormatividade, na forma mínima de elaboração, mesmo que no contexto clínico, para que a saúde mental das pessoas trans não mais passe em branco.

Jaqueline Gomes de Jesus

Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (DIHS/ENSP/FIOCRUZ). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Ensino de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PROFHISTÓRIA/UFRRJ). Doutora em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB), com pós-doutorado pela Escola Superior de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Pesquisadora-líder do ODARA – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade do Instituto Federal do Rio de Janeiro (CNPq) e presidenta da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH).

Referências Bibliográficas

Almeida, G. S. (2010). *Reflexões iniciais sobre o processo transexualizador no SUS a partir de uma experiência de atendimento*. Em M. Arilha, T. S. Lapa, T. C. Pisaneschi (orgs.), **Transexualidade, travestilidade e direito à saúde**. São Paulo: Oficina Editorial.

Almeida, S. (2018). **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros.

Beauvoir, S. (2009). **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Butler, J. (1993). **Bodies that matter: on the discursive limit of sex**. New York: Routledge.

Butler, J. (2003). **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Dawkins, R. (2007). **O gene egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras.

Goldberg, A. E., Beemyn, G. (2021). **The SAGE encyclopedia of trans studies**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Jesus, J. G. (2014). Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas Humanistica**, n. 78, pp. 241-257. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.UH78.gsef>

Jesus, J. G., Belden, C. M., Huynh, H. V., Malta, M., LeGrand, S., Kaza, V. G. K., Whetten, K. (2020). *Mental health and challenges of transgender women: A qualitative study in Brazil and India*. **International Journal of Transgender Health**, v. 21, n. 4, pp. 418-430. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/26895269.2020.1761923>

Malta M.; Jesus, J. G., LeGrand, S., Seixas, M., Benevides, B., Silva, M. D. D., Lana, J. S., Huynh, H. V., Belden, C. M.,

Whetten, K. (2020). “*Our life is pointless...*”: *Exploring discrimination, violence and mental health challenges among sexual and gender minorities from Brazil*. **Global Public Health**, v. 15, n. 10, pp. 1463-1478. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32436430>

Mbembe, A. (2018). **Crítica da razão negra**. São Paulo: N1-Edições, 2018.

Nordmarken, S. (2014). *Microaggressions*. **Transgender Studies Quarterly**, v. 1, n. 1-2, pp. 129–134. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/23289252-2399812>

Money, J. (1955). *Hermaphroditism, gender and precocity in hyperadrenocorticism: Psychologic findings*. **Bulletin of the Johns Hopkins Hospital**, 96, 253–264.

Oliveira, M. R. G. (2020). **Nem ao centro, nem à margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero**. Salvador: Devires.

Rocha, R. V. S., Torrenté, M. O. N., Coelho, M. T. A. D. (2021). **Saúde mental e racismo à brasileira: narrativas de trabalhadoras e trabalhadores da atenção psicossocial**. Salvador: Devires.

Roughgarden, J. (2005). **Evolução do gênero e da sexualidade**. Londrina: Planta.

Simpson, K. (2015). *Transexualidade e travestilidade na saúde*. Em: Brasil. *Transexualidade e travestilidade na saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.

Stona, J., Carrion, F. (2021). **O cis no divã**. Salvador: Devires.

Stona, J., Ferrari, A. (2021). *Gênero: da formação a não escuta do analista*. Em: J. Stona (org.), **Relações de gênero e escutas clínicas**. Salvador: Devires.

Vergueiro, V. (2018). **Sou travestis: estudando a cisgeneridade como uma possibilidade decolonial**. Brasília: Padê Editorial.

coisas precisam morrer para que outras nasçam
árvores podadas para poderem dar frutos
placentas, corpo, organismos não orgânicos
sintomas de dor, da morte, vida, sabe?
e se a força não mais estiver lá
sei que não fraquejei e você há de lembrar

Jup do Bairro & Mulambo

FORMAS DE MATAR, MORRER E RESISTIR:

saúde mental e integral de
pessoas trans negras

Carolina Iara Ramos de Oliveira

A transgeneridade e travestilidade negras atualmente vivem num vácuo de políticas públicas para saúde mental integral, sobretudo se considerarmos aspectos que transcendem o já tradicional processo transexualizador do Sistema Único de Saúde ou, mais especificamente, a cirurgia de redesignação genital. Ainda podemos destacar a política de resposta ao HIV/aids nas últimas décadas, que acabou concentrando grande parte da assistência e garantia de direito à saúde para a população trans, embora acompanhado de intensa estigmatização pela aidsfobia (PELÚCIO, 2011). Fora dos arcabouços da aids e da cirurgia de redesignação, podemos considerar que pouco se tem feito pela saúde mental de pessoas trans.

Nesse texto vou utilizar a metodologia da autoetnografia, que, segundo Ellis, Adams e Bochner (2011), busca uma descrição densa que é tradicional na etnografia, uma vez que procura elaborar descrições evocativas da experiência pessoal. Isso pode ser alcançado através de experiência cultural em determinado grupo ou território, ou ainda da própria vida da pesquisadora, evidenciados por notas de campo, entrevistas, artefatos, memórias pessoais. Posteriormente comunica-se tudo isso por meio de uma narrativa autoral e pessoal. Nesta narrativa a pesquisadora também é personagem e faz parte do universo de estudo com sua experiência pessoal e seus sentimentos, e de certo modo afeta e é afetada pela cultura que conta, sendo ou não “nativa”. Por esse motivo, eu optei pela autoetnografia como método para contar minha experiência, que para alguns leitores pode se parecer, também, com uma crônica.

Explicado isso, parto do meu próprio processo de percepção enquanto uma pessoa intersexo e trans para refletir um pouco sobre a ausência de políticas públicas para saúde mental de pessoas trans (vou colocar nesse chapéu de pessoas

trans as travestis, mulheres e homens trans, pessoas não-binárias, transmasculines) e de intersexos (pessoas que nascem com aspectos biológicos dos dois sexos estabelecidos pela sociedade, ou, em outras palavras, pessoas com outro sexo biológico fora do padrão binário de masculino-feminino).

Desde pequena tive a percepção de que meu corpo é diferente da maioria das pessoas. Na infância, tenho memórias de parentes e primos da minha mãe que diziam que não dava para saber se eu era menino ou menina, de forma pejorativa, assim como memórias de minha avó se preocupar amorosamente com meu genital. “Essa criança é diferente, tem que proteger ela do mundo”, dizia dona Altina, minha avó, que começou a explicar que eu poderia despertar olhares e atenções dos homens quando eu tinha apenas sete anos de idade. “Não entre no banheiro com outros meninos”, “não deixe homens te tocarem”, “conte pra vó se alguém te olhar demais”, desde pequena tenho esses conselhos de minha mãe e minha avó.

O medo de minha avó e mãe eu só soube nomear já adulta: intersexualidade. Aos seis anos me lembro de realizar uma cirurgia genital complexa, que me deixou vários meses de cama e com sonda na uretra. A cirurgia era para construção da minha uretra, diziam, mas também era para a completar a glândula “malformada” para a Medicina, e caracterizar melhor a genitália para o “sexo masculino” escolhido pela junta médica que me atendera no Hospital Santa Marcelina. Hipospádia proximal era o diagnóstico daquela época, hoje enquadrada enquanto um dos 48 tipos de intersexualidade existentes para a humanidade.

O tanto de dor que eu passei nessa cirurgia é inominável. E aos 12 anos fizeram outra. Minha mãe conta que, quando recém-nascida, eu sofri apenas procedimentos menores que

não são considerados cirurgias. Ou seja, eu passei dos zero aos doze anos sendo moldada para caber num padrão do sistema de sexo-gênero que classifica as pessoas em homem e mulher para que as mulheres possam ser subjugadas pelos homens (RUBIN, 2012). Mais contemporaneamente temos percebido que há outro sistema concomitante a esse chamado de cisgeneridade, que, para manter esse sistema de sexo-gênero de pé, atribui à normalidade [social] e ao que deve ser considerado como seres saudáveis, naturais e verdadeiros apenas as pessoas que se identificam com o sexo que lhes foi designado ao nascimento, nem que tal aceitação seja por coerção (BONASSI, 2017; JESUS, 2011).

Aquelas sondas todas, aqueles curativos, os médicos retirando pontos sem anestésicos, ou fazendo procedimentos de desobstrução da uretra com sonda (e também sem anestésias), tudo era uma tentativa de enquadrar meu corpo nascido diferenciado, híbrido, na lógica branca, patriarcal e produtivista do capitalismo, para que eu estivesse apto para servir como homem negro nesse país-cativeiro de africanos em diáspora e ameríndios desterrados chamado Brasil. Essas lembranças para mim são traumas para toda a vida, e foi somente na travestilidade, na convivência com mulheres trans e travestis que consegui, na adolescência, encontrar alguma nesga de identidade própria, de luz no fim do túnel para o meu bem-estar, e de entendimento no pajubá delas, que diziam que eu era uma “trava amapô”. Amapô, para quem não sabe, é uma mulher cisgênera na língua das travestis e mulheres trans que tem ascendência do yorubá aprendido nos terreiros de Candomblé e Umbanda.

Eu comecei a me rebelar contra toda essa indumentária masculina imposta logo na adolescência aos quinze anos,

sem nenhum tipo de assistência psicossocial do Estado, sem nenhum aconselhamento de psicólogos, terapeutas ou equivalentes. Comecei meu processo de hormonização aplicando mensalmente injeções de anticoncepcional com estrogênio e progesterona, para que os seios que já despontavam naturalmente, antes das injeções, pudessem se desenvolver mais, e meu quadril se alargasse. Minha mãe tem os quadris largos, e eu queria ser parecida com ela. Isso tudo sem nenhuma supervisão médica ou assistencial, porque naquela altura eu sequer sabia que havia necessidade disso. E com os mesmos quinze anos fui apresenta à Avenida, à Pista, assim mesmo em letra maiúscula, quase como uma entidade com vontade própria, com axé e azar, com vida e morte, para aprender a ganhar dinheiro e já “aprender novinha a bater porta”, como dizia algumas amigas sobre o ofício de prostituta.

Na Pista pude vivenciar diversas situações de amizades, de notícias de mortes de amigas, de dois estupros, de medo de apanhar dos clientes, ter de brigar para ser paga, de ter de correr com o salto na mão de grupo de homens com paus e pedras. Foram três anos assim, até os dezoito anos: eu indo duas vezes por semana para a Pista, atendendo clientes de classes sociais distintas próximo ao Cemitério da Vila Formosa. Não fui expulsa de casa, mas o medo de que eu pudesse morrer fazendo programa começou a pesar no ambiente familiar, fazendo com que minha mãe insistisse para que eu “saísse da vida” e fosse procurar emprego. Procurar emprego, vestida como eu gosto de ser, com a identidade que eu queria, começou a se desenhar como uma missão impossível diante de cada negativa dos empregadores. Ninguém queria uma travesti em sua equipe, por mais passável (semelhante ao padrão de feminilidade cisgênera) que eu fosse. O único

caminho que percebi para a empregabilidade foi a destransição, processo do qual retrocede-se na aparência e expressão da transgeneridade ou travestilidade. Doei minhas roupas femininas, queimei minhas perucas, chorei por dias a fio, mas abandonei a expressão feminina do dia a dia para me enquadrar no mercado de trabalho formal, conseguindo um emprego formal num Hospital filantrópico católico.

Nem consigo mensurar o sofrimento emocional que passei para concretizar a destransição, o quanto foi doloroso não ter mais a aparência que eu gostava de expressar. Dói até hoje. Mas posso dizer que dessa dolorosa situação eu pude tirar muitos acessos que são vedados à maioria das mulheres trans e travestis: o concurso público em que passei em 2014 na Prefeitura de São Paulo, a conclusão do Ensino Superior e o ingresso num programa de Mestrado, além da filiação num partido político. Tudo isso eu posso dizer que foi, de certo modo, facilitado com o meu “disfarce” na cisgeneridade, mas com o preço alto da tristeza e das inúmeras vezes em que pensei em morrer. Não havia, nesse sentido, nenhuma política pública de assistência psicológica destinada a pessoas trans a que eu pudesse recorrer com facilidade. E nesse bojo já estava em curso vários desmontes nos Centros de Assistência Psicossocial (os CAPS), então era uma fila de espera gigantesca para conseguir atendimento.

Até hoje, inclusive, a assistência psicológica que tenho é privada, paga pelo meu salário, e não uma política pública. Para mulheres trans que querem fazer a cirurgia genital, logo é apontado o psicoterapeuta para uma patologização da vontade de transformar a genitália, e para ver se de fato aquela pessoa tem certeza do que quer. No entanto, para mulheres trans, intersexos e travestis que passaram por traumas

profundos durante a vida, não é oferecida política pública de saúde mental. O foco dos atendimentos atuais do processo transexualizados ainda é na hormonização e transformação corporal, enquanto que a saúde mental (e eu arrisco a dizer a saúde integral) é negligenciada.

Da minha experiência para o macro: motivos para se desenvolver políticas públicas para pessoas trans, sobretudo negras, no Brasil

O Brasil tem figurado entre os países que mais registra mortes de travestis e mulheres trans no mundo, segundo a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – embora saibamos que pode haver outros países em que se mate tanto quanto mas sequer notificam. Em todo caso, isso é muito grave, e em si já demonstra uma necessidade de política específica para a população LGBTQIA+, sobretudo para pessoas trans e intersexo, para combater aquilo que Ítala Chinazzo et. al. (2019) chama de estresse de minoria.

Desfechos negativos de saúde mental, como depressão, ansiedade, uso de substâncias, tentativa de suicídio e ideia suicida são maiores em grupos socialmente marginalizados, como população negra, refugiados, imigrantes, indígenas, lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans, intersexuais. Entretanto, não há dados divulgados pela OMS especificando a população trans em relação a questões de saúde mental. (CHINAZZO et. al, 2019, p. 5046).

Segundo Chinazzo et. al. (2019), o estresse de minoria pode ser compreendido por três dimensões de impactos do pre-

conceito e da discriminação, a saber: 1) o percebido, que é o explícito da discriminação sofrida, o evento em si, a violência; 2) o antecipado, que é o medo da rejeição, da discriminação, aquele medo de sair na rua ou de ir em algum lugar e sofrer preconceito, o estado de vigilância e ações para se proteger ou se esconder; e 3) o internalizado, que é “quando as atitudes e o preconceito do ambiente social são internalizados pela própria pessoa pertencente ao grupo minoritário”, como se fosse um autoestigma em que a própria pessoa acredita nas coisas negativas atribuídas a si. Essas questões são muito mais profundas com o imbricamento da transgeneridade com o racismo, haja vista que segundo a ANTRA (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2020) cerca de 82% dos assassinatos de pessoas trans e travestis são da população negra. O índice de vulnerabilidade e de estresse com certeza se eleva.

O preconceito contra pessoas trans é um contexto importante para a compreensão de suas experiências quanto à depressão e ao risco de suicídio. Além dos estressores gerais da vida, a população trans também sofre com altos índices de discriminação, violência e rejeição relacionados à sua identidade e/ou expressão de gênero. (CHINAZZO, 2019, p. 5046).

Para melhor entender esse encontro entre o racismo e a transfobia, recorro à categoria analítica da interseccionalidade, bebendo de fontes de autoras como a Patricia Hill Collins, Angela Davis, Lélia Gonzalez, Helena Hirata, para compreender que os marcadores sociais da diferença estão agindo em concomitância, simultaneidade, e a máquina do capitalismo, assim como a própria luta de classes, não funciona separada das estratificações (ou sistemas) de raça e de gênero (esta última onde se encontra a transfobia, a princípio).

Segundo a socióloga Helena Hirata (2013), interseccionalidade é um termo que vem sendo usado para “designar a interdependência das relações de poder” e opressões/explorações. A autora relata a descrição do conceito utilizada pela jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw em 1989, circunscrita a raça, sexo e classe. Hirata (2013) aponta o pioneirismo nos trabalhos da Crenshaw em *stricto sensu*. No entanto, o conteúdo englobado no termo, que é o da análise combinada do entrecruzamento entre opressões de gênero, raça e classe social, ou da diferenciação social, remonta “[...] ao movimento do final dos anos de 1970 conhecido como Black Feminism [...], cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo” (HIRATA, 2013, p. 62).

Lélia Gonzalez, por sua vez, falava disso já no fim dos anos setenta, no que diz respeito à situação brasileira, incluindo com mais ênfase o sexo-gênero. Segundo Gonzalez (1979), há no Brasil uma “divisão racial do trabalho”, e também uma divisão de gênero do mesmo. Enquanto os melhores cargos são ocupados pelos homens brancos, para a população negra é delegada a base piramidal, os trabalhos precários ou o próprio desemprego. As mulheres negras sofrem ainda mais com tal situação, numa tripla opressão.

Nessa perspectiva de tríade de opressões, Gonzalez (1984, p. 225) afirma que o racismo e o sexismo, como estruturantes da sociedade junto com a classe social, estão presentes na formação histórico-social do Brasil, sendo que “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”. Os estereótipos de doméstica e mulata

são exemplos vivos do caráter ideológico de tais marcadores sociais da diferença, para justificar a desumanização e exploração extremas de uma faixa da população. Segundo Gonzalez (1984, p. 226), “a primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo, é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria”.

Seguindo o próprio caminho apontado por Helena Hirata ao feminismo negro, podemos destacar o trabalho de Angela Davis sobre interseccionalidade, mesmo antes da utilização deste termo, abordando o conteúdo de inter-relação entre exploração existente nas relações de trabalho e classe com as diferentes opressões, sobretudo o racismo e sexismo. No próprio título de seu livro publicado originalmente em 1981, “Mulheres, raça e classe”, já está inscrita essa ideia, assim como a crítica de eleger apenas uma opressão circunscrita a uma realidade específica (no caso, o sexismo enfrentado por mulheres brancas de classe média) e torná-la universal a toda a categoria “mulher”, ignorando as realidades da população negra e do que Davis chama por vezes de minorias étnicas.

O fato de Davis (2016) apresentar essa visão que hoje podemos designar como interseccional, fez com que ela relatasse em seu trabalho vários fatos históricos importantes de racismo sofrido por mulheres negras no seio do movimento social de luta por direitos das mulheres, e também pela comunidade de homens brancos acadêmicos e políticos. Davis (2016) descreve a participação de Sojourner Truth, única mulher negra presente na primeira Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres [dos Estados Unidos da América], na perspectiva de apresentar como a emancipação racial estava correlacionada à emancipação de gênero e à própria noção do que era ou não considerado e enquadrado na categoria mulher.

Dei essa volta conceitual para discorrer um pouco sobre a noção de interseccionalidade, a qual acho fundamental para entender o que ocorre com as vidas de pessoas trans e intersexos, para que possamos compreender a grande incidência de tentativas de suicídio nas trajetórias das transgeneridades. Na publicação “A geografia dos corpos trans” da RedeTrans, as autoras Nogueira, Aquino e Cabral (2017, p. 29) nos traz os seguintes dados alarmantes:

A ONG estadunidense National Gay and Lesbian Task Force assinala que 41% das pessoas trans já tentaram suicídio nos EUA em algum momento, contra 1,2% da população cisgênerx (aquela que não é trans). Uma pesquisa do Instituto Williams de Los Angeles publicada em 2014 estimou que 41% das pessoas trans já tentou cometer suicídio, enquanto a porcentagem entre a população geral é de 4,6%. Já uma pesquisa da Universidade de Columbia nos Estados informa que o índice de suicídio é 5 vezes mais frequente entre LGBT. (LUCON, 2016).

Os números do Instituto Williams (UCLA) mostram-se ainda mais alarmantes quando alguns fatores demográficos são levados em conta: 45% das tentativas de suicídio acontecem entre jovens de 18 a 24 anos; 54%, entre pessoas que se declaram multirraciais. Ainda de acordo com o estudo, entre as principais motivações para tentativa de suicídio, além da condição mental, estão as experiências de perseguição, assédio, violência, discriminação e rejeição, fatores que, juntos, levam o indivíduo a um estado de maior vulnerabilidade. (OLIVEIRA, 2016).

Saber que 41% das pessoas trans já tentaram suicídio nos EUA e que, dessas, 54% são de pessoas multirraciais coloca a importância da interseccionalidade para analisar e agir sobre

a estipulação das políticas públicas gerais e específicas. Não dá pra ficar de braços cruzados vendo as travestis negras e demais pessoas trans negras e pobres procurando os serviços de saúde e não encontrando hormonização, modificações corporais e tendo que recorrer a clínicas clandestinas, bombadeiras e automedicação. Não pode ser mais tolerável que pessoas trans com menos de 18 anos sejam impedidas de ter acompanhamento nos serviços de saúde para seus processos de mudanças corpóreas e endocrinológicas, assim como não dá pra que os poucos serviços que atendem pessoas trans foquem apenas em distribuir medicamentos hormonais e fazer exames, mas pois é seu dever abarcar a sua saúde integral. Inclusive, como covereadora de um mandato coletivo, tenho pensado muito a respeito disso, em como intercruzar a luta de classes com a raça e o gênero, contemplando o macro e o microestrutural.

A saúde pública não pode continuar se pautando ainda no ser humano universal para pensar prevenção, promoção e assistência à saúde, ou ainda, não pode se manter no nível de ter normativas, portarias, Políticas Nacionais tanto de saúde LGBTQIA+ como de saúde da população negra que não são devidamente aplicadas nos estados e municípios (e agora, sequer incentivada pelo ente federativo devido à ascensão de Jair Bolsonaro ao poder). Temos que lutar muito para que a saúde integral e, em específico, a saúde mental possa ser pensada, em suas políticas, de maneira interseccional, abarcando a classe, o território, a raça, o gênero. Para as pessoas trans, o pilar da Equidade e Integralidade do SUS precisam ser aprofundados.

Queria trazer ainda a contribuição da pesquisadora Francilene Cardoso (2018). Não há como entender nenhuma forma de adoecimento (seja sexual, como acontece com as IST/aids,

seja mental, como ocorre com a depressão, a ansiedade e o suicídio), que mata mais gente preta e pobre, sem entender a necropolítica (política de morte, formas de deixar e fazer morrer, de gerir a morte) como forma de ir controlando, de certo modo, a reprodução social do capital e dos vastos “exércitos industriais de reserva”, em termos bem marxianos mesmo (CARDOSO, 2018), sem esquecer que tais mecanismos de vida e morte, de saúde e doença, estão inseridos num sistema-mundo, que para Grosfoguel (2008) é um sistema econômico, cultural, político, epistemológico e que trabalha com a colonialidade do poder para conseguir hierarquizar e estratificar toda a sociedade, locupletando os países ricos e desenvolvidos e suas classes dominantes.

Francilene Cardoso (2018) se utiliza do conceito de necropolítica de Mbembe (2018), nascido de um desdobramento crítico do conceito de biopolítica de Foucault (a política de gestão da vida, como propõe Foucault, é considerada por Mbembe insuficiente para explicar o que se passa nas ex-colônias). A autora recorre a este complexo conceito para explicar a lógica econômica do genocídio de negras e negros no Brasil, isto é, a explicação para esse alto nível de assassinatos de jovens negros estaria no próprio manejo social dos desempregados, desalentados, subempregados e pobres, que, em se tratando de Brasil, pertencem majoritariamente à população negra. Ao meu ver, trata-se de uma explicação marxiana heterodoxa, digamos assim, a qual me apetece bastante, como socialista que sou.

A autora usa a noção mbembiana de necropolítica para explicar o genocídio da juventude negra brasileira, e tomo a liberdade de estender essa noção que ela disserta para explicar o genocídio trans (haja vista que a maioria das mortes

de pessoas trans são da população negra). Nós não podemos cair na armadilha de só considerar genocídio as mortes por assassinatos, sem considerar as mortes por aids, tuberculose e suicídio como também engrenagens dessa política de morte das existências descartáveis para o capitalismo.

CONCLUSÃO

A minha vida mostra a trajetória de uma mulher negra intersexo mutilada, vivendo com HIV, que tem escapado há 28 anos do genocídio em curso da população negra e trans. Estar viva me faz ser vulnerabilizada em minha subjetividade, ter de tomar medicamentos antidepressivos e ansiolíticos. Diante disso a saúde mental e integral, assim como o respeito à autonomia dos corpos intersexos e trans devem figurar como pauta principal do enfrentamento da cisnorma, do machismo, do racismo e do próprio capitalismo, como uma forma de interrupção da máquina de moer gente que é o genocídio negro e trans no Brasil, a serviço do capital e da reprodução social do mesmo. Além disso, temos de lutar o tempo inteiro que as humanidades travestis, trans, intersexos e de pessoas vivendo com HIV/aids não sejam mais moedas de negociação ou pautas mobilizadores de perseguições neofascistas. A interseccionalidade, nesse sentido, assim como pensa Patricia Hill Collins, deve ser, para além do instrumento de análise da realidade concreta, também um método de mobilização, luta e alianças programáticas para a emancipação coletiva.

Carolina Iara Ramos de Oliveira

Mulher intersexo, travesti, negra, bissexual e positivada. Co-vereadora pela Bancada Feminista do PSOL, uma mandata coletiva de cinco mulheres. É também mestranda em Ciências Humanas e Sociais na UFABC, escritora e poeta.

Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara Naider B (Orgs). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021

BONASSI, Brune Camilo. Cisnorma: Acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. 123p. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

CARDOSO, Francilene. Racismo e necropolítica: a lógica do genocídio de negros e negras no Brasil contemporâneo. Revista de Políticas Públicas, v. 22, p. 949-968, 2018.

CHINAZZO, Ítala Raymundo et al. Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. International journal of sexual health. Abingdon, 2019. Disponível em: <https://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/impacto-do-estresse-de-minoria-em-sintomas-depressivos-ideacao-suicida-e-tentativa-de-suicidio-em-pessoas-trans/17485?id=17485>

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Revista Parágrafo, v. 5., n. 1. p. 6-17, 2017.

DAVIS, Angela Yvone. (1981) Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela Yvone. (1990) Mulheres, cultura e política. Tradução de Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

FERREIRA, Rosana CM; FIGUEIREDO, Marco Antonio C. Reinserção no mercado de trabalho. Barreiras e silêncio no enfrentamento da exclusão por pessoas com HIV/AIDS. Medicina (Ribeirão Preto. Online), v. 39, n. 4, p. 591-600, 2006.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography: an overview. *Historical social research/Historische sozialforschung*, p. 273-290, 2011.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: Segunda Conferência Anual do African Heritage Studies Assotiation, 26-29. Pittsburgh, 28 de abril de 1979. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/gonzalez/1979/04/28.pdf>> Acesso em 15 out. 2021

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista de Ciências Sociais Hoje, Anpocs*, p. 223-244, 1984.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e con-substancialidade das relações sociais. *Tempo social*, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. *Anais do Fazendo Gênero*, v. 10, p. 1-10, 2013. Disponível em: <https://bancadafeministapsol.com.br/wp-content/uploads/2021/02/transfeminismo-jaqueline-de-jesus.pdf>. Acesso em 13 out. 2021.

NOGUEIRA, Sayonara N. Bonfim; AQUINO; Tathiane Araujo; CABRAL, Euclides Afonso. Dossiê: A geografia dos corpos trans. *RedeTrans Brasil*, 2017.

PELÚCIO, Larissa. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. *Saúde e sociedade*, v. 20, p. 76-85, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/7DLHvcVH93d-QpHGkMKbykhC/?lang=pt>. Acesso em 11 out. 2021.

RUBIN, Gayle (1975). O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. *Revista SOS Corpo, Recife*, 1993.

um dia as minhas pernas não vão mais me aguentar
e cada passo que eu der, menos enxergar
num momento minha voz rouca, nada vai soar

luta por mim

e quando minhas mãos não puderem mais segurar
suas mãos nas minhas, não é pra soltar
sei que não estive só, me resta confiar

luta por mim

quero que continue a sorrir
mesmo com a ideia de me ver partir
olha só o que eu construí
as palavras tortas eu não me arrependi
se eu tivesse um pedido (seria)

luta por mim

Jup do Bairro & Mulambo

UM REESCREVER DE SI

a intersexualidade no
caminho do verdadeiro Eu¹

Amiel Modesto Vieira

1 Parte deste texto compõe a tese de doutorado ainda no prelo. Esta Tese tem por título ainda provisório de *Reescritas Intersexo; Um Desafio de bioética e de gênero*. Tese deste autor no programa multi-institucional de pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva das quais fazem parte as Universidades UERJ, UFRJ, UFF e Fiocruz.

Introdução

O presente artigo nasce do narrar minha própria história intersexo. O objetivo é através da escrita em primeira pessoa, com a metodologia autoetnográfica, abordada por Conquer-good (1998), Jones (2005) e Vergueiro (2015), aproximar o leitor do cotidiano de uma pessoa intersexo, colocando a descoberta de um Eu Intersexo, além da descoberta de outras pessoas intersexo, a fim de aprendermos juntos sobre a intersexualidade e repensar a partir disso sua relação com a sociedade. Esses processos e seus questionamentos serão apresentados e discutidos nesse texto.

O artigo será dividido em três seções. Na primeira falo sobre a metodologia autoetnográfica, e na segundo faço meu relato sobre minha descoberta a respeito da intersexualidade e do encontro com minha própria história por meio da leitura do prontuário médico que me mostrou o processo de nomeação e apagamento do meu corpo pelo poder médico. Na última seção convido quem lê a se posicionar frente a minha e outras histórias de pessoas intersexo vítimas de mutilação genital no país.

A escolha do campo acadêmico e deste artigo para falar da intersexualidade se deu por compreender que apesar de pesquisas nesse campo já existirem no Brasil, na medicina e nas ciências humanas, não encontramos artigos, monografias, dissertações e teses com um texto sobre o assunto escrito em primeira pessoa, com essa perspectiva e voz.

Importante ressaltar que a proposta deste texto é a de tensionar e discutir com várias áreas dentre as quais estão a saúde, medicina, direito e filosofia sobre a mutilação genital intersexo e seus efeitos e consequências para esses indivíduos. O que se segue a partir de agora é um texto que busca condensar a partir de uma metodologia científica a vivência e

os questionamentos levantados pelo meu encontro com a intersexualidade e a virada provocada por este encontro que gerou descobertas, ações que ainda continuam a reverberar no presente e no futuro.

Uma metodologia para falar de si

As variadas situações que vivi são de um indivíduo que junto a outros auxiliou a pôr as pedras para começar a construção de um movimento em crescimento. Esta é uma autoetnografia em que essa mistura ora se percebe ora se confunde, como ressalta Butler (1993) asseverado na dissertação de Vergueiro (2015):

Gradualmente, assim, fui sentindo que, para produzir um trabalho acadêmico crítico sobre diversidades corporais e de identidades de gênero, implicar minhas próprias experiências e refletir sobre como minha subjetividade enquanto pesquisadora trans se constituíam como requisitos fundamentais, particularmente em um contexto em que exclusões e marginalizações de pessoas trans* e gênero-diversas restringem as complexidades destas existências. Neste sentido, pensar as descolonizações de corpos e gêneros inconformes requereria trazer meu corpo e minhas vivências, minha “vida corporal que não pode estar ausente da teorização”¹. (VERGUEIRO apud BUTLER, 2015, p. 22-23).

Nesse sentido, este trabalho é uma autoetnografia de um corpo colonizado pela medicina e que, ao se dar conta e nomear o sentimento intraduzível por toda sua vida até a descoberta da intersexualidade, se permitiu uma descolonização de corpo e gênero que antes era uma questão inconsciente. Só a partir dessa consciência de si protagonizou a recusa de

1 Texto traduzido pela autora.

uma epistemologia cartesiana para uma nova em que as falas de Glória Andalzúa (2000) ecoam: “Não podemos deixar que nos rotulem. Devemos priorizar nossa própria escrita e a das do terceiro mundo”².

Além disso precisa-se ressaltar que esta é uma autoetnografia performática, ou seja, numa metodologia que interpela, interroga e questiona. Uma proposta metodológica cunhada pelo diretor de teatro e acadêmico Richard Schechener, que trouxe a performance para a antropologia numa contribuição das artes dramáticas para o drama da vida.

Ao utilizar-se de método usado no teatro e nas artes cênicas, essa metodologia procura reconstruir passos e rever situações com um olhar crítico, a fim de utilizar seus processos a favor da justiça social. Trata-se de um trabalho cujo objetivo é expor questões e dilemas da vida cotidiana de uma pessoa intersexo, que teve o protagonismo de sua própria vida nas mãos de outrem. Ao tomar posse de si, passa a usar a escrita autoetnográfica como é percebido por Jones (2005):

A autoetnografia é um gênero turvo... uma resposta à chamada... é a criação de uma cena, a contação de uma história, tecendo ligações intrincadas entre vida e arte... fazendo um texto presente... recusando categorizações... acreditando que as palavras importam e escrevendo para o momento em que o ponto de criar textos autoetnográficos seja para mudar o mundo. (JONES apud BRILHANTE & MOREIRA, 2016, p. 765).³

O nascimento deste trabalho advém da colisão entre te-

2 Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo por Glória Anzaldúa et al. Disponível em : <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acessado em 30/04/2021.

3 Texto traduzido por Cláudio Moreira.

oria e história. Este texto-colisão é produto da mesma metodologia utilizada por Brillhante e Moreira (2016), que a compreendem como

Autoetnografia performática – um conceito contestado, sem consenso entre os teóricos da área. A autoetnografia escorrega, evita definições simplistas. É a colisão entre as ciências humanas e as artes, as teorias e as emoções, a ‘performatividade’ – o que acontece agora – e a performance – o que já aconteceu (estudo feito) – é a presença do corpo do(a) pesquisador(a) na linha de frente da pesquisa, no momento da criação (texto ou a performance/apresentação).

Por isto este é um texto de reencontro, não um reencontro com a técnica médica com suas violências e curas, mas um reencontro com a escrita de si de Foucault (1992) e a justiça social. Este artigo inicial apresenta conceitos caros à intersexualidade e faz provocações importantes aos leitores, redirecionando seus olhares para o poder biomédico sobre os corpos e suas escritas de uma história social que pondera o papel de uma pessoa intersexo como integrante da sociedade humana.

Intersexualizar meu corpo: Um apagar e um silenciar da norma

Qual o meu sexo?	Cromossomos?
De nascer?	Meu corpo, Minha escolha?
Nascido e criado?	Qual a peça desse quebra-cabeça chamado sexo que falta?
Minha escolha?	
O que a sociedade acha?	
Hormônios?	
Genes?	

Lembro-me das minhas primeiras consultas. O médico me dizia que era uma moça raquítica e precisava crescer. Ainda não tinha começado a puberdade. Foi quando apareceram as tais “vitaminas”. elas eram auxiliares ao meu corpo segundo o doutor. Segundo os médicos Eu ia ficar mais forte e mais alta, o remédio começou a fazer efeito a partir dos 16 anos.

Na escola, minhas colegas já tinham “botõezinhos” e já falavam de menstruação e eu perguntei “mãe, meus botõezinhos ainda não saíram como as minhas colegas, eu vou ter sutiã e menstruar?” Minha mãe resolveu chamar a minha irmã e agora a conversa privada tornou-se pública. Ela disse “Você e sua irmã são diferentes. Ela tem sistema reprodutor e você não. Ela pode menstruar e você não, ela pode ter filhos e você não”.

Então ela me aconselhou a inventar que tive minha menstruação e que não contasse a verdade. Elas poderiam fazer perguntas, então fiz como minha mãe mandou. Mas a pergunta ficou: por que eu era diferente e ninguém poderia saber? Carreguei esse questionamento durante a adolescência e grande parte da vida adulta. Terminei o colegial, faculdade e comecei a trabalhar como professora de uma escola pública.

Algum tempo depois quase mestra em ciências humanas e sociais, a Universidade Federal do ABC, por meio de sua secretária de pós-graduação, requisitou que levasse alguns documentos para fechar a minha matrícula e dentre os documentos requisitados estava a minha certidão de nascimento. Na busca por esses documentos, encontrei uma carta enviada pelo Instituto da Criança do Hospital das Clínicas de São Paulo que dizia que Eu era portador de Insensibilidade Androgênica Parcial e desde os 10 anos tomava hormônios femininos.

Ao pesquisar na internet descobri ser parte de um grupo de pessoas chamados intersexo. Estava com dificuldade de

encontrar materiais em português sobre o assunto. Pesquisei nas redes sociais e descobri uma página no *Facebook* em espanhol. Lá encontrei textos e relatos que me deram maiores informações sobre o meu estado intersexo dentro dos pelo menos 40 conhecidos. A partir de então entendi que era uma pessoa intersexo.

Poder dar um nome à minha condição médica foi importantíssimo. O sociólogo Pierre Bourdieu et al. (1989) fala sobre o poder da nomeação⁴. Este poder simbólico advém de uma “autoridade” reconhecida e que pretende ser reconhecida no mundo social. Assim como o direito a medicina pretendem,

deste modo, realizar-se, está em jogo o monopólio do poder de impor o princípio universalmente reconhecido de conhecimento do mundo social, o nomos como princípio universal de visão e de divisão (nemo significa separar, dividir, distribuir), portanto, de distribuição legítima. (BOURDIEU et al., 1989, p. 236).

Dar nome àquilo que não conseguia nomear também veio com outro achado que estava ali, mas nunca tinha notado. Ao verificar com mais detalhe minha certidão de nascimento, descobri que a data de registro do documento foi feita um ano depois de meu nascimento. Além disso, um ano depois tive acesso ao meu prontuário médico e descobri que nasci com um pênis com hipospádias, cromossomos XY, além do registro de uma operação um ano depois de ter nascido que coincidia com a data do registro da certidão.

Naquela data fui submetido a retirada de testículos e pênis. Depois disso, ocorreu no lugar uma reconstrução plástica de uma vulva e a preparação de um espaço na região próxima

4 Excerto de O Poder da nomeação, p. 236-240, em *O Poder Simbólico*.

aos grandes lábios para a futura vagina. Seguindo o protocolo intersexo, meu corpo foi remodelado para a feminilidade na esperança de viver uma heterossexualidade não consentida.

Desde meu nascimento ganhei uma etiqueta, a de criança fora da norma. Aos olhos da biomedicina, meu corpo necessitava de algo que pudesse reparar a minha incongruência entre um genital atipicamente formado e a ideologia normativa e médica para casos como o meu. Depois de exames e conversas entre pares, decidiram pela minha readequação genital e de gênero.

Nesse sentido, corroborando com minha história e a de muitos intersexos, Maffia e Cabral (2003) apontam a reconstrução cirúrgica da pessoa intersexo, cujo objetivo é de que essas pessoas possam estar dentro daquilo que se entende como natural e biológico. Crianças e adultos como eu são percebidos como anomalias do desenvolvimento sexual ou distúrbios causados por esse mesmo desenvolvimento que também é corporal. Eles são colocados tanto pelo comitê de Genética da Associação Pediátrica americana⁵ quando pela normativa 1664/2003⁶ do Conselho Federal de Medicina brasileiro como “urgência biológica e social”.

Essa urgência ficou mais nítida em 2006, com o consenso de Chicago, que ocorreu em 2005 nos Estados Unidos. A reunião surgiu da preocupação a respeito do termo intersexo, além das críticas colocadas pelo movimento social desde de 1990 e de ações médicas ao tratar da intersexualidade de genitália

5 Evaluation of the newborn with developmental anomalies of the external genitalia. American Academy of Pediatrics. Committee on Genetics. Pediatrics 2000; 106(1 Pt 1):138-42.

6 Conselho Federal de Medicina. Resolução no 1.664/2003, de 12 de maio de 2003. Dispõe sobre as normas técnicas necessárias para o tratamento de pacientes portadores de anomalias de diferenciação sexual. Diário Oficial da União 13 de Maio de 2003

atípica. Além de entenderem que

Termos tais como intersexo, pseudo-hermafroditismo, hermafroditismo, sexo reverso, e gênero baseado em etiquetas diagnósticas são particularmente controversos. Estes termos são entendidos como potencialmente pejorativos para pacientes, e podem ser confusos para pais e médicos. O termo Distúrbios do Desenvolvimento Sexual (DSD) é proposto, como definido pelas condições congênitas em que o desenvolvimento do sexo cromossômico, gonadal ou anatômico é atípico. (2006, p. 149, tradução nossa).

A partir deste consenso a intersexualidade ganhou o nome de DSD, mas confesso que esse nome nunca me fez sentido. Para a norma, eu poderia ser um distúrbio ou des-ordem, mas o nome intersexo me fazia mais sentido. Assim como a ISNA, adotei esse nome e, como a socióloga canadense Morgan Holmes, hoje vejo o intersexo e a intersexualidade.

Quero pedir emprestado a Steven Angelides para propor que repensemos os estados intersexo como “posições de sujeito sem fronteiras” (1995, p. 38). Afinal, até mesmo as diretrizes do Consórcio reconhecem que, para todas as suas garantias, eles não podem realmente prever como as coisas vão acontecer mais tarde. (2011, p. 398, tradução nossa).

Holmes e Eu dividimos o mesmo desejo. O novo nome pode apagar a luta política por essa identidade. Nesse sentido, é preciso pensar em novos meios de comunicar a intersexualidade, um desafio para o movimento social. Quando se fala em textos acadêmico, em minhas pesquisas não encontrei um texto autoetnográfico intersexo que procurasse comunicar francamente esse diagnóstico médico e seus impactos na vida dessas pessoas.

Uma identidade política Intersexo é subverter algo que até meados dos anos 2000 a endocrinologia tinha como certa. Trata-se da ideia de que somos parte de um conjunto de “doenças”, não estamos acabados ou desenvolvidos totalmente. O que os pacientes abordados por essa especialidade podem acreditar é que são uma falha, um erro, e é nesse quesito que a ISNA⁷ e depois outras associações intersexo fizeram-nos entender que a doença está nos outros, pois somos perfeitos como somos e a despeito disso. O movimento social Intersexo no Brasil e no mundo tem trabalhado para a positivação do termo Intersexo. Isso só é possível graças aos primeiros passos do movimento intersexo estadunidense no final do século passado, cuja luta continua até hoje nesse propósito (Costa, 2016).

Considerações Finais

Através desta autoetnografia performática pude apresentar um relato intersexo em primeira pessoa. Também apresentei fatos que retratam a invisibilidade da intersexualidade, que não é só um fato social, mas é sentida no cotidiano do descobrir-se de cada pessoa intersexo no país e no mundo.

Apesar de sermos 1,7% da humanidade, segundo a bióloga Ann-Fausto Sterling (2000), as mutilações genitais intersexo continuam a acontecer. Mesmo tendo se levantado um movimento de pessoas intersexo combativo, ainda são realizadas pelo mundo muitas mutilações.

Por mais que a cada ano possam surgir coletivos e associações intersexo, a luta para o fim dessas mutilações ainda está longe de acontecer. Como relatei neste texto, essa descoberta pode

⁷ Intersex Society of North America (ISNA) foi a primeira organização intersexo de que se tem notícia, criada em 1993 e encerrada em 2008.

ser tardia pelo segredo e silêncio que ainda atinge muitas/os/es.

A proposta deste texto foi levar não só a reflexão, mas a urgente e necessária ação de todas as pessoas contra essa prática que nos atinge todo o dia. Não somos falhas ou erros, mas sim pessoas com os mesmos sonhos e desejos que cada ser humano anseia. Cabe a você que me lê neste momento a pergunta: qual a sua posição depois deste relato? Eu espero que você se aglutine a todos aliados desta luta por um mundo livre de mutilações genitais.

Amiel Modesto Vieira

Sociólogo intersexo e transmasculine. Co-fundador da ABRAL, fundador do Observatório Intersexo e coordenador de políticas intersexo do IBRAT.

Referências Bibliográficas

American Academy of Pediatrics. Committee on Genetics. **Evaluation of the newborn with developmental anomalies of the external genitalia.** Pediatrics 2000; 106(1 Pt 1):138-42.

BRILHANTE, Aline V., MOREIRA, C. **Formas, fôrmas e fragmentos:** uma exploração performática e autoetnográfica das lacunas, quebras e rachaduras na produção de conhecimento acadêmico. Interface (Botucatu) 2016; 20:1099-113

BOURDIEU, Pierre et al. **O poder simbólico.** Editora Bertrand Brasil, São Paulo, 1989.

BUTLER, J. **Bodies that matter:** on the discursive limits of “sex”. Nova Iorque: Routledge, 1993.

CABRAL, Mauro; MAFFIA, Diana. **Los sexos ¿son o se hacen?** In: MAFFÍA, Diana et al. Sexualidades migrantes género y transgénero. Feminaria Editora, p.86-96, 2003.

COSTA, Anacely Guimarães. **Concepções de gênero e sexualidade na assistência em saúde à intersexualidade.** (SYN) THESIS, v. 9, n. 1, p. 51-62, 2016.

Conselho Federal de Medicina. **Resolução no 1.664/2003, de 12 de maio de 2003. Dispõe sobre as normas técnicas necessárias para o tratamento de pacientes portadores de anomalias de diferenciação sexual.** Diário Oficial da União 13 de Maio de 2003

CHARLEBOIS, Janik Bastien. **Os sujeitos intersexos podem (se) pensar?** As invasões da injustiça epistêmica sobre o processo de subjetivação política das pessoas intersexuadas. (No prelo).

CONQUERGOOD, Dwight. **Beyond the text:** Toward a performative cultural politics. The future of performance studies: Visions and revisions, p. 25-36, 1998.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Sexing the Body:** Gender Politics and the Construction of Sexuality. New York: Basic Books, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A escrita de si.** O que é um autor? Lisboa:

Passagens, 1992.

JONES, Stacy Holman. **Autoethnography**: making the personal political. In: Denzin N, Lincoln Y, organizadores. The Sage handbook of qualitative research. Thousand Oaks: Sage; 2005. p. 763-792.

HOLMES, Morgan. **The intersex enchiridion**: Naming and knowledge. Somatechnics, v. 1, n. 2, p. 388-411, 2011.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação de Mestrado Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Agora ceis não vão me esquecer, né!?
Fui imortalizado com um mural na Paulista
Ceis nunca colaram no meu show
Mas agora usam meu nome pra pedir por justiça

Nunca nem me ouviram, mesmo que eu gritasse,
Mas agora que eu virei estatística
Ceis vão usar meu nome e minha imagem
Pra pedir pelo fim da polícia

E se eu morresse hoje amanhã era notícia
Mas quem eu era? Isso ia ser questionado
E que que eu fiz pra tomar três tiro no peito?
Preto na rua de noite? Com certeza era algo errado.

Virei postagem na sua rede social
Cê lamentou e escreveu sobre a repressão policial
Sua hashtag foi o ponto final

Jup do Bairro & Mulambo

APRENDI NO MUNDO A SOLETRAR:

*Religare mas não
me “mataré”*

Thiffany Odara Lima da Silva

*“Vou aprender a ler
Pra ensinar meus camaradas”*

João Roberto caribe Mendes / Capinan

Palavras Iniciais

Na sociedade brasileira, “o negro tem uma dor que só ele pode entender”. Com a afirmação desta frase, podemos compreender que desde o início da barbárie que foi a escravidão no Brasil, como racismo se torna o eixo central que estrutura e potencializa as desigualdades sociais como bem lembra Isildinha Nogueira em “O corpo negro historicamente destruído de sua condição humana”. Esse fato pode ser exemplificado ao pensarmos no 13 de maio de 1988, quando houve uma suposta “libertação” de pessoas que foram covardemente escravizadas, não havendo posteriormente nenhum tipo de inserção/reparação na sociedade, o que elevou ainda mais a desigualdade no Brasil. Esse não é um único de ponto de desigualdade vivido por uma sociedade que é forjada estruturalmente por práticas de desumanização. Por meio de uma breve análise histórica podemos ver como o racismo potencializado pelo capitalismo forjou a colonialidade, entre outros eixos de subordinação social. Os comportamentos sociais assim como a religião, a sexualidade, a identidade de gênero e estética, entre outros aspectos, são regidos e controlados pelo modelo dominante eurocêntrico vindo pela colonialidade, que ocorre através de um fenômeno complexo e histórico. Para os autores Restrepo e Rojas:

A colonialidade é um fenômeno histórico muito mais complexo, que se estende até nosso presente e se refere a um padrão de poder que opera através da naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas,

possibilitando a reprodução de relações de dominação; este padrão de poder não somente garante a exploração pelo capital de uns seres humanos por outros em escala mundial, como também a subalternização e obliteração dos conhecimentos experiências e formas de vida daquelas pessoas que são assim dominadas e exploradas. (RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 15).

O processo de colonização nas Américas foi uma barbárie, principalmente no Brasil, onde “se matava em nome de Deus, dando glória pro senhor”, o que não é muito diferente nos dias atuais, diante do vasto e amplo processo de estupro colonial legitimado pela colonialidade e pelo genocídio de povos de culturas tradições milenares, diante de uma prática de fé e conduta social única e vista como correta. Todo esse contexto se reflete na sociedade, causando impactos na educação de modo a inferiorizar os afro-brasileiros e seus descendentes, pois “As barreiras e representações ideológicas visam “desumanizar” os africanos e seus descendentes e deixá-los à mercê da manipulação das políticas genocidas” (LUZ, 2005, p. 20).

Sou Yalorixá, travesti, negra, mãe, fruto de ações socioeducativas promovidas pelas oficinas educacionais no Terreiro São Jorge da Goméia, na qual fui aluna e pude me descobrir e me identificar como negra e praticante do candomblé, algo de grande relevância para demarcar a minha existência no mundo físico impregnado de valores eurocêntricos, que recaíam nitidamente no meu apagamento. Digo isso pois pude perceber que a construção da nossa identidade é demarcada por valores normativos eurocêntricos enraizados pelo racismo, machismo, cissexismo e, por sua vez, pela transfobia, que nos leva à auto negação, ocasionando em um adoecimento social, uma vez que ele é estrutural, sucedendo o adoecimento mental daqueles e

daquelas que não estão em equivalência ou rompe com essas normas. É possível dizer “que na verdade [a norma] faz parte de tudo o que é herdado culturalmente e que está inserido no que entendemos também como processo de estruturação do sujeito” atingindo diretamente em sua subjetividade e por vez em sua autoestima (NOGUEIRA [S.D]).

Logo, destaco aqui ações contidas nos terreiros de candomblé como ferramentas interseccional e desobedientes que promovem o fortalecimento e a equidade social contra o adoecimento mental infiltrado nas práticas sociais. Importante pontuar que ações contidas nos terreiros de candomblé são a contraposição das práticas de condenação colonial, e iremos trazer aqui a interseccionalidade enquanto categoria analítica, como bem pontua a autora Akotirene:

Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão sob a forma de identidade. (AKOTIRENE, 2018, p. 39).

Sendo assim, destaco aqui o espaço sagrado do terreiro não só como minha escola inicial mas como base teórica metodológica e prática para o enfrentamento dos efeitos do racismo cissexismo e da transfobia, o que reverberou no meu engajamento político e no meu senso crítico, elevando também a minha saúde, aqui entendida como um processo multifatorial, entendo aspectos sociais, físicos, emocionais, espirituais, econômicos e educacionais. Com isso, e, para tanto, precisamos pensar em “saúdes”, considerando a heterogeneidade, diferentes modos de vida com saúde.

Contudo, foi no espaço do candomblé que aprendi a retirar forças e não adoecer mentalmente. Aprendi a resistir e logo comecei a conceituar as minhas identidades de gênero, sexual, étnico-racial, por meio de uma cosmovisão afro-brasileira e de respeito ao outro.

Religare mas não me “matore”

Etimologicamente a palavra religião vem do latim de *reler* – *religar* – *religare*, e significa conectar o ser humano a uma divindade. Torna-se bastante nítido compreender que esse religar vem de uma construção subjetiva e ora coletiva de crença, de fé, de acreditar em uma ou mais divindades ou em práticas, crenças que elevem o seu íntimo a uma dada espiritualidade, dando sentido à vida física e espiritual. Porém, ainda é muito comum, por uma forte influência colonial, a legitimação de uma única religião no Estado brasileiro. Ainda que esse estado se apresente laico, a cultura cristã ainda tem uma forte predominância no cotidiano social, hegemonicamente vista como a única religião tida como “correta”, o que leva para dentro do imaginário social o cristianismo como base dos valores morais e da conduta social. Entendendo o conceito de religare, utiliza-se “matore” como forma de evidenciar a morte sistemática a mando de um poder religioso e unilateral.

O meu contraponto aqui é apresentar perspectivas não-cristãs para se pensar em práticas de enfrentamento aos efeitos da matriz de opressão potencializada pelo racismo, pelo cissexismo e pela transfobia nos espaços educacionais, diante de perspectivas inclusivas e reparatórias, uma vez que no cenário social e educacional brasileiro não existe efetivamente uma abordagem pedagógica dos conteúdos de modo a historicizar/explorar as contribuições dos povos originários africanos e

afro-brasileiros na construção social do país, uma vez que todo o arcabouço cultural e religioso dessa população foi literalmente apagado resultando na negação do seu legado civilizatório, e não ao diálogo expressivo de combate à violência de gênero visto na estrutura social colonial.

Tal fato leva à não inclusão de um pensar afro-brasileiro na educação ou mesmo um pensar onde as culturas e tradições afro-brasileiras sejam percebidos como produtores de conhecimento. Tudo que vinha de origem dos povos originários africanos e afro-brasileiros era e ainda é marginalizado e inferiorizado, a exemplo da capoeira e do candomblé, que chegaram até a serem proibidos. Diante de um longo processo colonial, a fé cristã mais uma vez aparece como a religião legitimada por meio de dogmas que são incutidos por um ser supremo branco cis e heteronormativo.

Desse modo, o ambiente educacional e a rotina escolar acabam, por sua vez, perpetuando a discriminação racial, a LGBTfobia e o machismo, entre outras opressões, uma vez que a nossa estrutura social está engendrada em dogmas baseados no pensamento branco cristão eurocêntrico cisonormativo, como destacamos aqui:

De maneira contundente, as marcas de exclusão, que têm como início o horror da escravidão no Brasil, vêm sendo apresentadas em diversas formas, estando ainda emblemática nos moldes tradicionais de sociabilidade deixadas através da relação colonial existente, marcadas, agora, nos espaços sociais, vistos no dia a dia em diversos momentos, não sendo diferente na escola, no currículo educacional, e até mesmo, nas práticas de muitos professores que não compreendem esse processo. (ODARA, 2020, p. 87).

É salutar apontar nesse texto vertentes da normalização de

corpas e corpos que são demonizados por uma fé que deveria ser de cunho subjetivo, particular e íntimo. E ainda, como essa demonização cai no ambiente escolar, impedindo tanto educadores quanto alunos de terem acesso a conteúdos que valorizem a diversidade social e religiosa dos afrodescendentes e o saber que cada aluno traz consigo. recai totalmente sobre o próprio aluno, ou seja, o apagamento de sua própria cultura e de suas múltiplas vivências.

Portanto, destaco aqui o processo educacional como mecanismo de sociabilidade que precisa desenvolver ações de cidadania e de caminhos que estabelecem em relação ao sujeito uma legitimidade no que diz respeito às suas relações sociais, tornando-se um caminho para que possamos entender o sujeito como ser histórico e crítico. O que abordo aqui é a elaboração da educação vista, vivida e aprendida pelas comunidades tradicionais afro-brasileiras, não as elegendo como aquelas politicamente corretas ou como únicas, mas como aquelas que conseguiram preservar e ressignificar práticas milenares e educacionais diante da negação e truculência que é o Estado Brasileiro. Destarte, pensar nas oficinas é estar estritamente ligado ao pensamento de promoção da saúde dessas populações e seus atravessamentos. Porque possibilitar a promoção da saúde é construir um processo educacional para a autonomia, é tocar e focar nas diferentes dimensões humanas. É considerar a afetividade, a amorosidade e a capacidade criadora como grandes potências para isso. É pensar os sujeitos e suas diversidades.

Como isso, sugiro que as perspectivas de um plano educacional em educação e religião precisam se atentar a aspectos históricos plurais na vida humana promovendo o conhecimento mútuo e concreto.

Perspectiva educacional de comunidades afro-religiosas

O Brasil ressentia-se de uma necessidade de diálogo entre a educação escolar e uma proposta de currículo com as culturas afro-brasileiras. Alguns Terreiros de candomblé chamaram para si a responsabilidade de fazer uma educação voltada para a valorização do afro-brasileiro na sociedade, contribuindo para a construção da identidade positivada da criança negra através da disseminação de aspectos pluriculturais, como afirma o professor Márcio Almeida:

Educação pluricultural não significa, portanto, uma justaposição entre elementos de diferentes culturas, e só tem sentido de fato, quando alicerçado por um arkhé comunal uma perspectiva de futuro voltada para a afirmação existencial. (ALMEIDA, 2005, p. 149).

Essa seria uma educação que incluísse e atribísse sentido ao processo histórico que em certos momentos fora esquecido, valorizando todo o aparato sócio-histórico e cultural dos negros. Várias dessas preocupações surgem dos terreiros de candomblé, como destaque o de Mãe Aninha (Ilê Axé Opô Afonjá), mestre Didi, dando continuidade ao Opô Afonjá, com a Mini comunidade obá Biyi, com Mãe Hilda (Ilê Axé Jitolu), construindo projetos comunitários, assim como o início do bloco afro Ilê Aiyê. Daí percebe-se a importância dessas experiências para o cenário educacional, pois como salienta Romão:

As culturas negras são dinâmicas e interativas. Dançamos nos cultos religiosos, nas rodas de samba e capoeira (...) a criança negra na escola, é impedida de se expressar cor-

poralmente como pertencente a essa cultura. A dinâmica escolar exige dela uma rigidez incompreensível; corta seus canais sensitivos de participação e (...) a inteligência só é possível quando antes atinge nossos sentidos. (ROMÃO apud SILVA, 2005, p. 73).

Isso porque, como já dissemos anteriormente, muitas vezes as escolas e seus currículos eram e ainda são programados para uma determinada didática e metodologia eurocêntricas, que não contemplam o meio sociocultural, de crianças e jovens afro brasileiros. Como destaca Lea Austrelina Santos:

Conhecer a riqueza desses patrimônios culturais, acreditar que é possível criar novas perspectivas educacionais que dêem legitimidade à presença africano-brasileira no nosso contexto favorece a coexistência e a diversidade, valores tão necessários à comunidade contemporânea. (SANTOS, 2005, p. 97).

Esse valores e ética estão atrelados, em muitos casos, ao conhecimento de mundo em que crianças e jovens estão ambientados em seu cotidiano, que, no entanto, as escolas e suas propostas educacionais destroem sem colocar nada no lugar.

A necessidade de envolver crianças e adolescentes em uma política de autoafirmação de valorização da história e cultura de África e afro-brasileira foi conquistada com a implantação da Lei 10639/2003, que traz a obrigatoriedade do ensino para os currículos escolares. Diz a Lei;

Art. 10 A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes art. 26-A, 79-A e 79.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

44 § 10 O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 20 Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. Art. 20 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2006).

Esse foi um salto importante para se pensar a educação e religiosidade que possa literalmente contemplar as relações étnico/raciais no cenário educacional brasileiro, uma vez que por um determinismo colonial se estabeleceram normas sociais impostas por uma única religião. O objetivo vivido nas comunidades tradicionais de terreiro visa cada vez mais à construção de uma sociedade inclusiva e plural, que respeita e valoriza a ancestralidade. Entretanto, faz-se necessário que as escolas se relacionem com a realidade local das comunidades negras, entre elas, religiosas e quilombolas, pois muitas vezes as escolas incorporaram a Lei, no calendário escolar, somente em dias específicos, limitando a abordagem ao 13 de maio, “libertação dos escravos”, e o 20 de novembro, “dia da consciência negra”, não levando em conta o resgate histórico e patrimônio cultural e as relações socioculturais que os indivíduos pertencentes a essas comunidades estabeleceram antes de adentrarem no ambiente escolar formal. A escola ao ignorar a experiência e o ambiente de muitos alunos, acaba reforçando a exclusão, neste caso, como salienta Guimarães:

O êxito da escola tradicional está na capacidade de fazer com que as crianças demonstrem a cada etapa ter assimilado esses valores hegemônicos mostrando-se “educadas” dentro desse contexto. Nele a apreensão de uma gama de valores significa a negação de outros, não importando que tal processo possa significar o afastamento da criança das aprendizagens desenvolvidas em seu grupo. (GUIMARÃES, 2005, p. 72).

Dessa maneira, é necessário abordar o conteúdo apontado pela Lei 10639/2003 não somente nas datas comemorativas, mas interdisciplinarmente e transversalmente em todo o currículo, de modo a abarcar todo o acervo deixado por africanos e afro-brasileiros em nossa sociedade, levando em conta toda uma historicidade que aqui foi deixada.

Assim, ações políticas e programas voltados para a população negra, principalmente mulheres negras, devem necessariamente considerar a necessidade de enfrentar não apenas o racismo e o sexismo, como bem aponta Jurema Weneck (2007), mas principalmente também as desigualdades provocadas pela pobreza, falta ou baixa escolaridade iniquidades decorrentes da pobreza, da baixa escolaridade, saneamento básico e que tudo isso afeta diretamente o processo de saúde dessas populações, como supracitado anteriormente. Porque pensar em saúde é pensar em todos os atravessamentos sociais, históricos, políticos e econômicos em que vivemos.

É assim que os terreiros de candomblé operam, desenvolvendo ações voltadas à afirmação de todo legado histórico e cultural afro-brasileiro, valorizando a diversidade e a alteridade existentes em nossa sociedade, pois como afirma Marco Aurélio Luz,

Aceitação da alteridade, compreensão da diversidade comorriqueza da criação, o uso adequado e limitado dos poderes e suas complementações, a percepção do fluxo vital, o perigo da inveja e das onipotências, etc. Enfim, a lição para a humanidade é perceber-se como parte integrante do cosmo e da natureza e saber usar o amadurecimento e a humildade como armas contra o preconceito, a prepotência e a ganância que ameaçam o equilíbrio do planeta no mundo contemporâneo. (LUZ, 2014, online).

Destacar saberes existenciais milenares com práticas educacionais pedagógicas se faz necessário para um resgate civilizatório por meio de uma ética da coexistência. Isso significa valorizar uma história obstruída por um currículo eurocêntrico que se disseminou reafirmando o racismo e as discriminações por ele operadas. Logo, as ações educacionais proporcionadas pelos terreiros de candomblé se tornam um grande mecanismo para a valorização pluricultural como um todo, pois proporcionam nos alunos, alunas e participantes o sentimento de serem produtores culturais e não como meros reprodutores pré-formatados, como visto nos espaços escolares, por meio de uma visão eurocêntrica colonial contida nos currículos educacionais.

Considerações Finais

Em suma, os terreiros de candomblé, assim como as comunidades tradicionais afro-brasileiras, demonstram que para além de serem solo sagrado afro-religioso, se constituem também em grande polo cultural e de promoção de saúde. Em outras palavras, são um lugar que propicia a disseminação e resgate dos ideais e valores da cultura negra e proporcionam um espaço seguro de acolhimento, afeto e

construção de vínculos, em outras palavras, assim como enquanto lugar que propicia a disseminação e resgate dos ideais e valores da cultura negra, promovem o enfrentamento.

Isso pode ser evidenciado por meio da exposição dos seus valores civilizatórios, representados através de uma educação pluricultural. Essas atividades dão oportunidade às pessoas da comunidade de acessarem o sentido da ancestralidade africana, bem como a história africana e afro-brasileira, que por vezes foram apagadas nos livros de história de nossa sociedade. Em seguida, destaca-se a importância da valorização da estética negra para o fortalecimento da autoestima negra e afirmação da identidade negra, transformando a própria 'natureza' do terreiro. Essa visão é confirmada por Oliveira e Almirante (2014), que colocam que a pedagogia de um terreiro contribui para a formação integral das pessoas, permitindo que elas "construam suas próprias cosmovisões e identidade, uma vez que estas são construções socioculturais que se relacionam diretamente com a experiência não só individual como também coletiva" (OLIVEIRA; ALMIRANTE, 2014, p. 152).

Diante do que aqui foi exposto, reconheço a importância dos terreiros em ações sociais e educacionais, pois esses espaços mágicos influenciam de maneira significativa na vida de todos que, em certa medida, estabelecem uma relação com ele, seja através dos rituais ou oficinas. Isso é possível pela metodologia e o engajamento político apresentado pelos terreiros, pois eles apresentam propostas totalmente diferenciadas dos currículos escolares tradicionais, visto que valorizam a ancestralidade, além de proporcionar formação profissional significativa e atuante aos moradores da região em que atuam. Nesse contexto, suas atividades demonstram

o empoderamento das pessoas que passam por esses terreiros ou comunidades afro-brasileiros, pois essas se reconhecem como cidadãs dotadas de direitos, além de passarem a não mais negar sua identidade e ancestralidade.

Thiffany Odara Lima da Silva

Yalorixá do Ilê Axé Iba Omin Ajô Ewé, Pedagoga, Especialista em Gênero raça/etnia sexualidade na formação de educadores. Mestranda em Educação e Contemporaneidade pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade na Universidade do Estado da Bahia PPGEduc-UNEB sob orientação do Prof. Dr. Raphael Rodrigues Vieira Filho. Membro do Grupo de pesquisa Experiências, Memórias e Trajetórias de Populações Negras e do Candaces: Grupo de pesquisa sobre Gênero, Raça, Cultura e Sociedade.

Referências

ALMEIDA, Marcio Nery. **Pluralidade Cultural e Educação: Articulando o Currículo Escolar Com o Referencial Mítico da Comunalidade.** Sementes Caderno de Pesquisa. V.5. N 7.2005 p.147-157

AKOTIRENE, Carla. **O Que é Interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificado, 2018.

BRANDÃO, Ana Paula. **Saberes e fazeres**, v.3: modos de interagir / coordenação do - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. Disponível em: «http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/kit/Caderno3_ModosDeInteragir.pdf» acesso em 20 de novembro de 2016.

BRASIL. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.** Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996

DECLARAÇÃO Mundial dos Direitos Humanos. UNESCO, 1948. Disponível em < http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2016

GUIMARAES, Elias Lins. **Ilê Ayê: Insurgência e conhecimento na tradição cultural negra. O terreiro, a Quadra e a Roda”:** Formas Alternativas de Educação da Criança Negra em Salvador. Volume único p,155-176.1997.

LUZ, Marcos Aurelio. **Paraguaçu Caramuru: Diversidade e Conflitos de Civilizações.** Sementes Caderno de Pesquisa V 5, n.7, p15-28, Jan/Dez. 2005

_____. **A favor de Egun,Omo Bibi, A Ancestralidade Nagô uma Homenagem aos 25 anos do Ilê Asipa.** Sementes Caderno de Pesquisa 6, n. 8 p. 23-26,jan/dez. 2005.

LUZ, Narcimária Correia do Patrocinio. **Palmares Hoje: Educação,**

Identidade e Pluricultural Nacional. Terreiro, a Quadra e a Roda”: Formas Alternativas de Educação da Criança Negra em Salvador. Volume único p.149-153.1997.

_____. **Pássaros Inaugurais Expansão dos Princípios Femininos da Existência.** Sementes Caderno de Pesquisa 6, n. 8 p. 27-30, jan/dez. 2005.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A Saúde Psíquica da População Negra.** [S.D]

RESTREPO, E.; ROJAS, A. **Inflexión decolonial:** fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2010. ISBN 958-732-067-1.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da Desobediência:** Travestilizando a Educação. 1ª edição/ Salvador. Editora Devires. 2020.

ROMÃO, J. (org). **A história da educação do negro e outras histórias.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, L. A. F.; **Odara:** a linguagem educativa dos contos de Mestre Didi. Sementes (Salvador), v. 6, p. 97-102, 2005.

Werneck, Jurema. **Construindo a Equidade:** Estratégia para Implementação de Políticas Públicas para a Superação das Desigualdades de Gênero e Raça para as Mulheres Negras. Brasil. Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras/AMNB. Rio de Janeiro, 2007.

dizia “vidas negras importam”,
pra você isso foi o diferencial
É que é toda vez a mesma merda
Ceis matam um eu de carne pra fazer um eu de pedra
Movidos pelo tesão por tragédia
E agora morto eu tenho mais voz do que vivo, parece comédia
Deixa minhas lembranças pros meus
Deixa minha mãe chorar minha morte e vê se não interfere
Que cê não entende por que um de nós morreu, e
o quanto dói ser invisível pela cor da sua pele

Não fui criado pra agradar sua raça
E memo assim ceis lamentaram porque eu parti cedo
Mas eu já te trombei em vida e mesmo sem ter feito nada
Cê mudou de calçada, por medo
Não quero meu nome no seu protesto,
dentro da sua faculdade onde é raro ver preto

Nós não habitamos os mesmos lugares cê falar que
sente o mesmo que os meus não é normal
E só lembrar que preto existe quando morre é aceitar
que eu preso ou morto já é algo cultural

Jup do Bairro & Mulambo

O CORPO TRANS- MIGRANTE E O VÁCUO CIS

Neon Cunha

Sara Wagner York

“Cissexismo” é o neologismo usado para condensar duas ideias colonizadoras, em que uma opera enquanto norma governamental (cisgeneridade) e a segunda atua enquanto caráter de dominação, hierarquização e inclusão de diferença (sexismo). Estes dois conceitos vão agir sobre processos de exclusão sobre o corpo que escapa da crença de que o gênero de pessoas cisgêneras é, de alguma forma, mais legítimo que aquele de pessoas transgêneras; aliado à misoginia, são marcadores importantes no apagamento do engajamento da população trans nas conquistas por direitos LGBTQI+¹. O reconhecimento do Brasil como o país que mais assassina e violenta pessoas que fogem da (cis-hétero) normatização, pelo 13º ano consecutivo – desde a iniciativa de levantamento por instituições da sociedade civil –, tangenciado pela categoria analítica da raça, classe e gênero, mas não só, como veremos a seguir, constituem uma junção de fatores que ampliam graus de exclusão e precarização de muitas vidas.

A forma como mulheres trans e travestis são privadas do reconhecimento social nas conquistas e no enfrentamento à violência com a população LGBTQI+ brasileira não se dissocia da opressão produzida pela invisibilidade de quem não pode ocultar quem se é. Tal motivo coaduna reiterações excludentes quando indivíduos são atravessados por território, geração e apoio familiar.

A história da travestilidade brasileira tem sido (re)construída

1 A sigla é utilizada ao longo do texto como LGBTQI+, por seu uso sobre pautas emancipatórias em 2021 e por apresentar consistência em demandas por políticas públicas e especificidades de cada letra. Assim lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans (como termo guarda-chuva para pessoas transgêneras, transexuais, mulheres trans, homens trans, pessoas transmasculinas/es e pessoas não-binárias), travestis e intersexo, podendo ser positivas quanto a sorologia em aspectos relacionados ao HIV ou a positividade no modo agregador à sigla, podendo adensar outras tantas letras como em alguns textos que trazem panssexuais, assexuais e até Queers (um termo originalmente usado como pós-identitário que ganha cena em alguns espaços no Brasil) etc.

e resignificada por ser um território amplamente inexplorado e que durante a última década tem influenciado gerações que não mais permitem a subserviência ao colonialismo cisgênero. Este momento percorre os últimos anos para como um rio, desaguar nos oceanos de uma pretensa liberdade.

Nós somos duas mulheres trans/travestis educadoras que experienciamos enquanto docentes, atuando na educação em diversos níveis, os espaços cheios de regulações, vigias e disputas sobre e para a forma(ta)ção e (des)envolvimento social de algumas/es/os discentes deixados à margem. Inseridas no (cis)mundo, fomos criadas sob aspectos binários-trans-excludentes e, desse modo, de sua organização e dos processos de autoamor, apreço a autoimagem e autorrespeito. Tivemos que desaprender, reaprender e/ou inventar novos modos de ação para fugir da autodestruição, lugar destinado a muitas de nós. Tão interessante quanto nossos modos inventivos são os modos únicos de organização social: as filas nas escolas, por exemplo. Apesar das alegações de nenhuma pretensão que induza a sexualização, a cisheterossexualização, seguem modos impostos e compulsórios, enquanto trans/travestis e pessoas NãoBinárias ainda lutam pelo direito ao uso de um banheiro, espaço de reafirmação dos binarismos, espaço disputado, político, quase caótico, para alguns corpos.

As estudiosas que examinaram este tópico primariamente afirmam que, no período que antecede a redemocratização (1988 - 2016) a vida LGBTQI+, naquele momento conhecido por outra sigla de igual teor, mas representação e valores representacionais questionáveis. Não à toa, chegamos a 2021, sob pretensa inclusão LGBTQI+ mundial. A tv aberta falou: todes!²

2 <https://pleno.news/entretenimento/tv/amigues-e-todes-novela-da-globo-usara-linguagem-neutra.html>

A LGBTIbaiting é uma das antigas estratégias do (i)mundo cisgênero para captura da atenção de pessoas LGBtrans/Intersexo à cena cisgênero pouco integradora e que mais atende ao público cis-hetero que a nós mesmas. A própria TV aberta tem investido em representatividade, que como sabemos também serve para prover a própria empresa, o chamado pinkwashing que engloba uma política econômica que não desperdiça o dinheiro de quem quer que seja - pinkmoney! Assim, o gaybaiting, ou isca gay, que apresenta CISjeitos em cenas que flertam com afetividade entre/com LGBTQIs+ orna a cena limpa e respeitosa, que exclui pessoas LGBTQI+ de demonstrações públicas de afeto.

Não são apenas as corpas em paralaxe trans – vistas como modelo trans/travesti universal – e a prolepCIS – conceito que posiciona as pessoas trans em condição de leitura social cis –, quando penso em meus atropelos enquanto mulher, travesti, no quanto ainda sou descredenciada por quem genitaliza ou não minha discussão, penso que pode se estabelecer alguma reflexão. Quando penso sob aspecto mestiço e sou lembrada inclusive por brancos da existência de negros, como se estivéssemos em uma grande competição sobre quem (des)legitima quem, nesse momento, alguns insistem em falar de pertencimento e periferia, enquanto, para muitas travestis, os níveis profundos de exclusão não são recortes táteis da travesti periférica, mas da travesti imigrante ou travestimigrante, um golpe só para o abismo (YORK, 2020).

Mesmo sem dados estatísticos, por exemplo, nos relatórios do IBGE, bem como outros tantos dados estatais jurídicos, médicos e literaturas de educação sexual, agentes externos e iniciativas sociais demonstram que embora a transexualidade como termo guarda-chuva tenha sido amplamente discutida na esfera pública mais ampla, ainda há interpelações intensas e rejeição sobre o

tema em alguns casos. Antagonicamente, o comprometimento agenciado por grandes instituições tem levado esperança aos jovens que não necessariamente querem discutir sexualidade, mas inevitavelmente tem evitado a produção e manutenção das masculinidades tóxicas, presente em nossa cultura ao longo da história. Nesse sentido a Associação Nacional de Pesquisadores em Educação – ANPED, tem inserido em todas as falas públicas (nas pessoas de sua presidenta e diretoria) o pronome todEs, flexionado para inclusão representativa de pessoas não-binárias. De mesmo modo a Rede da Campanha Pelo Direito à Educação (nas pessoas da atual Coordenadora Andressa Pelanda e seu antecessor, Daniel Cara, tem feito.

A marca da primeira pessoa a fazer, tecer ou criar postos deve ser comemorada sempre, mas para parte da população brasileira as “primeiridades” sempre chegam de forma inovadora, corroborando com o apagamento daquelas que estavam na caminhada. A “primeiridade” em grupos trans, travestis, PcD e/ou negres, por exemplo, acompanha a retórica que beira o primitivismo, aquele primeiro como base de uma estrutura maior. A “representatividade” não apenas busca significar uma representação política junto aos interesses de determinado grupo, pessoas ou coletivo, mas busca a sua participação em espaços de decisão com poder para mudar rotas e para estabelecer (novos) sentidos³.

Xenofobia, racismo e transfobia

A migrante é aquela corpa que se desloca de modo forçado, compulsório ou indireto. O grupo de pessoas trans forçadas apresenta meninas trans não aceitas por suas famílias, por exemplo. A migração compulsória seria aquela que reitera que

3 <https://www.brasil247.com/blog/um-viva-para-algumas-des-continuidades>

sujeitas que já são capazes de “transar” seriam capazes de se manter economicamente, sendo excluídas de seus núcleos. E há a migração indireta, que coaduna forças capazes para alocar a vítima de exclusão (afetiva, territorial ou de outra natureza) em condição de culpa, capaz de torná-la vítima de si mesma.

A marca permanente das tecnologias de gênero aplicadas no corpo humano de modo visível nos ajuda na construção dos processos de inclusão/exclusão e reconhece aqueles que socialmente estão sob/sobre a tutela cis.

Dandara Kethlen migrou para São Paulo, vivendo ali por uma década, sendo aliciada na prostituição. Quando retornou a Fortaleza, em 2008, descobriu ser portadora de HIV. A travesti, aos 42 anos, foi espancada com chutes, socos, pedras e paus em março de 2016, no Conjunto de Palmares no Bairro Bom Jardim, em Fortaleza, no Ceará. Como se pode ver em inúmeros vídeos amplamente divulgados na imprensa e nos meios virtuais, o ritual de tortura e morte foi longo e doloso, apoiado pela grande maioria da população. Isso se nota pelo fato de não terem impedido. Qualquer semelhança com “histórias e leis bíblicas” é fato. A “comunidade” se reuniu em volta dela para apedrejá-la. Quem bateu, jogou pedras, chutou e vociferou foram jovens, inclusive adolescentes, alguns deles inclusive com a mochila da escola nas costas. Bons “meninos cristãos” fazendo o que os ensinaram a fazer: odiar LGBTs, pessoas fora dos seus conceitos de moralidade e normalidade. Da mesma forma como líderes políticos e religiosos ainda justificam a escravidão citando a Bíblia, afirmando que os negros eram o “povo amaldiçoado” por Deus, descendentes do assassino Caim, aquele que matou Abel.

Podemos aqui traçar um paralelo com a execução semelhante à qual é submetida Gisberta Salce Júnior, em 2006, em Portugal. A brasileira deixou o bairro Casa Verde, na zona norte de São

Paulo, nos anos 90, fugindo das operações de extermínio às mulheres trans e travestis que aconteciam na cidade. Foi para Paris aos 18 anos e aos 20 chegou a Portugal. Boa parte da vida trabalhou na prostituição compulsoriamente, pela negação de direito ao trabalho formal, onde também se descobriu vivendo com HIV. Acabou assassinada na cidade do Porto aos 45 anos, após ser submetida a vários dias de agressões de jovens entre 12 e 16 anos. O caso, que provocou o debate sobre transfobia, expôs também os abusos cometidos na Oficina de São José, instituição tutelada pela Igreja Católica que acolhia 11 dos 14 rapazes e, com grande visibilidade na imprensa local, culminou com seu fechamento depois de vários escândalos de abusos sexuais e desvio de dinheiro, somados ao suicídio de um diretor durante o julgamento do caso.

A morte da brasileira produziu novo debate sobre a transfobia, gerando uma Lei de Identidade de Gênero Portuguesa: desde 2011 não é preciso recorrer a um tribunal para conseguir a alteração de nome e sexo, mas aqui não entram as imigrantes, as “Gisbertas”.

No julgamento dos assassinos de Dandara, foi a primeira vez na Justiça brasileira que um juiz mencionou na sentença “motivo torpe”, nominalmente citado como transfobia. Caracterizou-se, assim, a seletividade e tipificação penal como causa do homicídio. Esse caso ganhou repercussão nacional e causou revolta e mobilização entre a comunidade LGBTQI+, mas não consolidou a elaboração de uma lei de proteção a esta população e tampouco impulsionou o Projeto de Lei de Identidade de Gênero do Brasil.

Em janeiro deste ano, Lorena Muniz, uma mulher trans nordestina de 25 anos, morreu após ser abandonada dentro de uma clínica de estética durante um incêndio no local depois de algum tempo inalando a fumaça tóxica. Foi encaminhada ao Hospital

das Clínicas de São Paulo, onde faleceu. Além das denúncias por ativistas do movimento LGBTQI+ e parlamentares ligados à causa, o que se tornou nacionalmente visível foi a precarização e exploração dos sonhos das travestis e pessoas trans que migram em busca de melhores condições de existências e muitas vezes seguem desamparadas. Todos os casos aqui narrados careciam de acompanhamento psicológico.

A xenofobia é definida como “atitudes, preconceitos e comportamentos que rejeitam, excluem e difamam as pessoas com base na percepção de que são estrangeiros à comunidade ou sociedade nacional”. Em poucas palavras, xenofobia é a demonstração de ódio ao estrangeiro, ao migrante, com atitudes e comportamentos discriminatórios.

Além dos homicídios, a população trans é constantemente submetida a agressões psicológicas e físicas que antecedem as mortes por inúmeras facadas, disparos e, por fim, à exposição do corpo sem vida por meio do abandono, incluindo aqui esse sentimento de não pertencimento, ora pela ausência da vivência nas regiões para onde migra, ora pela negação da legitimidade do reconhecimento da sua existência no gênero.

A Lei de nº 7.716, que define os crimes de racismo, de 5 de janeiro de 1989, também passou a ser conhecida pelo nome de seu autor, o ex-deputado Caó. Carlos Alberto Caó de Oliveira era jornalista, advogado e militante do movimento negro. A lei define a punição para “os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. Entre esses crimes estão impedir o acesso de uma pessoa devidamente habilitada a um cargo público ou negar emprego na iniciativa privada, que podem render penas de dois a cinco anos de reclusão. Também são tipificadas como crimes ações como impedir inscrição de aluno em estabelecimento de ensino,

recusar hospedagem em hotel ou similar, recusar atendimento em bares ou restaurantes e até recusar atendimento em barbearias. O crime de racismo é caracterizado por uma conduta discriminatória dirigida a um determinado grupo ou coletividade.

Somente em 2019 o Supremo Tribunal Federal, ao equiparar a LGBTIfobia ao crime de racismo, conforme o ministro Celso de Mello, em seu voto, não propunha a criação de um novo crime, mas da aplicação do conceito de racismo à discriminação contra LGBTQI+s, com base em um entendimento anterior em um caso sobre antissemitismo, como defende em suafirmção: “Prevaleceu a noção de racismo como instrumento de inferiorização e de subjugação de determinadas pessoas por um grupo hegemônico”. É importante ressaltar que a homofobia e a transfobia não estão na legislação penal brasileira, ao contrário de outros tipos de preconceito. Ao não legislar sobre a homofobia e a transfobia, deputados e senadores se omitem inconstitucionalmente, por “pura e simples má vontade institucional”, ou por puro preconceito, legitimando e naturalizando as violências às quais essa população é submetida.

Em 2016, a renomada revista “The Lancet Psychiatry” publicou pela primeira vez uma pesquisa de campo, de Rebeca Robles e outros, em que os autores se perguntam “se existem provas para sustentar a classificação da incongruência de gênero como uma condição psiquiátrica”. Muito parece indicar “que a aflição e a disfunção que numerosos participantes da pesquisa lembram ter experimentado na sua primeira adolescência eram associadas com suas lembranças de rejeição social e violência naquele período da vida, muito mais do que com fatores diretamente relacionados com a incongruência de gênero”.

A conclusão da pesquisa é que as dificuldades das pessoas transgêneras deveriam ser excluídas da lista dos transtornos

mentais e de comportamento. Sem isso continuarão sofrendo um duplo estigma: o de ser transgênera e o de ter um diagnóstico de transtorno mental. A conclusão dos autores respondia à demanda da maioria dos clínicos, para quem as identidades de gênero dessas pessoas não são psicopatológicas, a não ser pelos efeitos de sua exclusão social.⁴

A transexualidade deixa de ser considerada doença em junho de 2019, mas ainda é patologizada. Na nova edição do Código Internacional de Doenças, a transexualidade passa para o capítulo de “condições relacionadas à saúde sexual” e é classificada como “incongruência de gênero”, referindo-se às pessoas que não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento.

Realmente fica visível que em momento algum da formulação dessas diretrizes se pensou em pessoas que estão além do binarismo. A garantia dos direitos, o reconhecimento de outras identidades e o respeito precisam se fazer presentes em uma sociedade que se diz democrática e cidadã, e pontuar possibilidades de organização que não se ancorem no marcador sexo/gênero. Esta reflexão, que aborda perspectivas históricas das mudanças dos feminismos, mostra-nos que os movimentos sociais são processuais, vivos, e agem a partir de demandas que podem – ou não – sofrer alterações. Essas alterações podem ser internas ou serem expressas na criação de novas vertentes que reivindiquem social e politicamente outras pautas.

Algumas iniciativas em 2021 realizadas por importantes agentes do judiciário ampliaram o que o Conselho Nacional de Justiça⁵ já havia percebido: o reconhecimento da necessidade de ter um protocolo diante do aumento das ocorrências da violência de

4 <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/contardocalligaris/2016/08/1798534-uma-transexual-nao-aceita-que-sua-condicao-seja-vista-como-transtorno.shtml>

5 <https://www.cnj.jus.br/cnj-lanca-protocolo-para-julgamento-com-perspectiva-de-genero/>

gênero no Brasil. Apenas nesse ano foram capacitados mais de 200 juízes e magistrados pelo Brasil, com iniciativas parceiras por meio de inúmeras instituições com destaque para ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Assim, a partir dos estudos desenvolvidos singularizadamente ou por coletivos que implementam as políticas nacionais relativas ao enfrentamento à violência contra pessoas trans/travestis e não binárias, além do incentivo à participação nos espaços de poder e tomadas de decisão.

O Brasil se constituiu em um país racista e cissexista e precisa de ações efetivas para lidar com isso. A estratégia mais eficaz para esse enfrentamento é a educação, e, sim, a produção intelectual de pessoas que divergem da cisheteronorma ocidental, branca, hegemônica precisa ser veiculada, lida, debatida, ampliada e vivenciada como um código de transição.

Neon Cunha

Mulher, negra, ameríndia e transgênera, questionadora da branquitude e cisgeneridade tóxicas. Uma das mais reconhecidas vozes da despatologização das identidades trans no Brasil e primeira mulher trans a denunciar presencialmente violências na OEA (Organização dos Estados Americanos). Integra diversas iniciativas e espaços como ativista independente, dentre elas a Marcha das Mulheres Negras de São Paulo e como patrona da Casa Neon Cunha, espaço de acolhimento LGBTQI+ do ABC Paulista.

Sara Wagner York

Sara Wagner Pimenta Gonçalves Junior, Travesti da/na Educação, denunciando o Estado letalizante que sempre viveu e também reforçando a urgência do nome social. É Instrutora de Teatro e foi coreógrafa de musicais. É pesquisadora, professora, Mestra em Educação (PROPED/UERJ), Licenciada em Letras – Inglês e respectivas literaturas (UNESA), Licenciada em Pedagogia (UERJ), Licenciada em Letras – Vernáculos e respectivas literaturas de língua portuguesa (UNESA), Especialista em Orientação, Supervisão e Inspeção Escolar (SSVP) e Gênero e Sexualidade (CLAM/IMS), orgulhosamente avó e atualmente Doutoranda em Educação (GESDI-FFP/UERJ).

Ceis não vão mudar porra nenhuma
Mais um corpo preto no chão
E não muda porra nenhuma
Descartável igual o cigarro que cê fuma
Pra vocês foi só mais um e
não muda porra nenhuma
Ceis não vão mudar porra nenhuma

Ceis não vão mudar porra nenhuma
Mais um corpo preto no chão
E não muda porra nenhuma
Descartável igual o cigarro que cê fuma
Pra vocês foi só mais um e
não muda porra nenhuma
Ceis não vão mudar porra nenhuma

Jup do Bairro & Mulambo

ATLETAS TRANS NO BRASIL:

Agenda e desafios
políticos

Leonardo Morjan Britto Peçanha

Introdução

Pensar corpo na sociedade ainda está atrelado a uma ideia hegemônica. Fugir do imaginário naturalizado é importante para entendermos a pluralidade de possibilidades corporais.

Quando pensamos em esporte, novamente, o que é culturalmente dado é o padrão, partindo sempre da ideia biológica onde homens possuem pênis e mulheres vagina. Tudo o que foge dessa lógica binária é controlado e pejorativo.

No entanto, não existem apenas pessoas cisgênero¹ na sociedade. Outras formas de corporeidades também fazem parte do universo esportivo. Como exemplo podemos citar pessoas intersexo e pessoas transgênero².

Pessoas intersexo são aquelas que possuem uma variação em relação ao masculino e feminino no corpo biológico, no que diz respeito à forma cultural em que identificamos essas estruturas. Ou seja, são “variações nas configurações dos cromossomos, localização dos órgãos genitais, coexistência de tecidos testiculares e ovários (JESUS, 2015). É sabido que na história do esporte olímpico a participação de atletas intersexo esteve presente, mas de forma invisibilizada (CAMARGO, 2019).

Em relação a pessoas transgênero, apenas na edição dos Jogos Olímpicos (JO) de 2020, realizado em 2021 devido à pandemia do covid-19, que atletas trans puderam participar de forma assumida com suas identidades de gênero. Isso nos leva a afirmar que durante muitos anos existiu uma lacuna no

1 Pessoa que ao nascer foi atribuída ao gênero com que se identifica. Exemplo: uma mulher que nasce com vagina, cromossomos xx e aparelho reprodutivo feminino, se identificando como mulher.

2 Pessoas que foi atribuída ao nascer no gênero com que não se identifica. Ou seja, nasceu com pênis e se identifica como mulher.

acesso de pessoas trans nos esportes olímpicos (PEÇANHA, 2021). Três atletas trans participaram: Laurel Hubbard, levantadora de peso da Nova Zelândia, Quinn, da seleção feminina de futebol do Canadá, e Alana Smith, no skate street. Quinn e Smith são atletas não binárias³.

No que diz respeito à discussão de atletas trans no Brasil, o debate ficou mais visível e acalorado após a atleta Tifanny Abreu competir na categoria feminina. Na ocasião, isso se passou no Sesi Bauru (2017), e hoje no Osasco. Tifanny é uma atleta de voleibol, mulher transexual que tem sua trajetória esportiva iniciada desde antes de sua adequação de gênero⁴ no esporte. Por esse motivo, a atleta foi e ainda é julgada, e passou a sofrer retaliações nas redes sociais por ser uma mulher trans e estar atuando na categoria feminina.

Uma das principais críticas é em torno da possível *vantagem biológica* que a atleta transexual poderia ter em relação a mulheres cisgênero, devido à leitura de seu corpo biológico como sendo de um homem cisgênero, e não de uma mulher transexual. Apenas passando por uma bateria de exames para provar que é apta para estar na categoria feminina, ela recebeu a permissão da Federação Internacional de Voleibol (FIVB) e da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV). Contudo, desde 2003 o Comitê Olímpico Internacional (COI) deu diretrizes para a participação de atletas trans no alto rendimento. Em 2015, antes das Olimpíadas Rio 2016, foram redefinidas as diretrizes de participação com novos itens, dentre eles a não obrigatoriedade da cirurgia de redesignação sexual.

3 Pessoa que não se identifica com o binário de gênero, homem x mulher e se reconhece como tendo um gênero fora desse padrão.

4 Processo pelo qual pessoas trans/travestis passam para se adequarem ao gênero com o qual se identificam, podendo fazer modificações corporais, como cirurgias e reposição hormonal.

Depois da atuação da atleta Tiffany se tornar visível no país, algumas casas legislativas, como em alguns estados, municípios e no congresso nacional, começaram a tramitar Projetos de Lei (PL) pela exclusão de atletas trans nos esportes de alto rendimento. A discussão sobre o tema de atletas trans tem ficado em evidência, sempre atrelado a uma ideia de cisnormatividade⁵ corporal, excluindo possibilidades outras de corpos com legitimidade.

Tiffany Abreu é hoje, até então, a única atleta mulher trans a competir no alto rendimento no Brasil, e toda essa preocupação exagerada com a sua presença na categoria feminina nos faz nos perguntar que o incomodo se dá por motivos outros, e não meramente uma possível desigualdade no esporte. Uma preocupação revestida de discurso de ódio e posicionamentos reacionários para manter o *cistema*⁶ e colocar as pessoas trans em lugares de vulnerabilidade social, o que privilegia outras pessoas e estruturas sociais.

Corporeidade Trans e Atletas Trans

Atentar para um olhar interseccional é importante para que possamos perceber as diversas possibilidades de existência humana. Pessoas trans e travestis ainda estão vinculadas a uma vulnerabilidade social que é estrutural devido ao estigma social por que a população transgênero é atravessada.

Muitas das violências cotidianas estão no âmbito social da transfobia, que é a violência direcionada a pessoas transgênero, transexuais e travestis em forma de “preconceito e/ou discri-

5 Norma que determina que o corpo e a experiência de pessoas cisgênero são os únicos legitimados na sociedade, naturalizando uma ideia biologicista e binária de corporeidade.

6 Usamos a letra “c” neste caso para o sentido de sistema cisgênero, relacionado a uma cisnormatividade, ou seja, das pessoas cisgênero. Por isso *cistema*.

minação em função da identidade de gênero da população trans” (JESUS, 2015). O Brasil é o país que mais assassina pessoas trans no mundo segundo dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais ANTRA (2021), que todo ano faz esse levantamento de dados.

Esse impacto social também é visto nos esportes, quando apenas uma atleta trans é conhecida socialmente participando de competições oficiais no Brasil. Isso diz muito das lacunas e dos não lugares em que pessoas trans se situam na sociedade. O esporte como um local de poder também repete questões estruturais, de forma direta ou indiretamente.

Quando não legitimam o corpo trans, fica evidente o cissexismo⁷ que o esporte reforça juntamente com a sociedade (CAMARGO, 2020). O corpo trans não é uma mera cópia do corpo cisgênero, logo, as modificações corporais e as cirurgias específicas do processo de adequação de gênero em pessoas trans não podem ser lidos como apenas processo estético, pois é também funcional⁸ tendo impacto de forma orgânica no corpo da pessoa trans que faz uso dessas alternativas para ressignificar seus corpos (PEÇANHA, 2019).

As mudanças que ocorrem no corpo trans em relação a reposição hormonal são pensadas numa lógica cisnormativa. Logo, os percentuais hormonais relativos a homens trans, mulheres transexuais e travestis têm como parâmetro as taxas

7 “Ideologia, resultante do binarismo de gênero ou dismorfismo sexual, que se fundamenta na crecha estereotipada de que características biológicas relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas a gênero (...). A nível institucional, redundando em prejuízos ao direito à autoexpressão de gênero (...), criando mecanismos legais e culturais de subordinação (...)” (JESUS, 2015).

8 Funcionamento orgânico corporal que se reconstrói e passa funcionar de forma diferente devido ao uso de hormônio por pessoas trans e travestis que fazem uso da reposição hormonal.

hormonais de homens e mulheres cisgênero. Homens trans possuem o mesmo percentual de testosterona que homens cisgêneros, e mulheres transexuais e travestis o mesmo de estrogênio que mulheres cisgênero. Em alguns casos tomam bloqueadores de testosterona junto do estrogênio.

Essa mudança orgânica precisa ser levada em consideração no que tange a fatores funcionais que agora passam a ter outros aspectos no corpo, assumindo características funcionais diferentes. Como exemplos sucintos: homens trans passam a ter mais força e explosão; mulheres trans passam a ter sua redistribuição de gordura diferente, além de diminuição dos gametas sexuais.

Sendo assim, esperar que mulheres trans tenham força vendo-as como homens cisgêneros é um erro. É preciso compreender as mudanças que a reposição hormonal faz no corpo, assim como as cirurgias. Afirmar vantagem é uma forma de não compreender que todos os corpos são diferentes e, sendo assim, podem ter vantagens entre si. Existem vantagens em relação a corpos cisgêneros entre a corporeidade cisgênero. Não à toa as categorias esportivas são separadas por peso, idade, altura etc.

Em relação às pessoas trans no esporte, uma mulher trans com os níveis hormonais e biotipo corporal igualado ao de uma mulher cisgênero, de forma cissexista, é lida com vantagem muito em função do que alguns estudiosos e pesquisadores relatam sobre a memória muscular⁹. No entanto, fatores biofisiológicos não devem estar desatrelados de fatores psicossociais e biopsicossociais, pois cada pessoa é um indivíduo diferente, e a memória muscular no corpo de uma pessoa

9 Memória que envolve uma solidificação de uma tarefa motora específica na memória por meio da repetição. Pode ser usada como aprendizagem motora.

trans precisa ser vista enquanto corpo trans. Pesquisas devem ser feitas para cada vez mais entendermos as mudanças nos corpos trans oriunda da adequação de gênero, assim como a ciência faz com corpos cisgêneros.

As diretrizes do COI são bastante enfáticas quanto a mulheres transexuais. São muitas exigências. Em contrapartida, para homens trans existe apenas uma.

Como exemplo de diretriz para atletas trans elaborada pelo COI:

- A atleta precisa declarar que sua identidade de gênero é feminina. Esta declaração não pode ser mudada, para propósitos desportivos, por pelo menos 4 anos;
- A atleta precisa demonstrar que seu nível total de testosterona no soro está abaixo de 10 nmol/L por pelo menos 12 meses antes da sua primeira competição (0,5nmol/L -IAFF¹⁰);
- A adequação a estas condições devem ser monitoradas por testes. Em caso de não adequação, a elegibilidade da atleta para competições femininas será suspensa por 12 meses;
- Aqueles que transicionam do feminino para o masculino são elegíveis para competir em qualquer categoria sem qualquer restrição.

A exigência que o nível total de testosterona no soro seja abaixo 10nmol/L por pelo menos 12 meses antes da sua primeira competição é uma tentativa de controlar o corpo da mulher trans. Acompanhamento endocrinológico trabalha nesse sentido. Níveis muito acima ou abaixo podem causar

¹⁰ Federação Internacional de Atletismo (IAAF) deu novas diretrizes para mulheres em relação a nanomols por litro de sangue. Link: <https://ge.globo.com/atletismo/noticia/iaaf-divulga-nova-regra-atletas-transgeneros-devem-reduzir-ainda-mais-o-nivel-de-testosterona.ghhtml>

problemas de saúde. Como dito anteriormente, a reposição hormonal é funcional e não somente estética.

Em relação aos homens trans, quando COI diz que estão elegíveis para quaisquer categorias, estão lendo corpos transmasculinos¹¹ como cópias de corpos femininos cisgêneros apontando um não lugar e invisibilidade (PEÇANHA, 2018), deixando os homens trans atletas numa espécie de limbo (CAMARGO, 2021) onde, para competir com mulheres, ele é forte e para competir com homens é fraco. Essa ideia coloca todas as mulheres e todas as pessoas transmasculinas num lugar inferior. Aponta uma misoginia e uma misoginia transmasculina, devido à leitura transfóbica de homens trans como se fossem mulheres. Ou seja, inferioriza tudo que é oriundo de um lugar feminino.

As diretrizes do COI não funcionam como lei, são apenas sugestões, sendo assim as confederações e federações esportivas podem ou não adaptar seus clubes na intenção de receber atletas trans. O fato de não ter atletas trans no esporte alto rendimento perpassa por uma transfobia estrutural e institucional que impede essa inclusão.

A agenda política trans no esporte

Devido a discussões sobre atletas trans, algumas câmaras municipais, assembleias legislativas e o congresso nacional entraram com PLs contra pessoas trans nos esportes, para que fosse impedida a participação ou que só competissem no gênero que lhe foi atribuído no nascimento, lendo este como sexo biológico.

¹¹ Termo guarda-chuva das identidades de homens trans e demais pessoas que ao nascer foram atribuídas ao gênero feminino, mas não se identificam como mulher, ou de pessoas não binárias ao nascer atribuídas ao feminino.

Estados como Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo são alguns exemplos de estados onde deputados entraram com esse tipo de PLs.

Um dos que teve bastante repercussão foi o PL346/2019, na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), de autoria de Altair Morais (Partido Republicano). Também na ALESP, a deputada Erica Malonguinho mobilizou ativistas, especialistas nas redes sociais e fez uma audiência pública em agosto de 2019 para trazer uma contra narrativa ao que estava sendo posto pelo PL. Embasada por um discurso sem evidência e pautado por discurso de exclusão e de ódio, o PL deixou bastante nítido que tinha um caráter ideológico com fundo reacionário.

Desde então algumas pessoas têm se mobilizado em redes sociais, participado de lives e em espaços de discussão sobre o tema trans no esporte. Assim está sendo criado um movimento a favor de atletas trans. Nomes como Danielle Nunes, Erika Hilton, Erica Malonguinho, Bernardo Gonzales, Raphael Martins, Leonardo Peçanha, Leonardo Lima são alguns dos que participam.

O respeito à identidade de gênero das pessoas trans nos esportes, além de pensar novas formas de corporeidades, aponta para questões além da cisnormatividade. Essas são uma das principais demandas: a percepção corporal que fuja à lógica binária e a um imaginário cissexista.

Narrativas positivas pela permanência de atletas trans são fora do olhar cisnormativo e também pela perspectiva sociocultural, em que fatores como a vulnerabilidade social juntamente aos aspectos biológicos são colocados para contextualizar que PLs contra pessoas trans nos esportes não faz sentido tendo apenas uma atleta trans jogando no alto

rendimento. E mesmo se tivesse muitas pessoas trans, não seria de forma igual. Existem mais pessoas cisgênero do que transgênero. Campeonatos específicos para pessoas trans coloca novamente a população transgênero num estigma social, além da falta de kórum.

Considerações finais

O debate sobre atletas trans no Brasil precisa ser pensado de forma inclusiva, didática, desatrelado da ideia biologicista, cisnormativa e cissexista. Olhando para o corpo trans como ele realmente é. Não fazer isso é se atrelar a uma ideia de ódio e pensamento reacionário, colocando a população trans brasileira, também através do esporte, na vulnerabilidade.

Ser atleta é um trabalho. Quando impedem atletas trans de acessarem esse lugar estão dizendo que pessoas trans não podem estar em espaços de esporte e lazer, como se não merecessem. Isso é muito cruel, é transfobia.

Pesquisas preocupadas em investigar saúde trans e corpo trans para entender melhor seu funcionamento, longe do olhar cisgênero, são bem-vindos. Uma forma interessante de desnaturalizar a cisnormatividade é visibilizar novas manifestações corporais.

Enquanto as diferenças corporais no esporte não forem respeitadas com equidade, os corpos trans irão se fazer presente na luta pela participação e permanência de atletas trans em espaços esportivos, seja no alto rendimento ou no amador.

Leonardo Morjan Britto Peçanha

Doutorando em Saúde Coletiva (IFF/FIOCRUZ), mestre em Ciências da Atividade Física (PGCAF-UNIVERSO) e especialista em Gênero e Sexualidade (IMS/UERJ). Licenciado e Bacharel em Educação Física (UNISUAM).

Pesquisador no ODARA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (IFRJ/CNPq) e consultor de diversidade. Principais temas de pesquisa são: gênero, sexualidade e violência; aspectos socioculturais da Educação Física; saúde transmasculina e transmasculinidades. Membro da diretoria da Associação Brasileira de Estudos de Homocultura - ABEH (2021-2023). Coordenador de Políticas LGBTI+ no Feminismo Negro no Esporte.

Idealizador do site Negros Blogueiros. Ativista dos direitos humanos.

Referências

Associação Nacional de Travestis e Transexuais - Antra. **Dossiê dos Assassinatos de Travestis e Transexuais em 2021 Brasil**, 2021. Acesso fevereiro de 2021. < <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/07/boletim-trans-002-2021-1sem2021-1.pdf> >

CAMARGO, Eric Seger de. **Pessoas trans no esporte: os jogos da cisnormatividade**. Dissertação de Mestrado. 2019.(Mestrando em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

< <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218439> >

CAMARGO, Wagner Xavier de. **Atletas intersexo em competições esportivas**. Ludopédio, São Paulo, v. 117, n. 28, 2019 < <https://ludopedio.org.br/arquibancada/atletas-intersexo-em-competicoes-esportivas/> >

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Homofobia: Identificar e Prevenir**. Rio de Janeiro. Metanoia. 2015

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. **Inclusão e legitimidade de atletas trans nos esportes**. Mídia Ninja. Rio de Janeiro, 2019. Acesso em novembro de 2019. < <https://midianinja.org/editorninja/inclusa%CC%83o-e-legitimidade-de-atletas-trans-nos-esportes/> >

PEÇANHA, L. M. B. **Inclusão e legitimidade atletas trans nos esportes**. Mídia Ninja, 2019. Disponível: <https://midianinja.org/editorninja/inclusa%CC%83o-e-legitimidade-de-atletas-trans-nos-esportes/> > Acesso: dezembro de 2019.

PEÇANHA, Leonardo. **Homens trans sofrem transfobia diferente das mulheres trans**. Observatório Racial do Futebol. Entrevista de Neto Lucon com Leonardo Peçanha. 2018. Disponível em < <https://observatorioracialfutebol.com.br/homens-trans-sofrem-transfobia-diferente-das-mulheres-trans-no-esporte-afirma-leonardo-pecanha/> > Acesso: outubro de 2018.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. **Presença de pessoas trans nos Jogos Olímpicos: pertencimento e denúncia**. UOL Notícias, 2021. Disponível: <https://www.uol.com.br/esporte/olimpiadas/ultimas-noticias/2021/08/02/presenca-de-pessoas-trans-nas-olimpiadas-pertencimento-e-denuncia.htm> > Acesso em: agosto de 2021.

quero que continue a sorrir
(mais um corpo preto no chão e não muda porra nenhuma)
mesmo com a ideia de me ver partir
(ceis não vão mudar porra nenhuma)
olha só o que eu construí
(mais um corpo preto no chão e não muda porra nenhuma)
as palavras tortas, eu não me arrependi
(ceis não vão mudar porra nenhuma)
se eu tivesse um pedido (seria)
luta por mim
se eu tivesse um pedido(seria)
luta por mim

Jup do Bairro & Mulambo

CONSTITUIÇÃO DO ORGULHO:

visibilidade como
instrumento de
transformação

Luanda Pires

Em regra, as pessoas LGBTQIA+ divergem de todos os padrões determinados pela cultura cisheteropatriarcal imposta pelo colonizador Europeu. Por esta razão são alvos de preconceitos e discriminações que fazem com que grande parte seja excluída da vida em sociedade, marginalizada ou tenha seus acessos aos espaços dificultados.

Essas pessoas têm seus Direitos cerceados continuamente, tanto social quanto institucionalmente, fazendo com que a defesa da garantia de seus direitos fundamentais sejam objeto de luta e debate pelas principais organizações internacionais.

Prova disso é que segundo a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA), milhões de pessoas ao redor do mundo continuam morrendo apenas em razão de suas orientações sexuais e/ou identidades de gênero.

De acordo com o último levantamento realizado pela ILGA, dos 193 países que fazem parte da Organização das Nações Unidas, 67 ainda criminalizam tais relacionamentos, podendo as pessoas acusadas serem punidas com multas e até prisão PERPÉTUA! Em seis desses países é aplicada a pena de MORTE às pessoas que se relacionam com parceiras do mesmo sexo biológico/gênero.

Isso demonstra que, ao mesmo tempo em que diminuem os lugares onde pessoas são perseguidas por sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, surgem novos Estados criminalizando de alguma maneira essas relações e punindo essas pessoas.

Trata-se de premência reconhecida mundialmente, que estabelecendo uma busca global pelo fortalecimento do debate em torno do combate a essas discriminações, inclusive no Brasil – país que possui elevadas estatísticas em relação às violências de cunho LGBTIfóbicos.

Por isso, é importantíssimo direcionar a discussão a respeito dos direitos e garantias dessa população para o centro do debate, aprofundando sobre o tema, observando todas as especificidades, resguardando as interseccionalidades e dando visibilidade para todas as identidades.

No Brasil, durante muito tempo o modelo legal e legítimo de existência era o heterocisnormativo, fruto de uma relação monogâmica (para a mulher, vale sempre dizer) constituída pelo casamento religioso ou civil, que tinha como objetivos a manutenção de patrimônio e o poder político através da constituição de laços de dependência.

Todas as pessoas que, por qualquer motivo, não se dobravam às imposições estatais em relação à formação das suas famílias, tinham suas entidades familiares e componentes desses núcleos marginalizados e invisibilizados pelo Poder Público.

Isso é indissociável de qualquer análise sobre construção de Direitos, uma vez que separarão separar os povos em raças o colonizador europeu cunhou o “homem universal”, determinando que todos os demais seres que não possuíssem fenotípico idêntico ao seu eram seres menos evoluídos, o que é o racismo.

Esta classificação de indivíduos, que desumanizou e exterminou povos por todo o mundo, desembocou em uma estratificação social que dividiu as pessoas de forma desigual, a partir de critérios econômicos, políticos e sociais. Ela sempre esteve intimamente articulada com o racismo, e passou a definir o lugar de “não humanidade” para determinados grupos sociais.

Assim, para atendimento da função de manutenção de status social à família tradicional, tendo a procriação como instrumento de transmissão de patrimônio, os homens eram

colocados em posição central para cumprirem a função de verdadeiros patriarcas e as mulheres criadas para exercerem os papéis de reprodutoras e de subordinação aos maridos. Neste sentido, “criminalizam-se” também as relações inter-raciais, por serem incapazes de cumprir tal função, dado o lugar imposto às pessoas não brancas.

Como se vê, essa adoção de modelos únicos de existência e família determinadas pelo Estado fez com que fossem legitimados as inúmeras discriminações já existentes na sociedade, contribuindo ativamente para manutenção de padrões coloniais sociais com alta carga discriminatória.

Mas a industrialização, que deslocou a função de produção econômica das famílias para as indústrias, junto com a busca de emancipação das mulheres por meio do movimento feminista e a descoberta de formas artificiais de reprodução alteraram profundamente a dinâmica das relações, contribuindo de forma ativa para que muitos desses padrões impostos fossem questionados e derrubados.

Assim, as famílias antes formadas por um homem e uma mulher, unidos pelo matrimônio transformam-se em espaços de desenvolvimento moral e afetivo, pautados na garantia da dignidade de seus membros e na assistência recíproca entre eles.

Foi necessário que o Estado, agora já Democrático de Direito, reconhecesse o dinamismo que é intrínseco à essência humana e a incapacidade dos códigos ou leis em contemplarem toda a diversidade inerente ao exercício da humanidade dos seres. Isso fez com que as leis se adequassem às transformações sociais, fazendo com que o Direito evoluísse.

Tal retrospecto histórico se faz necessário para que exista a compreensão da estrutura a qual a sociedade brasileira pertence e seu papel fundante na organização política do Estado.

É necessária a análise em torno da formação das relações de poder e como elas dialogam com colonialismo, o capitalismo, o racismo, as discriminações baseadas no gênero, a LGBTIfobia e tantas outras formas de dominação que excluem determinados grupos de pessoas da história e da construção política do país, tornando-os não sujeitos de direito.

Pensando nisso, é preciso reconhecer não apenas a existência como a importância dos movimentos sociais dentro desses processos de mudanças. Trazendo à tona as construções sociais, culturais e políticas realizadas por eles, que foram e são protagonistas na busca por Direitos às populações historicamente minorizadas.

Foram esses grupos que, na década de 80, conseguiram se fazer presentes, trazendo para dentro da Assembleia Constituinte discussões próprias, buscando inserir suas demandas no texto da Constituição ali em discussão. Travando verdadeiras batalhas para que fossem reconhecidos como cidadãos de direito, mas de um direito que fosse capaz de reconhecer também as suas pluralidades.

Isso se consolidou, se expressando de forma sólida com a promulgação da Constituição de 1988, que trouxe para o público muitas questões antes consideradas de ambiente privado, criando o panorama do Estado Social, como resultado nítido do fortalecimento de movimentos sociais, com destaque para os movimentos negro e de mulheres.

Assim, a sociedade civil organizada por ativistas que por muito viveram na clandestinidade, em razão do período ditatorial, se coloca como uma das principais atrizes no processo de redemocratização do Brasil, garantindo a outorga do status de “cidadãs” para as pessoas negras, as mulheres, os indígenas, as pessoas do campo, as pessoas com deficiência, a população

LGBTQIAP+, e buscando o reconhecimento de direitos sociais coletivos e individuais.

Nesta época, o movimento LGBTQIAP+ brasileiro, em processo de organização, não conseguiu com que seus pleitos fossem abarcados expressamente pelo texto constitucional. Todavia, dado o aspecto social trazido pela nova Constituição, compreendeu-se a necessidade de se organizar e lançar-se como ator político frente ao Estado, para que pudesse cobrar por políticas públicas afirmativas e efetivação de direitos.

Amadurecido, entendeu também que para buscar por políticas públicas, seria necessário compreendê-las como meio de efetivação de Garantias Constitucionais e Promoção dos Direitos Fundamentais trazidos pela Constituição de 1988 e se articulou para cobrar da Administração Pública (responsável pela definição prévia dos serviços que serão oferecidos à população) ações focadas na comunidade.

Assim, foi aperfeiçoado o entendimento de que políticas públicas têm como finalidade assegurar direitos constitucionalmente protegidos, ainda que não expressos, o que é absorvido pelo movimento social. Operacionalmente falando, além da Administração Pública ter a função de desempenhar de forma permanente os serviços do Estado em prol da coletividade, ela deve atender a uma série de princípios instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro, principalmente a Constituição Federal.

Nesse sentido, são reconhecidas como verdadeiros mecanismos de combate às desigualdades, já que nada mais são do que conjuntos de decisões e ações vindas do setor público, voltadas à manutenção do equilíbrio social e a transformação da realidade da população, mas tornaram-se ponto focal do trabalho, também, do movimento LGBTQIAP+ brasileiro.

Contudo, dada a dificuldade na obtenção de respostas concretas, em razão da inércia e omissão do Estado em relação a essa parcela da população, foi necessário que o movimento se articulasse e trouxesse a agenda da população LGBTQIAP+ para o discurso jurídico, buscando não apenas por novos direitos ou proteções especiais.

Após a Constituição de 1988, ele passa a bater às portas do legislativo, do judiciário, em especial do Superior Tribunal Federal – STF, apelando pela implementação de direitos que, por estarem constitucionalmente postos, deveriam ser garantidos à toda e qualquer cidadã, mas que a essa população ainda são tolhidos.

Em verdade, o empenho frente aos Tribunais se dá pela efetivação dos Direitos e Garantias Fundamentais protegidos pela Constituição Federal, e as perguntas que deveriam ser feitas pela sociedade brasileira como um todo são: “Por que a população LGBTQIAP+ não tem assegurados Direitos e Garantias trazidos pela Constituição Federal? Quais são os fatores geradores dessa restrição de Direitos?”

Todavia, assim como o Estado, a maioria da população cisheteronormativa branca ainda fecha os olhos e se esquivava para que não precise responder a essas perguntas. E o motivo é claro: para respondê-las, é necessário questionar lugares de privilégios de forma individual. É necessário entender a estrutura e se colocar no lugar de protagonista na manutenção desses padrões, que são altamente discriminatórios e que quando mantidos, favorecem uma minoria populacional, mantêm essas pessoas em lugar de destaque, na mesma proporção que descarta outras.

Em suma, para respondê-las é necessário que haja responsabilização! Tanto individualmente, quanto por parte do Estado.

Porque quando falamos nessa série de Direitos que não são alcançados por essa parcela da população estamos falando de princípios e objetivos fundamentais do Estado.

Direitos estes que estão presentes no decorrer de todos os artigos da Constituição da República. São Princípios Fundamentais e Garantias norteadoras do verdadeiro Estado Democrático de Direito. Direitos que para uma sociedade heterocisnormativa são intrínsecos à própria existência, como o Direito à vida, a segurança, educação, saúde, trabalho, lazer, ir e vir, votar e ser votada (e/o), dentre outros.

Portanto, a luta travada pelo movimento LGBTQIAP+ brasileiro é pela efetivação de imunidades como o Direito à Igualdade, que garante que todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito a proteção contra qualquer determinação, por exemplo.

O próprio Direito a não discriminação, seja por raça, religião, orientação sexual, identidade de gênero ou de qualquer outra natureza. A dignidade da pessoa humana, que visa garantir uma existência digna a toda (e/o) cidadã (ão) protegendo o direito de a pessoa ser quem é.

O Direito à intimidade, que garante que ninguém deve sofrer interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar, que são ambientes constitucionalmente invioláveis. O próprio Direito de proteção a família, que é a base do Estado e que garante que toda e qualquer pessoa, civilmente capaz, possa contrair o matrimônio e formar sua família de acordo com a sua vontade.

Então, são Garantias Fundamentais que deveriam ser inerentes a todas as pessoas, sem distinção, mas que na prática, apesar da Lei determinar que não deve haver distinção na garantia e no exercício desses direitos, infelizmente, ainda

são restringidos constantemente à população LGBTQIAP+.

E a violação frequente destes Direitos impacta no não exercício progressivo da cidadania, que por ser um conceito que se renova com o passar do tempo, deve ser dinâmica e acompanhar as transformações sociais. Ela, invariavelmente, está ligada ao exercício desses direitos trazidos pela Constituição Federal, orientando e estabelecendo as diretrizes para todas as demais normais.

Assim, falar no não exercício da cidadania, é falar no não exercício de direitos civis, políticos, sociais e humanos. Eles nada mais são do que direitos e garantias individuais e coletivos que nos compõem enquanto seres viventes e nos torna cidadãs (os), pessoas com direitos e deveres, que integram uma sociedade.

Trata-se, portanto, do não exercício da democracia! Logo, é preciso pensar que vivemos em um Estado Democrático de Direito que marginaliza pessoas e impede que se tenha acesso a direitos definidores do exercício da própria humanidade. Tudo em razão das profundas raízes coloniais que alimentamos nesse território, que urge por desenvolvimento.

Porém, a urgência é por um desenvolvimento focado nos grupos historicamente minorizados, em todos os espaços e níveis, envolvendo as pessoas LGBTQIAP+, mulheres e pessoas negras. Nestes grupos populacionais ainda tidos como “minorias”, dada a inviabilização imposta, mas que representam maioria populacional.

Para que isso aconteça, é importantíssimo que todas as pessoas, de forma individual, entendam e aceitem a história deste país e seus lugares, enquanto indivíduos pertencentes a essa sociedade, para que de fato haja mudança. Por mais que essa história tenha sido costurada às custas de muito

sofrimento, com povos sendo escravizados, grupos minorizados e marginalizados, é preciso que haja debate em torno destas questões.

É necessário que a sociedade brasileira assuma que ainda mantém essa estrutura colonialista que subalterniza, mata e deixa morrer corpos que fogem dos padrões pré-determinados pela cultura eurocêntrica e heterocisnormativa. Reconhecendo que, nessa estrutura que muitas pessoas ainda se recusam a olhar, alguns corpos sequer são vistos como corpos providos de humanidade. Que a desumanização dessas pessoas sempre foi uma realidade.

A sociedade brasileira precisa admitir que é racista e discrimina pessoas em razão da tonalidade de suas peles. Essa é uma prática comum em países que sofreram a colonização europeia e/ou pós-escravocratas. Aqui, ainda hoje, quanto mais pigmentada a cor da pele de uma pessoa, mais exclusão e discriminação essa pessoa sofrerá.

Isso quer dizer que, ainda que uma pessoa seja reconhecida como negra ou afrodescendente, a tonalidade de sua pele será decisiva para o tratamento que a sociedade dará a ela, uma vez que a tolerância do sujeito negro no Brasil é construída através do mimetismo. Exemplo disso é o aumento de discriminação sofrida por mulheres negras de pele clara, que passam a ser abertamente discriminadas após abdicarem do processo de alisamento capilar.

É necessário pensar que, segundo o Fórum de Segurança Pública e o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, nós ainda somos o país que violenta sexualmente uma menina ou mulher a cada 8 minutos; que 97% das mulheres brasileiras dizem já ter sofrido assédio nos transportes públicos e que apenas 0.18% da população carcerária masculina está

presa por crimes contra a dignidade sexual.

É preciso analisar o fato de que a maioria da população desse país é feminina e negra e os espaços são ocupados majoritariamente pela minoria masculina e branca.

Indispensável pensar que o Brasil é o país mais perigoso para a população LGBTQIAP+ viver no mundo. Que por aqui, essas pessoas são mais assassinadas do que nos países do Oriente e da África, onde a homossexualidade ainda é punida com pena de morte. Mais, confirmando essa estrutura racista, discriminatória e excludente, 50,2% das pessoas LGBTQIAP+ assassinada é negra ou parda.

Além, os índices indicam que o lesbocídio, o assassinato de mulheres lésbicas motivado unicamente por sua orientação sexual, cresceu 237% em um período de 4 anos. E que pelo 12º ano consecutivo, o Brasil ocupa o ranking do país que mais mata mulheres transexuais e travestis no mundo.

A reflexão de que no ano de 2021 ainda existe uma parcela da população brasileira que tem expectativa de vida condizente com a Idade Média é obrigatória, pois à maioria dessas pessoas, mulheres transexuais e travestis, nem o Direito à vida é resguardado.

Por essas razões, é imperativo pesar o fato de que enquanto o passado do país é negado e o presente ignorado, existem pessoas que são mantidas às margens de todo o sistema, sendo privadas do exercício de suas humanidades, o que implica na conclusão de que a mudança deve ser estrutural e só será alcançada se construída de forma interseccional.

É notório que a problemática em torno da exclusão de Direitos e a manutenção da vulnerabilidade da população LGBTQIAP+ brasileira atravessa as questões legais. O sistema legal brasileiro é robusto! A Constituição Federal, se obedecida,

protegeria todas as pessoas cidadãs e para comprovar isso, no ano de 2020 a Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional São Paulo (OAB/SP), em parceria com a agência Sunset DDB lançou a *Constituição do Orgulho*.

No projeto capitaneado pela então Presidenta da Comissão, Dra. Marina Ganzarolli, e por mim, enquanto Secretária-Geral, pessoas advogadas e membras da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/SP foram convidadas para selecionaram e pintarem todos os artigos da Constituição Federal Brasileira que deveriam garantir Direitos à população LGBTQIAP+ mas que, em razão de toda a discriminação sofrida, ainda são violados.

Cada uma das seis cores da bandeira do orgulho foram ligadas a um tipo de violência sofrida comumente pela população LGBTQIAP+ brasileira, representando um tipo crime cometido contra essas pessoas. Assim, a Constituição Federal foi pintada com:

- a cor vermelha representando o crime de homicídio e todos os artigos relacionados à “transfeminicídio, lesbocídio, feminicídio com motivação biofóbica, homicídios com motivação bi e homofóbica” coloridos;
- o alaranjado retratando os crimes de injúria e difamação e todos os artigos que deveriam proteger essas pessoas contra “violência moral ou verbal, crimes contra a honra, injúria e difamação” foram marcados;
- o amarelo, correspondendo às violências psicológicas suportadas e os dispositivos relacionados a proteção contra “ameaça, controle, lesão corporal à integridade psíquica, abandono, exclusão”, com ele tingidos;
- o verde simbolizando a violência institucional e a “negação de direitos políticos ou à saúde, educação, assistência

social, moradia e negação de direitos relacionados ao exercício da cidadania e identidade, como o uso do WX e nome social”;

- o azul refletindo a violência sexual, e as normas que buscam a proteção contra o “estupro, abuso, pedofilia, importunação sexual, assédio sexual no ambiente de trabalho” tingidas;
- o roxo expando a agressão e toda “violência física, vias de fato, lesão corporal leve e grave, tortura, cárcere privado, tentativa de homicídio” com ele matizada e, por fim; Foram pintados artigos com *cores combinadas*, indicando que mais de um crime os viola.

Isso foi feito por ser orgulho um direito e com o objetivo de auxiliar a população LGBTQIAP+ a entender seus direitos de forma simplificada e demonstrar para toda a sociedade civil que tais Direitos existem e devem ser respeitados. Buscando então “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, previstos na Constituição de 1988”, nasceu a Constituição do Orgulho.

O lançamento aconteceu no dia 28 de junho de 2020 e a data foi escolhida pois remonta a revolta de Stonewall, ocorrida no ano de 1969. O levante representa verdadeiro marco na organização política da população LGBTQIAP+ em âmbito internacional, pois foi quando a comunidade que frequentava o bar Stonewall Inn em Nova Iorque reagiu por dias contra uma operação policial que pretendia prender frequentadores e fechar o local. Desde então, assumir-se LGBTQIAP+, visando à luta por direitos e garantias, se tornou uma prática do movimento internacionalmente.

A apresentação para o público se deu de forma *online* com

a divulgação massiva do documento por diversos influenciadores digitais, ativistas brasileiros e representantes do poder público. Na ocasião, o site <https://www.constituicaodoorgulho.com.br>, onde dados, vídeos de lançamento e a própria constituição do orgulho foi disponibilizada para download gratuito, como forma de disseminação de conhecimento, também foi divulgado.

Como parte da iniciativa, o Deputado Federal David Miranda (PSOL-RJ) apresentou Projeto de Lei à Câmara dos Deputados para que seja instituída uma campanha permanente em relação aos Direitos da Diversidade, obrigando a produção de Constituições do Orgulho com disponibilização gratuita às instituições brasileiras, tal qual é feito com a Constituição Federal de 1988.

Ratificando não só a importância do projeto como seu sucesso, pouco tempo depois do lançamento recebeu dois prêmios internacionais e o número de downloads da Constituição do Orgulho já havia ultrapassado o da Constituição Federal, sendo o site acessado por milhares de pessoas do mundo inteiro.

Pintar a Constituição da República Federativa Brasileira com as cores da bandeira do orgulho exteriorizou que a prevalência de práticas discriminatórias contra pessoas LGBTQIAP+; a dificuldade relacionada à aplicação das decisões judiciais que buscam garantir a proteção de direitos para essas pessoas; a moral do Estado na proposição de legislação protetiva específica para esse grupo e; a inércia quanto ao cumprimento de seu dever estatal no que diz respeito à promoção de uma maior compreensão da questão, acabando com os estereótipos sociais; contribuem ativamente para a desumanização de grande parte dessas pessoas e não está ligada a falta de proteção legal.

A luta contra a LGBTIfobia é parte essencial da batalha por Direitos Humanos deve ser objetivo de toda a sociedade civil, uma vez que uma das consequências diretas da diminuição dessa discriminação é a garantia de uma sociedade livre, justa e segura para todas as pessoas.

Para orgulho nunca mais significar medo!

Luanda Pires

Advogada e Palestrante. Especialista em Direito Contratual, LGBTQIAP+ e de Gênero; Cultura Inclusiva e Diversidade & Inclusão. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) - Trabalho Além do Direito do Trabalho. Pós-graduanda em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS). Primeira mulher lésbica eleita como Conselheira de Notório Saber no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Tem larga atuação na defesa dos direitos humanos em geral, em especial direitos das mulheres, da população negra e da população LGBTI+. É uma das advogadas que ratificaram a ação que proibiu o uso da tese da “legítima defesa da honra” no Tribunal do Júri em casos de feminicídio (ADPF 779, pelo PDT) e que defende a prescrição do crime de injúria racial no Habeas Corpus 154.248, em julgamento no Superior Tribunal Federal. Advogada Associada do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Secretária-Geral da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/SP. Representante da Comissão na Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIAP+ da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Vice-Presidenta do Comitê Organizador do IV Congresso de Direito Internacional da Diversidade realizado pela Comissão em junho de 2021. Co-fundadora e atual Presidenta da ABMLBTI - Associação Brasileira de Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos. Diretora de Relações Públicas do Me Too Brasil. Diretora-Tesoureira do Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero (GADvS). Líder da pauta LGBTI+ no Movimento Advogadas do Brasil. Coordenadora do Projeto “Diversidade Importa” no Movimento Mulheres com Direito. Membro das Comissões da Mulher Advogada e Igualdade Racial da OAB/SP. Membro da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ). Membro do Grupo Mulheres do Brasil.

coisas precisam morrer para que outras nasçam
árvores podadas para poderem dar frutos
placentas, corpo, organismos não orgânicos
sintomas de dor, da morte, vida, sabe?
e se a força não mais estiver lá
sei que não fraquejei e você há de lembrar
um dia as minhas pernas não vão mais me aguentar
e cada passo que eu der, menos enxergar
num momento minha voz rouca, nada vai soar

luta por mim

e quando minhas mãos não puderem mais segurar
suas mãos nas minhas, não é pra soltar
sei que não estive só, me resta confiar

luta por mim

quero que continue a sorrir
mesmo com a ideia de me ver partir
olha só o que eu construí
as palavras tortas eu não me arrependi
se eu tivesse um pedido (seria)

luta por mim

Agora ceis não vão me esquecer, né!?
Fui imortalizado com um mural na Paulista
Ceis nunca colaram no meu show
Mas agora usam meu nome pra pedir por justiça

Nunca nem me ouviram, mesmo que eu gritasse,
Mas agora que eu virei estatística
Ceis vão usar meu nome e minha imagem
Pra pedir pelo fim da polícia

Música: LUTA POR MIM, Jup do Bairro. Álbum CORPO SEM JUÍZO (2020). disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uaBu8BAzyHs>

E se eu morresse hoje amanhã era notícia
Mas quem eu era? Isso ia ser questionado
E que que eu fiz pra tomar três tiro no peito?
Preto na rua de noite? Com certeza era algo errado.

Virei postagem na sua rede social
Cê lamentou e escreveu sobre a repressão policial
Sua hashtag foi o ponto final
dizia “vidas negras importam”, pra você isso foi o diferencial
É que é toda vez a mesma merda
Ceis matam um eu de carne pra fazer um eu de pedra
Movidos pelo tesão por tragédia
E agora morto eu tenho mais voz do que vivo, parece comédia
Deixa minhas lembranças pros meus
Deixa minha mãe chorar minha morte e vê se não interfere
Que cê não entende por que um de nós morreu, e o quanto dói
ser invisível pela cor da sua pele

Não fui criado pra agradar sua raça
E memo assim ceis lamentaram porque eu parti cedo
Mas eu já te trombei em vida e mesmo sem ter feito nada
Cê mudou de calçada, por medo
Não quero meu nome no seu protesto, dentro da sua faculdade
onde é raro ver preto

Nós não habitamos os mesmos lugares cê falar que
sente o mesmo que os meus não é normal
E só lembrar que preto existe quando morre é aceitar
que eu preso ou morto já é algo cultural

Ceis não vão mudar porra nenhuma
Mais um corpo preto no chão
E não muda porra nenhuma
Descartável igual o cigarro que cê fuma
Pra vocês foi só mais um e não muda porra nenhuma
Ceis não vão mudar porra nenhuma
Ceis não vão mudar porra nenhuma
Mais um corpo preto no chão
E não muda porra nenhuma
Descartável igual o cigarro que cê fuma
Pra vocês foi só mais um e não muda porra nenhuma
Ceis não vão mudar porra nenhuma
quero que continue a sorrir
(mais um corpo preto no chão e não muda porra nenhuma)
mesmo com a ideia de me ver partir
(ceis não vão mudar porra nenhuma)
olha só o que eu construí
(mais um corpo preto no chão e não muda porra nenhuma)
as palavras tortas, eu não me arrependi
(ceis não vão mudar porra nenhuma)
se eu tivesse um pedido (seria)
luta por mim
se eu tivesse um pedido(seria)
luta por mim

Eu não vou morrer
Eu não
Eu não
Eu não vou morrer
Eu não
Eu não
Eu não vou morrer
Eu não vou morrer
Eu não vou morrer

PARTE 02

ENTREVISTAS

A seguir, duas entrevistas com especialistas, ambas em tom intimista e reflexivo. A primeira trata do importante tema da "Afetividade, religiosidade e ativismo". As entrevistadas foram Alexia Dias e Eliad Santos, ouvidas por Clélia Prestes. Apareceram temas como saúde mental e seus desafios, além dos envolvimento profundos de cada uma com as respectivas religiosidades, como clériga e pastora. Outras características das entrevistadas é assumirem a transgressão de exclusões, promovendo inclusão nas instituições das quais fazem parte, em nome da vivência de experiências espirituais coletivas, onde cada pessoa é bem-vinda. A segunda traz a temática das "Masculinidades negras", e foram ouvidos Flip Couto e Kiem Araújo, entrevistados por Marcos Amaral. No conteúdo, aparecem reflexões sobre as masculinidades negras de modo geral, passando por desafios coletivos, tecnologia, hip hop, questões trans, além de experiências pessoais e narrativas presentes.

AFETIVIDADE, RELIGIOSIDADE E ATIVISMO

Convidades:

Alexya Dias e Eliad Santos

Mediação:

Clélia Prestes

Apoio:

Ferícia Lopes

Transcrição:

Roberta Radharani Résio

[Clélia] – Vamos começar por ordem alfabética. Alexya, então, por ordem alfabética, pelo menos nessa primeira a gente começa por você. Então, Alexya, por favor, se apresente. Fale para nós quem é você e do seu momento atual na vida.

[Alexya] – Eu sou Alexya Salvador, sou coordenadora pedagógica de uma escola estadual aqui em São Paulo. Sou clériga, ordenada pela Igreja da Comunidade Metropolitana no Brasil (ICM). Sou a primeira travesti a adotar no Brasil, em 2015. Hoje, tenho três filhos por adoção, sendo duas delas meninas trans. Faço parte de alguns grupos, alguns coletivos de enfrentamento ao bolsonarismo, à extrema direita. Sou uma mulher que tem um corpo político, uma travesti de um corpo político. E nesse exato momento, eu ainda estou procurando meu lugar no mundo, procurando ser essa agente de transformação social a partir do meu corpo, a partir da minha identidade.

[Clélia] – Obrigada, muito bom! Eliad, vamos para você agora? Por favor se apresente, fale para nós quem é você e do seu momento atual na vida.

[Eliad] – Meu nome é Eliad Dias dos Santos, sou pastora da Igreja Metodista do Brasil. Atualmente, eu sou pastora na Igreja Metodista da Luz e coordenadora do Projeto Casa na Luz, que atende mulheres e crianças imigrantes e refugiadas. Também faço parte de alguns movimentos, alguns junto com a Alexya. Nós estamos na EIG - Evangélicas Pela Igualdade de Gênero. Faço parte de alguns outros grupos também, que trabalham com a questão do meio ambiente e grupos de mulheres negras. E milito, logicamente, todos os meus dias, do meu acordar ao dormir, contra o atual governo e o atual sistema que nos faz perder o sono, às vezes... (risos) a paciência!...

[Clélia] – (Risos) Obrigadas! Ótimas! Já responderam super bem,

sucintas e ao mesmo tempo com bastante conteúdo. Muito bom! Então, a segunda. Agora a gente começa com a Eliad?

A que grupos ou instituições você pertence, Eliad? E quais as suas funções?

[Eliad] – Ultimamente, entre os grupos, o que têm demandado mais trabalho, no qual eu estou atuando mais, é a EIG (Evangélicas Pela Igualdade de Gênero), de que eu faço parte como pastora. A gente tem o culto todo segundo domingo, que é o Culto na Luz. Nós mulheres desse grupo, agora em tempos de pandemia, nos reunimos todo segundo domingo do mês. Eu faço parte também do grupo que se chama PAWWEEN, que é ligado ao Conselho Mundial de Igrejas. Um grupo de mulheres negras ao redor do mundo. Teremos uma conferência sobre panafricanismo, agora em outubro. Seria na África do Sul, mas, por conta da pandemia, vai ser online. Eu estou ajudando nessa organização desse encontro. E assim, com a atual situação do governo, a gente tem muito trabalho no Projeto Casa na Luz com as mulheres! Hoje mesmo a gente estava distribuindo cesta básica, vendo questões de trabalho e quais as possíveis parcerias. O projeto visa a autonomia das mulheres, não é um projeto assistencialista. Temos ajudado as mulheres imigrantes na questão de documentação, em como conseguir um trabalho... Porque elas têm um prazo de seis meses apenas para ficarem nas casas (abrigos). Então, é todo um trabalho para a gente chegar no final do dia cansada e perceber que está sempre nadando contra a maré. Algumas mulheres, por causa das Fake News com relação à pandemia, não querem se vacinar contra a Covid-19! Com isso, a gente tem tido muito trabalho. É isso: eu acordo militando, vou dormir militando (risos). Tem um monte de coisas a serem feitas. Enquanto Eliad pastora, militante, coordenadora, tem bastante coisa!

[Clélia] – Alexya, a que grupos ou instituições você pertence e quais suas funções?

[Alexya] – Eu faço parte de vários coletivos e estou tentando me encontrar neles ainda, alguns eu deixei, por questões desse (cis)tema! Alguns grupos, embora com muita boa vontade, de mulheres com muita boa vontade, ainda são grupos que não percebem que são transfóbicos, que elas são transfóbicas. Grupos em que elas não conseguem perceber que estão reproduzindo essa transfobia institucional, vamos assim dizer, e social, sobre o meu corpo, sobre o corpo de várias. Mas a minha maior atuação até o mês passado foi na ABRAFH, em que fui vice-presidente por dois anos, que é a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas. Houve uma nova eleição e agora eu vou descansar um pouco, graças a Deus! Tem uma outra diretoria. A minha atuação fundante, o que norteia minha vida, como pastora, como clériga da ICM, na luta mesmo diária contra esse pensamento que vigora socialmente de que pessoas LGBT não podem ter religião, e que quando têm, elas devem ser submetidas à cura, à terapia... Enfim, tantas coisas! ... E na pandemia, algo ficou muito escancarado: ficou muito, muito visível o quanto LGBTs ainda sofrem dentro das suas comunidades de berço por conta de todo esse discurso de ódio! A pandemia, quando não levou a nossa vida, levou muito da nossa autonomia, levou muito da nossa militância... Porque fazer uma militância virtual também demanda da gente muita saúde mental, e sendo bem honesta com vocês, quando abro a tela de vídeo, já me dá um negócio... não sei se vocês estão assim, mas eu me sinto assim! A pandemia escancarou de fato as desigualdades de gênero. E os fundamentalistas religiosos aproveitaram também desse momento horroroso para continuar impondo, para continuar cerceando, perseguindo e até mesmo matando. Os índices de assassinatos de travestis, de mulheres trans, ao invés

de diminuírem, aumentaram na pandemia! O quanto a nossa diferença social colocou em desvantagem esses corpos... Embora eu reconheça os vários privilégios que eu tenho, a gente não pode deixar de perceber o quanto isso ainda acontece. A minha atuação hoje é principalmente através das redes sociais. Eu iria começar o grupo em Mairiporã, mas logo depois da minha ordenação como clériga, a pandemia chegou. E a gente ali online, tentando fazer as coisas, acessando! Hoje também, Eliad, fui entregar cesta básica para meus alunos. Hoje sou coordenadora pedagógica há quase seis meses! Enquanto uma travesti que assume a coordenação de uma escola fundamentalista na maioria do seu corpo docente, tem sido um desafio para eu permanecer como coordenadora deles. Porque até então, eu era a colega de sala de aula. E agora eu estou ali à frente, tentando criar um ambiente diverso, trazendo essas pautas, enfrentando o falso moralismo, a hipocrisia de muitos deles, por terem ali diante deles uma chefe que é uma travesti preta. Tudo isso para mim ainda é um desafio, e permanecer nesses lugares à frente eu penso que é o maior desafio. Antes da minha ordenação, eu achava que o maior desafio seria chegar lá e ser ordenada. Enquanto professora, para mim o maior desafio foi mesmo chegar a ser coordenadora. Porque o processo que deveria durar no máximo três semanas, para mim durou dois meses. Eu fui testada de todos os jeitos, de todos os modos! E hoje eu vejo que o desafio maior é permanecer. Em tudo hoje na vida eu entendi que para uma travesti, cristã como eu, preta, o maior desafio é permanecer nos espaços. Lidar com as relações humanas, de submissão, de deixar de lado, de só te procurar quando precisa... Estar neste lugar e tentar equalizar tudo, principalmente com a pandemia, tem sido o meu maior desafio: permanecer à frente dessas instituições ou organizações, como queiram.

[Clélia] – Você já está ajudando a entrar na próxima pergunta,

que eu vou começar por você agora. Como está nesses espaços a discussão sobre os efeitos do racismo e cissexismo na saúde mental da população trans e travesti?

[Alexya] – Na maioria deles não tem essa pauta! É aquilo que eu já falei para vocês: até o ano passado, um pouco antes da pandemia, por conta de uma certa visibilidade que eu acabei tendo, tanto na política, quanto em vários aspectos relacionados ao fato de ser uma pastora travesti, eu acabei entrando em vários grupos, vários coletivos... E por que que eu andei deixando? Por que que muitas vezes eu nem apareço? Justamente porque não tem essa pauta, e quando se tem alguma coisa, eu sempre acabo recebendo alguma mensagem com conteúdo transfóbico e fico naquela situação de abrir ou não aquilo para o grupo e acabar com tudo... Pessoas que se conhecem, há muito mais tempo, antes de eu estar no grupo... Como lidar com isso? Mexe em primeiro lugar com a minha saúde mental. É claro que o meu dever é fazer a denúncia! Dizer: “Olha, fulana me mandou, está aqui o print. Olha o que ela escreveu!”. Eu sei que muitas vezes poderia fazer uma cisma ali mesmo, mas eu não quero isso. Em alguma medida, muitas dessas mulheres ou desses homens, não têm mesmo a intenção, mas por ser fruto, por estar enraizado, por não saber os termos, por não saber falar, por não saber lidar, podem colocar a sua saúde mental em risco! Teve noite de eu ir deitar com aquilo na mão ali e pensar: falo ou não falo? Abro isso para o grupo ou não? Na igreja em que eu sou membra por exemplo, onde sou pastora, é muito mais tranquilo, porque esses temas são sempre recorrentes, eles sempre estão surgindo. Por quê?! Porque o grupo é composto por pessoas como eu. O grupo é composto por pessoas LGBTQs. As Lives que a gente faz têm esse cunho, têm esse objetivo. Mas quando saio dessa bolha que é a igreja e vou para os outros lugares que eu ocupo, quase nunca se é proposto, se é falado, e quando a gente propõe de alguma forma,

com muito jeitinho, porque eu estou aprendendo a parar de bater de frente, estou tentando também em alguma medida, saber falar, saber comer pelas beiradas, tentar fazer diferente... Mas mesmo assim é muito complicado! Estávamos acostumadas a um outro ritmo, a fazer daquela maneira, a sempre estar se defendendo... Eu enquanto travesti, tenho que a todo momento estar me defendendo, tenho que estar explicando para a pessoa cis que não é aquilo, que o que ela está falando não é bem aquilo... E quando você encontra pessoas cis dispostas a falar “*então me ensina?*” é uma coisa. Agora, quando você encontra pessoas cis que vão dizer “*não, mas, imagina... isso aí não é assim*”... A travesti aqui sou eu, o corpo “transgressor” aqui é o meu, então você tem que ouvir sim! Esse também tem sido um desafio: tentar sinalizar para essas pessoas o quanto a nossa saúde mental sempre foi colocada à prova. As pessoas cis têm que entender que muitas vezes, para nós travestis e transexuais, pessoas LGBTQs em geral, mas principalmente o recorte T, a nossa saúde mental sempre esteve em risco, a gente sempre teve que lidar com esses olhares, com essas percepções erradas, com essa “*não intenção*” intencional, relativizando tudo aquilo que a gente é e como agimos. A pandemia apenas igualou agora. Há umas três semanas eu estava conversando sobre isso com uma outra pessoa e falava: isso que a gente traz de saúde mental, que está todo mundo vivendo, nós travestis, já estamos vivendo desde o momento em que a gente se assume travesti no mundo. Porque mexe com o seu juízo, mexe com a sua percepção de realidade, mexe com a sua percepção de dignidade humana, mexe com sua saúde! Estamos no mês de combate ao suicídio, e quantas vezes passou pela minha cabeça, recentemente inclusive, em desistir de tudo, falar: “Chega, eu estou parando por aqui. Eu não quero estar nesse mundo, eu não aguento mais lidar com isso!” E ao ponto, por exemplo, eu deixei o PSOL. Eu vou tornar isso público agora,

até o final do mês de setembro. Eu tive que deixar o PSOL porque eu não estava aguentando mais, a minha mente já estava me pregando peças. Porque quando você entra num partido político, você entra porque acredita naquilo, você acredita que aquele partido vai ser, e ele é também isso que busquei, mas o corpo travesti que estive na disputa foi o meu! Então, eu sei o que eu sofri, o que passei, eu sei o que é ser deixada de lado. Eu experimentei o céu e o inferno na campanha passada, a Eliad sabe disso! Eu vinha ali como pré-candidata à prefeitura de São Paulo do lado da Sâmia Bomfim, e de repente eu não tive mais nada, não fui procurada, acabou!... *“Vamos deixar a Alexya na geladeira e depois, se precisar de volta, a gente chama ela.”* Isso mexe muito com a sua percepção do ser que você é. A pandemia eu penso que equalizou, ela deixou todo mundo em alguma medida, com a cabeça mexida. E a maioria das pessoas cisgêneras começou a experimentar o que a gente sempre experimentou: o medo do não-pertencimento, o medo do amanhã, o medo do que vai acontecer... Isso sempre permeou a minha vida, mas agora ficou mais forte ainda.

[Clélia] – Obrigada, Alexya! Eliad, para você. O que pode dizer para a gente de como está, nesses espaços em que você frequenta, a discussão sobre os efeitos do racismo e cissexismo na saúde mental da população trans e travesti?

[Eliad] – Eu faço parte da Igreja Metodista e faço parte de um grupo de pastores, pastoras, leigos e leigas, que estavam trabalhando, por conta do Conselho Geral da Igreja Metodista com a questão da inclusão LGBTQIA+, e ouvindo a Alexya falar, reparei que eu estou vivendo muita coisa do que ela estava falando. É que eu faço parte de um grupo da igreja em que a gente não é nem convidada para fazer oração silenciosa, sabe? (risos) É a ala marginal da igreja. Então, durante muitos anos eu tenho lutado também, para continuar existindo! Eu, mulher negra, feminista... De você chegar e o bispo

te ligar e dizer: “olha, estou muito preocupado porque você fica fazendo Live, fica apoiando a questão LGBT, porque você foi vista não sei com quem...” Aí você tem que respirar fundo, sabe Alexya?! (Agora eu estou sendo mais cínica com esse povo que insiste em não respeitar.) Então, é muito difícil! Eu sou uma mulher negra, feminista, que apoia a questão LGBTQIA+. Lembro quando eu fui trabalhar em 2013, como assessora de políticas LGBTQIA+ na prefeitura de Santo André, por causa da minha experiência com projetos. Perguntaram se eu podia fazer isso, eu falei: “bom, fazer eu posso, mas não acho legítimo...” mas enfim, fui lá! E lembrei quando a Alexya estava falando, que eu fui trabalhar com as travestis que fazem programa lá na Avenida Industrial e perguntei o que elas faziam quando não tinham programa. E uma delas me disse: “olha, o meu sonho era poder ir à igreja, porque eu tenho muita saudade de quando estava junta da minha família e frequentava a igreja... às vezes, eu passo em frente à igreja e gostaria de entrar, cantar, fazer uma oração, mas eu sei que na posição em que eu estou, eu não posso”. Então, desde aquele dia, fora a questão das políticas públicas, eu tenho lutado para que qualquer pessoa que sinta vontade possa entrar numa igreja, independente da sua orientação sexual e identidade de gênero. Mas quando a gente abre as portas, as pessoas que estão dentro fazem da sua vida um inferno e tentam fazer um monte de coisas para que você desista. Eu faço parte de movimentos em que a gente luta por inclusão e a questão da saúde mental é uma coisa também que me afetou muito, esse semestre, esses meses aqui... Foi tão cruel que eu cheguei a comunicar para o meu bispo que eu quero sair do Brasil. Olha, eu não aguento mais, tenho medo de morrer a qualquer momento, de ter um troço, porque eu não aguento mais viver sob essa pressão. Parece que você tem uma faca no seu pescoço, que você tem que ser daquele jeito e se você não é, você não pode viver. Então, é bem

complicado, mas faz parte, né... Como eu digo a minhas amigas: não tenho outra opção, tem gente que pode escolher, eu não tenho outra opção, a minha opção é viver, é continuar existindo. Aliás, é minha vingança também, continuar existindo, então, me vingo todos os dias de algumas pessoas, eu falo: ôooiii... eu estou viva! Né?! É continuar o movimento, é continuar falando aquilo que eu acredito, fazendo aquilo que eu acredito e as coisas que eu me condiciono na vida para fazer. Eu lembro, por exemplo, de anos atrás, quando o AMMA Psique começou, que para mim foi super legal, eu conheci algumas pessoas que fundaram o grupo de mulheres negras, trabalhando a questão da saúde mental. Isso me ajudou bastante a pensar – que bom! – tem mais uma forma da gente encarar essa desgraça que é viver nesse país racista, nesse lugar racista! E como eu sou pastora de uma igreja tradicionalmente histórica, a gente tem uma dificuldade enorme, só que eu fiz essa opção de vida. Eu prometi que iria trabalhar na igreja, com pessoas que a igreja não acolhe, e eu não prometi para um bispo, não prometi para um grupo, eu prometi para mim, decisão minha. E eu coloquei para Deus, que eu iria trabalhar com essas pessoas, que eu queria que minha vida fizesse sentido. Então, é muito difícil, e agora na pandemia fica cada vez mais. Quando a Alexya falava dessas pessoas que tiveram a saúde mental abalada: é gente que pensa, Alexya, é gente que pensa! Porque gente que não pensa está curtindo a vida, não está acontecendo nada, estão apoiando que não tenha vacina, estão apoiando o presidente genocida, estão fazendo um monte de coisa. É gente que não está nem aí para a paçoca, como eu diria. Agora, quem se preocupa com o próximo, quem se preocupa com a situação que está vivendo, aí sim a coisa pega! É bem difícil! É bem difícil!

E quando eu conversei com a Alexya, nas poucas vezes em que a gente pôde conversar, eu sempre disse isso para ela: que ela é

uma das mulheres que eu tenho no altar! É daquelas pessoas que a gente adora! Eu vejo na Alexya aquilo que eu gostaria de ser! Às vezes, eu acho que tenho pouca garra, tem gente que me acha tão poderosa, mas eu vou vivendo, eu estou lutando para viver. E por você ser mulher, você ser trans, você ser negra, estar na igreja e na área da educação, realmente, é estar ali com o couro para apanhar. E para sobreviver nesse país que a gente vive... Na atual situação, eu estou militando nos movimentos, mas estou com a minha mala quase pronta. Eu estou deixando o Brasil, eu não aguento mais viver aqui! Em janeiro eu estou saindo daqui porque eu não quero enlouquecer de vez. Então, estou indo embora e chega! Eu vou continuar fazendo o que eu faço em outros lugares, em outro país, mas eu quero também ter um pouco de saúde mental, sabe? Eu quero chegar ao final do dia e poder deitar e dormir sem um tranquilizante. Eu quero poder deitar e dormir, não com medo se tocam a campainha ou com alguma coisa... Eu quero viver, então eu preciso dar esse tempo para que eu possa respirar. Mas, isso em nada vai modificar a minha forma de enxergar a vida e a minha forma de viver. Eu estou indo para um lugar que aceita uma mulher negra (por enquanto, porque eu não cheguei lá ainda) que é mãe solteira de uma filha e que luta por um mundo justo para todas as pessoas, independente da sua orientação sexual, da sua cor, do seu peso, da sua altura. O que eu quero é um mundo justo. Eu me coloquei neste papel de ajudar, de colaborar para que todas as pessoas sejam felizes! Não meia dúzia. Que todas as pessoas sejam felizes. É isso que eu estou vivendo agora.

[Clélia] – Obrigada, Eliad! Aliás, antes da gente continuar, vocês duas recebam um abraço virtual, viu?! Porque não é pouca coisa que vocês enfrentam. Obrigada! Obrigada por abrir nossos olhos, por tornar o mundo melhor para nossas crianças e para as próximas

gerações. Vocês já responderam parte da próxima, se tiver algum complemento... Começar agora pela Eliad. Quais são os desafios e estratégias para enfrentar essa questão?

[Eliad] – Bom, uma das formas que encontrei de estratégia para enfrentar essa questão é tentar criar pontes através de diálogos. Dialogar com pessoas que têm dúvidas, dialogar com pessoas com quem a gente possa dialogar, e isso eu tenho colocado principalmente para os grupos de esquerda, que têm uma dificuldade de olhar para nós evangélicas como gente. “Todo mundo entre os evangélicos é alienado, é burro, é bolsonarista...” aquela papagaia-toda. Então, você tem que dizer: “não, querido... eu acho a bancada evangélica indecente! Eu não concordo com nada disso! A gente tem uma outra forma de viver. A gente não é aquilo que vocês acham, que é aquele quadrado que a gente está”. Por exemplo, o meu desafio quando eu cheguei aqui na Igreja da Luz foi que era uma igreja que tinha quatro membros, fechada. A Alexya esteve aqui: uma igreja linda, enorme. No primeiro dia que eu cheguei aqui, falei assim: “Essa igreja, a partir de hoje, estará com todas as suas portas abertas para o serviço, para fazer parte da comunidade, fazer parte desse mundo”. No caminhar dessa igreja, temos a EIG aqui dentro, as Evangélicas pela Igualdade de Gênero, temos o movimento LGBTQIA+ aqui dentro, que faz culto, que participa da liturgia. Estão aqui na igreja porque querem! Nós temos as pessoas do movimento negro evangélico, que luta também pela questão racial dentro das igrejas, ajudando mais pessoas a descobrirem como o racismo funciona dentro das igrejas. E agora com as mulheres que estão em situação de imigração e refúgio. O desafio é criar estratégias para tentar furar a bolha. Para perfurar a bolha, você tem que conversar com as pessoas. Tem gente que não tem informação e acredita na primeira coisa que vê. Isso eu conversava com as mulheres do Partido dos Trabalhadores (PT),

por exemplo: elas tinham uma ilusão de que as mulheres das igrejas eram totalmente alienadas, que não sabiam de nada e eu disse para elas: é preciso que vocês desconstruam imagens. Para que a gente possa conversar com essas pessoas, desconstruir o que está dado. E isso leva tempo! É complicado quando a gente não sabe. É preciso que vocês comecem a aprender, principalmente com as pessoas das Ciências da Religião, que vocês deixaram de lado, que a pessoa que carrega a bandeira, a pessoa que está militando, a pessoa que está lá no movimento, ela tem uma religião, ela faz parte de um grupo. Nem todas são católicas, nem todas são do candomblé, ou se colocam, né? A gente precisa saber dialogar com essas pessoas. A gente consegue muitas coisas desconstruindo mitos. E foi muito legal, tem sido uma experiência boa. Eu tenho descoberto e trabalhado isso no meu viver e tem dado um certo resultado.

Com quem não tem diálogo, eu nunca irei dialogar. Com Bolsonaro, não adianta, nem com Malafaia... Mas tem gente que conhece o Malafaia, mas não me conhece. Tem gente que conhece o Feliciano, mas não conhece a Alexya. Então, tem gente com quem dá para construir pontes, para que a gente possa de alguma forma resolver a situação atual, para que a gente possa melhorar, dar mais qualidade de vida, para que nem todo mundo seja obrigado a tomar Rivotril. (risos) Tem sido um desafio dizer para as pessoas que a Alexya é minha irmã porque ela é mulher, porque ela é negra e porque ela também passa muito mais do que eu por situações contra as nossas vidas. Então isso nos une, nos permite caminhar juntas em meio a toda dificuldade. Isso tem sido a minha vida e os desafios a serem resolvidos. Aliás, Alexya, quando eu for fazer o culto de despedida, você irá estar comigo, no culto de despedida do Brasil. Depois eu vou te passar a agenda. (risos)

[Clélia] – Muito bom, muito bom! Obrigada, Eliad! Alexya, e para você, quais são os desafios e estratégias para enfrentar essa questão?

[Alexya] – Nossa... são tantos os desafios e as estratégias, a gente vai tentando reconstruir aquilo que não deu certo, tentando furar a bolha, como disse a Eliad. Na escola, por exemplo, como propor um Plano Político-Pedagógico numa escola de periferia, em que o corpo docente é 99% branco, cisgênero, fundamentalista? Como propor ali o tema do racismo, do cissexismo, da transfobia sem que essas pessoas, professores, equipe gestora e a própria comunidade escolar dos pais, entendam que eu não estou doutrinando aqueles estudantes ou que eu não estou “fazendo mal” para seus filhos, por exemplo? Esses dias, a Globo entrou em contato comigo perguntando se eles podiam vir aqui no dia seguinte gravar o meu projeto sobre diversidade. Falei: “calma aí, não é assim!” Eles acham que porque a travesti está lá agora, então, a escola é dela? Não gente, pelo contrário, o desafio é maior ainda! Porque, em alguma medida, eles estão esperando só alguma coisinha para falar: *“está vendo, ela está querendo doutrinar as crianças, ela está querendo converter as crianças, ela está querendo fazer a ‘ideologia de gênero’ acontecer.”* Então, a gente vai tentando criar estratégias, e uma que a Eliad falou que eu tento fazer também, é a de criar pontes, fazer vínculos, de chamar pessoas para que a voz tenha mais densidade. É propor leituras, propor filmes, de maneira bem pedagógica mesmo, algo que desperte esse senso crítico nos alunos. Que desperte até nos professores um novo olhar sobre a comunidade. No movimento LGBT, como criar estratégias quando, muitas vezes, a outra travesti olha para mim e diz: *“Não! Você não tinha que ser pastora, porque o cristianismo é isso e aquilo...”* Eu já sei tudo o que o cristianismo fundamentalista fez, faz e vai continuar fazendo. Mas, de repente, tentar criar estratégias com o grupo que sofre toda a discriminação, toda a rejeição e receber de

boa parte desse grupo a mesma rejeição, só porque eu sou cristã, é complicado. Se eu fosse ialorixá estava tudo certo, eu não teria problema nenhum com as travestis, mas, eu ousei em dizer que eu sou cristã, que eu amo Jesus, que ele é o Senhor da minha vida! É a ele meu louvor, a minha vida e a minha adoração! E que, está tudo certo se o seu não for Jesus, está tudo no lugar! Então, criar estratégias de combate para permanecer viva, mesmo com todo esse cenário, também é um desafio. Porque eu estou cansada! Quando eu escuto a Eliad falar que está indo embora eu também Eliad, tenho vontade de ir embora. Porque às vezes a gente pensa, pelo que parece, que não tem jeito mais. A impressão que tenho é que não tem mais solução para as coisas. Ou eu fiz tudo errado?! Porque você se culpa... Eu me marginalizo, eu me culpo, eu me condeno! Que eu fiz tudo errado! Porque parece que você não consegue atingir. Mas isso me dá mesmo no momento do meu humano, do desespero. Aí, sempre acontece alguma coisa, nessa linguagem cristã, Deus sempre faz alguma coisa acontecer para dizer: “Opa... calma aí! Eu estou aqui, não é bem assim!”

Criar esses recursos de enfrentamento, é antes de mais nada, continuar resistindo. A resiliência é um sentimento que eu tenho procurado experimentar todos os dias da minha vida, porque, não sei para vocês, mas eu preciso sentir o gosto das coisas para que elas tenham sentido para mim, eu preciso sentir o cheiro, eu preciso tocar! E agora eu não posso tocar nas pessoas mais, não posso abraçar! Eu preciso ver, eu preciso sentir o aroma das coisas... Nem sempre é tão simples porque existe uma disputa de ego muito grande, existe uma disputa de poder muito violenta por trás dos bastidores! Que a gente tem que aprender a lidar e não é simples. Mas eu tenho esperança! Eu tenho esperança sim, de ver que as coisas, em alguma medida, vão tomar outros rumos. Eliad, eu não queria que você fosse embora, mas eu entendo perfeitamente e

respeito seu sentimento. E acho que você tem que procurar mesmo. Eu sei que depois você volta para gente, sei que depois você vai estar aqui. Mas, tem que ir mesmo, tem que se cuidar! Porque quando a gente morre, eu tenho visto muito isso na pandemia: todo mundo publica que você morreu, que você era maravilhosa, que você era importante!... Mas, enquanto a gente está viva, a gente não é importante, não é lembrada, não é citada. E eu não quero isso. Eu quero ser lembrada agora, que eu estou aqui, eu quero ser homenageada agora, que eu estou aqui, eu quero fazer parte agora, que eu estou aqui! Não depois de morta. Eu lembro que no ano passado, depois que eu fiquei entre a vida e a morte na UTI por conta da COVID, olhando as redes sociais, eu falei: “nossa?! Eu era tudo isso e não sabia?!” Aí eu fiquei boa, fui curada graças à Deus e cadê as coisas?! Cadê aquele movimento? Então, isso que a Eliad falou, eu vou gravar, eu precisava ouvir isso! A minha maior resistência a partir de agora, Eliad, é fazer como você: eu estou viva, estou aqui e vocês vão ter que me engolir! Beijo!

[Clélia] – (risos) Arrasou! Alexya, por favor, quais são as suas considerações finais?

[Alexya] – As minhas considerações finais são: o mundo tem jeito sim! Eu acho que todas essas estruturas, de racismo, de sexismo, de transfobia, têm pilares que a gente precisa quebrá-los, para demolir mesmo, essa coisa piramidal que nos mata! E para isso, precisamos mudar a base (e quando eu digo “a base” é a população mesmo). Porque eu cansei de lutar lá na ponta da pirâmide. Eu estou entendendo, que a gente tem que ir na base! E a Eliad, falou isso muito bem agora há pouco. Essa coisa de conversar com as pessoas, de acessar quem é possível acessar. O racismo, em todas as suas faces, é estrutural, ele está enraizado, até em mim, porque eu também tenho que confessar os meus racismos, todos os dias! Eu me pego às vezes fazendo sem perceber, e nessa

minha linguagem cristã, eu tenho que confessar: o quanto eu sou racista, o quanto eu sou transfóbica, o quanto eu sou misógina, sexista, o quanto eu sou! Eu tenho que estar confessando! Eu sou mãe de três e tenho que dar exemplo, mostrar para eles como é que é! Então, eu entendo que essa estrutura está armada e pode ser dinamitada sim! Mas, o dinamitar dessa estrutura não é de uma única vez, com um simples apertar de botão. Ele se dá no dia a dia, no corpo a corpo, no conversar, no diálogo, no debate. Claro que a pandemia, se é possível dizer que teve algo de bom, porque não teve nada de bom, trouxe uma coisa positiva, que foi essa questão das Lives, das chamadas de vídeo, mesmo que na tela, conversando. Porque a gente pode trocar, em alguma medida, a experiência, pode compartilhar a dor, pode compartilhar vitórias também, o enfrentamento! Eu entendo que essas estruturas, que deixam essa sociedade cada vez mais desigual historicamente, e que coloca em desvantagem o corpo preto, o corpo travesti, o corpo pobre, o corpo da mulher, são possíveis sim, de serem derrubadas. Mas, essa estrutura tem que ser dinamitada aos poucos, para que essa nova geração, compreenda agora de uma vez por todas, que não é legal ser racista, que não está na moda ser racista, que não é legal ser transfóbico ou transfóbica. Que essas atitudes geram morte, geram suicídios, índices altíssimos de suicídios, de depressão.

Eu entendo que a nossa função é continuar colocando uma dinamite aqui, uma dinamite ali e ir explodindo essa estrutura, para que um dia a gente possa pensar uma sociedade de fato, minimamente, mais decente, mais humana! Mais condizente com o que fala, com o que prega, com o que escreve, com aquilo que se interpreta. Porque eu fico cansada de ver o quanto o discurso é lindo, mas nos bastidores, o seu corpo é deixado de lado. Porque o corpo travesti só tem valor quando ele está na cama, servindo de gozo para outro. Ali o corpo travesti tem lugar, tem destaque.

Quando ele está numa esquina e pode ser tocado, acariciado, pode ser usado! Mas, somente para o sexo. Tirou o sexo, ninguém quer usar o corpo travesti. Essa estrutura tem que ser dinamitada, tem que ser denunciada, tem que ser coibida!

[Clélia] – Obrigada, minha querida! Eliad, quais são suas considerações finais, por favor?

[Eliad] – Eu gostaria que as pessoas se preocupassem mais em ser do que em ter. Eu gostaria que as pessoas se preocupassem mais e entendessem que o meu direito e a minha igualdade, dignidade, só vai existir de fato, se a outra também tiver, é que a gente trabalha aqui com as mulheres. O meu trabalho, a minha militância, são para que a gente consiga ver as coisas onde elas estão, a felicidade onde ela está! A Alexya estava lembrando que nessa pandemia a gente ficou muito longe das pessoas... Que bom quando a gente pode encontrar alguém que possa abraçar, mesmo com aquele medo: “meu Deus, abraçar... Eu tomei duas doses, mas não me deixa pegar a tal da Delta!” (risos) Gostaria que a gente tivesse mais prática do que discurso. Uma coisa que eu aprendi na pandemia é que se todo mundo que está militando no Instagram, no Facebook, colocar em prática, o mundo está divino, está resolvido! Que a gente consiga colocar mais nosso discurso em prática, e que a gente realmente consiga respeitar as pessoas, que a gente consiga trabalhar nossos racismos, nossos preconceitos. Que a gente consiga se olhar no espelho, e dizer: eu sou realmente uma pessoa legal! Você está tentando melhorar o mundo, tentando modificar as coisas e as coisas serão melhores. Como as perspectivas não são boas, falam que no próximo século, o mundo poderá mais nem existir, por conta da poluição, por conta do meio ambiente, por conta de todas as coisas ruins que a humanidade tem feito! Que a gente consiga acordar a tempo, que isso não seja um lamento apenas na hora H. Eu gostaria muito que o nosso discurso, como

na utópica frase de Paulo Freire, que o nosso discurso vire prática, que seja uma coisa palpável. Eu gostaria muito que isso fosse fato. Que tivéssemos países melhores, o nosso país tem tudo para dar certo! E que a gente consiga se ajudar enquanto pessoas e consiga destruir tantas coisas ruins que estão nos matando. Principalmente, o racismo estrutural, a homofobia e a transfobia. Isso acaba conosco, todos os dias! Tem gente que fala: “*estamos todos no mesmo barco.*” Não! Estamos todos no mesmo mar! Alguns com barcos, alguns com iates, e outros, nem o remo têm! (risos) Mas, que a gente consiga ver que tem possibilidade, eu quero acreditar! É como diz o Galeano: “enquanto tiver utopia eu estou vivendo.” É isso que eu quero: eu quero acreditar que tem jeito, que eu não posso deixar de remar, porque se eu deixar de remar, vai ser uma a menos para tentar melhorar a situação que a gente está. Então, que a gente consiga através de nossas ações, modificar, transformar, e que a gente consiga ser feliz! É isso que eu falo para as pessoas na igreja. Eu não quero gente na igreja chorando, não quero gente gritando. Eu quero que seja um lugar para a gente se encontrar, para louvar e agradecer porque somos felizes e a gente quer ser feliz. É isso que eu quero.

[Clélia] – Ai... que lindo gente! Adorei! Nossa! Adorei, obrigada! É um prazer conhecer vocês, ouvir vocês! Ferícia, sentiu falta de alguma coisa? A gente também te dá esse espaço para você falar pelo menos algum agradecimento e terminarmos com você, para podermos te ouvir também.

[Ferícia] – Eu estou encantada! Eu acompanho a Alexya pelas redes sociais, ela é um ícone travesti! (risos) Uma referência para todas nós e foi um prazer enorme em conhecer a Eliad, saber desse projeto incrível na Igreja Metodista da Luz. Eu acho muito importante essa questão da abertura do espaço da igreja para os corpos dissidentes, para os corpos trans, para os corpos LGBTs

em geral. Eu tive uma educação cristã, fui criada no cristianismo e é muito absurdo a gente ver o fundamentalismo religioso afastando tanto as pessoas e tornando-as tão fechadas em si mesmas, em suas crenças, enfim... Cristo não tem nada a ver com exclusão, não tem nada a ver com diferenciação entre pessoas! É muito lindo, estou muito emocionada de ver que isso ainda existe. E que esse fundamentalismo religioso, que é majoritariamente masculino, que corrobora com essa dominação dos corpos, é só uma parte. Que ainda existem cristãos e cristãs, que estão praticando o que Jesus pregou, que é o amor, é a caridade, é esse afeto, olhando mais para o que nos une, do que para o que nos separa. Para mim, foi muito gratificante, tanto conhecer a Alexya “pessoalmente”, do jeito que está dando agora, quanto a Eliad. Também quero participar do seu culto de despedida! (risos)

[Eliad] – Ah, pode deixar, eu vou avisar!

[Fércia] – Por favor, nos avise! Enfim, muita felicidade! Estava ouvindo a Alexya falar e lembrei de uma entrevista que ela fez para uma revista colombiana, que saiu com umas artes muito lindas, e uma delas me tocou muito, achei muito bonita. Uma das imagens retratando ela que diz: “porque Deus, também vive no meu corpo travesti!” Eu acho que é isso! Deus está em tudo e principalmente nas boas ações. É incrível! Além de muito emocionante, é muito fortalecedor ver mulheres negras encabeçando essa luta que é tão importante. Muito, muito obrigada a vocês, pela existência e pelas ações, das quais vocês falaram tão bem. Obrigada mesmo e não desistam! Continuem! Nós precisamos disso! E enfim, a gente sofre, a gente quer desistir mesmo, é muito complicada essa luta... Me identifiquei muito com o que a Alexya falou, por ser travesti e também transitar por esses vários ambientes, como o da política, da religião, da academia, da mídia... A gente sempre sente esse pouquinho de exclusão que tem por trás de quando estão se relacionando com a gente. Foi muito forte mulheres, muito lindo! Obrigada!

ENTREVISTADAS

Alexya Salvador

Reverenda Alexya Salvador, da Igreja da Comunidade Metropolitana. Casada há quase 12 anos com o Roberto Salvador, é Coordenadora Pedagógica de uma escola estadual. É a primeira travesti adotar no Brasil em 2015. Hoje, é mãe de três crianças, sendo duas delas meninas trans. É a primeira travesti a ser ordenada clériga numa igreja cristã na América Latina. É vice-presidente da ABRAFH - Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas. Formada em Letras, pedagogia e teologia.

Eliad Santos

Mestre em Ciências da Religião pela UMESP Pastora titular na Igreja Metodista na Luz Coordenadora do Projeto Casa na Luz Membro da EIG-Evangélicas pela Igualdade de Gênero.

MEDIAÇÃO

Clélia Prestes

Integrante do Instituto AMMA Psique e Negritude, assumindo a função de Coordenadora do Eixo de Formação. Especialista em Psicologia Clínica Psicanalítica (Universidade Estadual de Londrina - UEL). Doutora em Psicologia Social (Universidade de São Paulo - USP). Foi Pesquisadora Visitante no Depto. de Estudos Africanos e Afro-Diaspóricos (University of Texas at Austin, 2017). Título da tese: "Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver".

APOIO

Ferícia Lopes

Ferícia Lopes é travesti, negra e cresceu na cidade de Itaquaquecetuba/SP. Estudante do curso de Letras na Universidade de São Paulo, suas últimas atuações profissionais antes de integrar o Projeto "Enfrentamento dos Efeitos do Racismo, Cissexismo e Transfobia na Saúde Mental" foram como educadora em formação e orientadora de público em exposições culturais da cidade de São Paulo, sempre questionando o fato de ser a única ou primeira travesti a frequentar esses espaços que se propõem "democráticos".

MASCULI- NIDADES NEGRAS

Convidades:
Flip Couto e Kyem Araújo

Mediação:
Marcos Amaral

Apoio:
Ferícia Lopes

Transcrição:
Roberta Radharani Résio

[Marcos] - Bem-vindes para mais um dos nossos encontros de enfrentamento dos efeitos do racismo, do cissexismo e transfobia, na saúde mental. Hoje a gente recebe Kyem Araújo e Flip Couto. E a gente vai fazer uma discussão sobre masculinidade. Para começar eu queria que vocês se apresentassem, falassem um pouco sobre quem são vocês, em que momento atual da vida vocês estão e somado a isso qual o pronome vocês utilizam.

[Kyem] - Então vou falar. O meu nome é Kyem Araújo. Eu sou natural de Mato Grosso, mas atualmente moro em São Paulo. Eu me reconheço enquanto homem trans e esse reconhecimento vem de muito... nomeado, vem de seis anos. Esperei uns seis anos até o início da minha intervenção hormonal, que eu gosto de falar, né?! Não no aspecto de transição, porque todo mundo está o tempo todo mudando etc. Me reconheci enquanto uma pessoa que divergia do gênero muito cedo, mas eu tive muita dificuldade em lidar com isso e em falar sobre isso com as pessoas, até porque eu cresci num vilarejo em que a gente demorou muito para ter acesso à eletricidade e internet. Então, eu não tinha esse contato com o mundo, vamos assim dizer. E morar num lugar onde não tinha eletricidade, não tinha internet e o único acesso a comunicação era três horas por noite, quando eu ligava o motor elétrico, me fez ter consciência de muitas coisas em relação a questões de militância, de identidade, muito mais tardiamente do que as pessoas que possuem acesso, né?! Dito isso, eu sou uma pessoa que estuda atualmente, mais nas áreas de meio ambiente e de tratamento de dados. Eu sou formado, e minha primeira graduação foi em Tecnologia em Biocombustíveis, no Instituto Federal de Cáceres. Depois, eu segui para o mestrado em Ciência da Engenharia de Alimentos, na USP, com tratamento de resíduos. E, atualmente, eu sou estudante de Computação na Univesp, com interesse em Ciência de Dados. E além disso, também é muito importante para

além das formações, eu sou o atual coordenador do IBRATE em São Paulo, coordenador estadual e também faz parte da... [não foi possível identificar o que foi falado], que é uma organização de pesquisadores que se propõem a aplicar os conhecimentos que aprendeu na universidade, dentro de comunidades que são desprivilegiadas ou que não são vistas. A ideia é compartilhar o conhecimento, aprendendo com o que essas pessoas têm para ensinar e compartilhando o que a universidade ensinou para a gente. Os pronomes que eu prefiro usar são ele e dele.

[Flip] - Primeiramente, eu quero agradecer o convite, é muito importante para mim estar aqui em aliança com vocês, principalmente com a AMMA Psique, uma instituição que eu admiro muito, acompanho... muito feliz de estar mais próximo. Eu sou Flip Couto, sou uma bicha cis, tenho trinta e sete anos. Nasci e me criei em São Paulo, sou paulista, tenho a minha vivência, minha construção baseado nesse trânsito. Na cidade, sou da Zona Leste, da Vila Carrão, que tem uma conexão muito forte com a Zona Sul. Então, meu primeiro grupo, minhas companhias de projetos, são ali da Sul. Então, esse cruzamento entre extremidades, não só Zona Sul, e outros, fazem parte da minha construção. Quando eu falo de mim, eu falo muito sobre essas vivências migratórias na cidade. Eu uso o pronome “ele” e “dele”. Mas, também não tenho problema em usar o pronome feminino “ela” e “dela”, pela identidade bicha. Sou artista da dança, me identifico como artista interdisciplinar, tenho minha formação baseada na cultura Hip Hop. Sempre tive essa admiração no bairro, pelas pessoas que praticavam, que moviam essas estéticas ali nas ruas. E com 15 anos, eu me aventurei pela primeira vez de fato, a praticar e aprender, a me inserir e mergulhar nessa cultura, que é ainda hoje, quando observo as minhas práticas atuais, por mais que não esteja ligado diretamente à cultura Hip hop, os eventos e essas movimentações,

são o que me deu uma lente para olhar o mundo. E nesse mundo, eu me construí também como homem gay e me entendi como negro, entendi todas as bandeiras e identidades que eu carrego. Atualmente, eu tenho um trabalho muito voltado para a discussão de raça e gênero, mas também com essa intersecção da saúde, principalmente a saúde sexual – eu vivo com HIV desde 2009. E a partir de 2016, com o meu solo, chamado “Sangue”, eu passo a falar abertamente sobre minhas vivências com o vírus do HIV. E eu trago esse ambiente do baile, da festa, da celebração, que é o meu grande campo de estudo, é onde eu penso que estão minhas raízes, minha formação, que são os encontros tanto no quintal, na laje da família, quanto nas festas. Na memória também, que me veio presenteado, meu pai e minha mãe se encontraram nos bailes da “Zimbabwe” e “Chic Show”, muito conhecidos aqui em São Paulo – o que movimentou muito, o movimento negro na década de 70’ e 80’ – e foi se transformando no Rio de Janeiro, em Minas Gerais... Furacão 2000... Todas essas movimentações eu entendo como minhas ancestralidades, minha memória também, minha fonte de pesquisa. Hoje, trabalho como performer na linguagem da dança contemporânea negra. Integrei por muito tempo duas companhias que me formaram, que é a.. [problemas de conexão com o locutor, travou o áudio], uma companhia de danças urbanas. E por cinco anos, de 2016 a 2020, no começo desse ano, eu integrei a Cia. Sansacroma – companhia de dança contemporânea negra – do Capão Redondo. Inclusive, eu estou com a Cia. agora em Salvador, conduzindo uma residência de criação e dança. E eu tenho o mais recente trabalho, o OKó: Maskulidades Transatlânticas. É um momento que realmente eu vou mergulhar nessa pesquisa, nesse olhar, em busca de entender o que é esse corpo transatlântico, quais são as transformações que esse corpo vem tendo nesses caminhos e como é possível a gente

ampliar essa ideia de masculinidade, para além das masculinidades padronizadas, pela cisheteronormatividade, pela branquitude, pelo colonialismo. Quais outros campos, não só de discussão, mas também de prática afetiva, de sensações que a gente vai encontrar na questão da masculinidade? Nesse trabalho, eu reúno artistas, pensadores, dentre as diversidades de gêneros, pessoas negras... É muito importante para mim abrir meu olhar, mas também me cercar de homens trans, como nos últimos anos, as experiências com relações afetivas que eu venho tendo, de trocas muito sinceras, profundas! Entender também as sapatonas, as caminhoneiras, que também são uma grande referência para mim -- sempre um lugar de acolhimento dentro da cultura Hip Hop, onde por muito tempo, eu fui o único gay, né?!... Sempre fui essa figura única, destacada. Esse não-lugar foi algo que sempre me permeou. E esses outros lugares de acolhimento que eu venho buscando. A festa AME, em 2016 – eu também fundei a festa AME. Uma festa Preta LGBTQIA+ que vai englobar também temáticas como HIV/AIDS, as performances Queer, bem como trabalhos sobre negritude. A base dessa produção tem como pilar muito forte a cultura Ballroom. Nós somos uma das pioneiras em trazer as Balls, abrindo espaço para a performatividade Vogue e todas as discussões que permeiam essa cultura, aqui em São Paulo e no Brasil. É nessas caminhadas que eu estou atualmente.

[Marcos] - Vocês contam sobre dois campos de trabalho ainda bastante cisgêneros e heterossexistas que são o da tecnologia e o do Hip hop. Como foi e ainda tem sido para vocês o processo de construção de suas trajetórias, fazendo esses enfrentamentos? Como é ser homem como vocês contaram pra gente que são, nesses dois campos de atuação?

[Flip] - Vou começar aqui, só para inverter. Acho muito curioso, né?! Porque quando a gente está mergulhado, a gente não entende

a violência, o nível das violências, que é o silenciamento, que a domesticação, que a normatização do silêncio, essa fragmentação do sentido, do agir, do desejo e do afeto. Então, hoje quando olho lá para o Flip com dezessete anos, já mesmo ali, né?!... Pensar na cultura Hip hop hoje, a gente tem Jup, a gente tem Monna Brutal, a gente tem Rico Dalasam, a gente tem Luana Hansen, eu fico muito feliz quando olho para uma cena e consigo fazer uma playlist no Spotify, só com o Hip Hop Queer, né?!... O Hip Hop LGBTQIA +. Porém, vinte anos atrás isso estava nascendo. Eu fui entendendo esse lugar da tecnologia também, da tecnologia do corpo, gosto muito de falar isso... como um manifesto! Atuar essa questão, de... você tem que ser dez vezes melhor, se impor o tempo todo, estar em negociação, não deixar as discussões, esse falso acolhimento, esse tolerar, te enganar! E aí, como eu falei, construir zonas de cuidado, zonas de proteção. Eu acho que é um espaço de “hackeamento”, que hoje eu vejo muito importante, a gente nas artes, tem uma parte pedagógica muito importante. Então, hoje quando eu vejo pessoas das danças urbanas, quebrando, fissurando ou implodindo esse heterocissexismo da cultura Hip Hop, eu vejo que é uma caminhada contínua. Antes de mim, vieram muitos homens gays, veio muitas mulheres lésbicas, veio muitas pessoas trans, que sucumbiram ou que tiveram que sair dessa cultura, de ir para outros lugares, muitas vezes lugares vulneráveis, lugares com ainda menos acesso à saúde, à saúde plena, acho que não é só a saúde mental ou medicação, coisa do tipo, mas é de fato ser escutada! É ter lugares de celebração! Então, acho que eu construí isso, de uma forma que hoje eu consigo transformar essa dor em alguma coisa que emana uma nova energia, um novo pensar, e me fortaleço também com essas novas gerações que estão vindo. Eu acho que se combina muito hoje também, com o caminhar da cultura Ballroom, uma cultura contemporânea, como a cultura

Hip Hop... Mas, diferentemente do Hip hop, por mais que tenha sido fundada por uma mulher preta cis de origem jamaicana, a cultura Hip Hop [*Compreendo que neste contexto, ele quis referir-se, a cultura Ballroom*] foi parida por uma travesti, e aí, isso faz toda a diferença, o ponto de partida é outro. Então, acho que essa combinação de várias culturas, várias ancestralidades, essa ideia da diáspora, que vai se encontrando, vai se encruzilhando, vem transformando muito o que já temos hoje. Então, acho que é só uma caminhada.

[Kyem] - Eu acho muito interessante essa pergunta, porque a minha decisão de entrar para o setor de tecnologia, de entrar para uma área que é onde eu prefiro dizer que eu estou combinando as coisas do que migrando, que certamente todo o conhecimento que eu construí antes dessa decisão de ir para o eixo da Computação, também me vai ser útil ao longo dessa trajetória. É que antes eu imaginava que essa área de tecnologia não poderia ser para mim. Porque quando você tira uma fotografia dessa área, você não se reconhece nela em lugar nenhum. Toda vez que você for ver as equipes de grandes empresas, as equipes de diversas startups, são sempre a imagem do homem branco ali, do homem cis-hétero, e eu tinha muita dificuldade em imaginar que eu poderia preencher alguma vaga nesse espaço. E assim, eu utilizo muitas referências de mulheres negras, onde mulheres negras estão, no meu entendimento, eu também posso estar, não só porque me reconheço dentro da raça e cor, ali com elas, mas também pela trajetória. Aprende-se muito com o que elas já construíram. Eu comecei a fazer essa reflexão... de *linkar*... o porquê de eu me achar que eu não poderia estar ali, para além da cor? E eu comecei a notar que eu me julgava muito incapaz de aprender coisas sobre tecnologia e disse que eu estava sempre me colocando nesse lugar de dúvida da minha capacidade de aprender e de duvidar do conhecimento

que eu já tinha construído, parecia que estava sempre em xeque esse conhecimento... Foi quando eu comecei a pesquisar um pouco mais sobre isso e buscar canais no YouTube de pessoas negras falando sobre tecnologia. A partir disso, comecei a me reconhecer como uma pessoa também capaz de aprender sobre esses assuntos. Ser uma pessoa que estimula outras pessoas negras a uma volta, a desenvolver o interesse, se permitir! Frequentemente, temos o interesse mas não nos permitimos... A gente não constrói essa barreira. Essa barreira é colocada ali pra gente. É como se a gente não pudesse ultrapassá-la! Outro fator de destaque é que ser um homem trans negro dentro desses espaços me parecia inviável, por conta das características predominantes das pessoas desse espaço. Então, parecia que iria ser um lugar em que eu seria constantemente violentado. Essas violências não vão sair por si só, foi o que eu comecei a pensar. É preciso entender também que essas pessoas nesses espaços não estão dispostas a rever nada por elas mesmas ou começar a pensar em diversidade, em inclusão, acessibilidades... Nesse contexto, há um movimento bem cômodo também da minha parte de sempre estar me podendo... Me tiraram coisas antes mesmo que eu pudesse me reconhecer dentro delas. Eu comecei a pensar sobre estudar tecnologia, analisando se realmente eu teria aptidão para isso, antes que alguém o fizesse diante de mim. Então, esse foi o meu processo que eu quero compartilhar com as pessoas trans e com as pessoas negras à minha volta. Eu costumo dizer que a gente não sabe o que a gente gosta, a gente sabe o que a gente não gosta. Porque o que a gente não gosta, eles já entregaram para a gente. Que é sempre estar nesse lugar estar em trabalhos extremamente árduos, como trabalhar debaixo do sol quente, trabalhos manuais, trabalhos muito pesados! Não é que esses trabalhos sejam ruins no sentido de serem menos importantes, mas são os que já estão atribuídos a nós. E aí, eu comecei a pensar:

o que é que eu gosto? Do que eu quero gostar? Quais são meus reais interesses de fato? Pensar como obter mais conhecimento nessa perspectiva de ocupar esses espaços, de saber até onde eu posso ir. Começar a perceber até onde eu consigo adentrar... E olhar para mim e pensar: mano, eu gosto disso, então eu vou estudar isso! E eu demorei muito para perceber que eu tinha tanta aptidão quanto interesse pelo setor de tecnologia. Eu não sabia que eu gostava, simplesmente porque nunca me foi ofertado isso. No movimento de ir retirando direitos, eles vão limitando as opções da gente. Então, me constituir enquanto um homem negro e trans nesse espaço tem sido uma trajetória muito árdua, de um lutar contra as dúvidas que eu tenho de mim mesmo, da minha capacidade, da minha potencialidade e também de reexistir para estar nesse espaço, porque é cansativo, você repetir coisas que são muito básicas e que a pessoa poderia só dar uma pesquisada sobre o assunto, mas ela não vai. E você tem que estar nessa balança, né?! Ser essa pessoa, que as demais vão ficar constantemente usando como uma fonte de pesquisa – e ela não vai pesquisar em outras fontes – ela vai vir te perguntar um monte de coisas, um monte de coisa e você vai se sentir esgotado. Porque às vezes eu me sinto esgotado de ter que falar coisas que são muito básicas em relação à militância nesses espaços. Tem muita coisa que já foi dita. A mudança não é nova, tem muita gente construindo e falando sobre o assunto, tem podcasts, tem materiais no YouTube, tem livros, tem pessoas que produzem conteúdo nas próprias redes sociais. Então, me ver enquanto homem negro e trans nesses espaços é ter o autocuidado de não me exaurir. Dessa forma, posso melhor compartilhar as minhas vivências e o meu conhecimento com as pessoas. À medida que eu construo coisas que eu tenho interesse, que eu gosto e que são por mim, eu também tenho que pensar coletivamente. Acontece que há pessoas que acham que

porque conhecem uma pessoa trans ou uma pessoa negra, pronto, ela conhece a comunidade... E pensar no que é minha presença e as coisas que eu digo também reverberam no coletivo. Por causa desse pensamento de que um indivíduo em si, ele representa o coletivo dentro desses espaços. Tanto é que as pessoas acham que um indivíduo representa o coletivo, que ela é inclusiva porque ela conversa ou porque ela empregou aquele indivíduo. É muito comum você entrar numa empresa e eles terem muito orgulho de falar que tem uma pessoa trans contratada, que tem uma pessoa negra em tal espaço de liderança. Eu já participei de várias conversas assim, em empresas que quando perguntava sobre o processo de inclusão, de diversidade e a empresa respondia: “não... aqui a gente é muito diverso, respeito em primeiro lugar, a gente tem até uma funcionária trans!” E eu sempre com esse cuidado... É exaustivo ter esse cuidado! Esse cuidado tira de você a tranquilidade que já a pessoa cis, por exemplo, tem ao adentrar os espaços. Ele tira de você essa tranquilidade... Pessoas cis entram relaxadas nos espaços. Você entra tensionado nos espaços, afinal você, para aquelas pessoas, representa a comunidade. Então, é sempre esse processo de autocuidado, ter o cuidado com a minha saúde mental, ter um cuidado com os meus posicionamentos e das formas que eu vou falar e estar sempre nesse processo de alerta. Então, quando eu me sinto nesses espaços, eu sempre estou em alerta.

[Marcos] - Enquanto vocês estavam falando fiquei pensando em muitas coisas. Acho que vocês também, né?! Quando as inviabilidades vão se colocando, a limitação das opções. Tem uma síntese do movimento negro que é muito concreta – nada sobre nós sem nós – e é nada sobre nós sem nós para que a gente possa tecer projetos de futuro, singulares e coletivos. Vocês vão dizendo muito isso! É potente como vocês vão contando das trajetórias de vocês, sempre remetendo ao coletivo, às mulheres negras, ao

movimento LGBT, ao movimento negro, mesmo que não na aparência, mas vocês sempre vão fazendo menção a um coletivo que sustentam a vida de vocês. Eu fiquei lembrando, gosto muito de Rap nacional, e enquanto vocês foram falando, eu fiquei lembrando da Negra Li, que foi cantar no RZO, uma das primeiras mulheres a ser nacionalmente conhecida como cantora de Rap nacional. E ela foi contando em uma entrevista como foi tornar-se mulher nesse mundo masculino. Vou aproveitar essa deixa da Negra Li, para perguntar para vocês, o que é tornar-se homem? Simplesinha, pergunta basiquinha! (risos)

[**Kyem**] - Ontem estava pensando, estava assistindo um vídeo de um homem trans negro, que é o Teodoro, acho que nas redes sociais é @pretoteo. E eu comecei a pesquisar um pouco sobre o que outras transmasculinidades falam do que é ser homem, da masculinidade. Eu comecei a fazer algumas reflexões sobre como a minha construção de masculinidade, sobre como eu estou sempre nesse sentimento, de que... Eu preciso construir a minha masculinidade diferente dessa masculinidade que é patriarcal, que é hegemônica, do homem branco e cishétero! E como é que a gente constrói isso? A gente não tem muitas referências de como é que se faz isso. O que a gente tem sobre o que é ser homem, o que já está posto, inclusive o Teo fala nesse vídeo, que é relativo a um quê de violência, de agressividade, de *sintatismo*? *[Não foi possível compreender com exatidão a palavra utilizada]*. É o exemplo que a gente tem! Do que é ser homem! E como é esse processo para se construir uma identidade masculina, estabelecer uma identidade de homem, sem perpassar por esses padrões? Sem tentar absorver o que está posto sobre o que é ser um homem?! Há muitas pessoas, inclusive transmasculinas, que tem uma resistência inicial, quando reivindicam uma identidade masculina, ao inserir a hormonioterapia (que traz esses marcadores de gênero). Nesse

contexto, a leitura desses sujeitos sofre mudança no ambiente e eles passam a ser vistos como essa pessoa (como esse homem) que é violento, que é agressivo! É preciso entender que é complexo fazer isso tudo, principalmente porque a gente tem o feminismo, que já vem tratando sobre como é a construção dessa masculinidade e os processos violentos dessa identidade. Mas a gente tem ainda poucas referências para um entendimento de como é que a gente deve fazer para constituir uma masculinidade... Eu coloco aqui, enquanto pessoa trans, que fazer esse processo de transição, da pessoa que já teve uma outra leitura, o processo não é tão simples quanto parece. O fato de você já ter tido uma outra vivência, passar a construir uma identidade de ser homem, uma leitura de homem na sociedade... Não é apenas sobre a sua subjetividade, é também como outro te lê. Isso é muito complicado, visto que, sendo um homem negro, eu percebo que à medida que a minha transição avançou, à medida que a minha leitura social mudou nos ambientes, outras violências começaram a me atravessar também. E como é que essas violências podem ou não interferir na forma com que eu construo o homem que eu sou e que eu quero ser. Porque o que está posto para os homens negros o homem que é bruto, que é violento, que é viril. É essa imagem que a gente carrega quando a gente transita nos espaços públicos. Como é que isso não vai reverberar em mim? Como é que eu não vou reagir com agressividade em determinados espaços, quando eu estou sofrendo a violência? Para o outro eu estou legitimando o fato, sob o qual gera a percepção “olha lá, ele é violento!...” Mas o que é que eu faço nesse processo da construção da minha entidade? É lógico que não é só um problema pessoal. É sim um problema coletivo! Como é que a gente vai fazer a construção, o deslocamento, desligar essa identidade que está posta, que é violenta, para construir uma outra identidade que não seja? Somos atravessados

o tempo todo por muitas coisas. E eu sempre me incluo nesse processo, agora eu tenho essa leitura [*percebe-se homem*], essa imagem, e não vou abrir mão dela. É essa imagem que faz em muitos momentos, quando eu não estou bem, ver-me no espelho e pensar em todo o trajeto, todos os meus processos. Por muitas vezes, por mais que para muitas pessoas isso que eu vou dizer para você é muito superficial, mas às vezes, só de olhar no espelho e ver as minhas características que a hormonioterapia trouxe é o que me mantém vivo naquele dia. No entanto, compreendendo como é que essa leitura que eu tenho agora é vista, eu fico num processo muito exaustivo e muito fechado de: como é que eu vou construir essa identidade, que seja descolada da identidade que é ensinada? Do que é ser homem, tal como é ensinado! A gente não quer corresponder a essa identidade, mas não é um processo tão simples. Porque a gente não tem uma referência já posta. As pessoas que estão cisgêneras, hétero, estas já têm uma referência do que é aquela masculinidade, por mais que ela não seja o que é entendido como ideal, o que é melhor ou pensando o quanto essa identidade é violenta... A dificuldade de construir esse referencial é uma coisa que, particularmente, me pega muito, assim, de estar sempre me revendo e pensando nas minhas atitudes. Esse é um exercício que tem que ser não só meu, enquanto homem trans que constrói uma identidade do que é ser homem, mas de todos os homens e das pessoas que não são também. Porque é uma forma externa que também tem espaço para as pessoas que constroem essa identidade. Não sei se eu me fiz claro sobre o que eu quis compartilhar aqui.

[Flip] - Maravilhoso! Você trouxe o Teo como referência, porque também é minha referência. (risos) Eu tive a felicidade desse projeto do OKó, foi o Preto Téio que fez a produção, e foi um “fit” que a gente estava sonhando há muito tempo. Reconhecido, ele

transformou muito do que há em mim. E criar junto foi incrível, inclusive, para além do produto entregue, todo o processo de estarmos juntos. Num desses processos, a gente estava tomando um café e comendo um lanche, falando sobre coisas da vida... Ele virou para mim e falou assim: “Flip, você que é homem há mais tempo, como é isso, isso e aquilo para você?” Falei, gente!!! É verdade!!! Eu estou aqui sendo homem há trinta e sete anos! Daí, eu penso assim, que esse processo de tornar-se homem, fora da hegemonia, homens não-brancos, homens trans, enfim, todas essas masculinidades subalternas penso como um “ouro de tolo”! Só vai te dar uma super cartilha de como agir se te baterem, você revida; não chore; seja forte; se vista bem; ande correto. Então assim, a sociedade coreografa e determina todos os nossos gestos, todas nossas palavras, tudo o que temos que fazer, mas sempre esse corpo vai ser um corpo colocado como um corpo que está “a serviço de...” Seja carregar tijolos, seja satisfazer o prazer da pessoa branca, seja proteger a pessoa branca, por exemplo. E tornar-se homem é fazer todos esses processos, passar por todas as etapas. E tendo essa consciência, eu como um homem cis, é retornar, passar por tudo isso... e tá... eu passei por todas as etapas que essa cartilha me determinou e mesmo assim eu não me tornei homem, no sentido de detentor do poder ou de detentor de humanidade, uma mínima humanidade. Então, como a gente vai fazer o caminho inverso, destruindo tudo isso que foi construído para nós?! Como vou adentrar nos espaços “limpos” na cama, como eu determinar como o corpo masculino pode agir, como ele pode se mover, como ele pode sentir. Como vou acessar lugares de liderança e transgredir essa liderança colocada pela masculinidade?! E até pela masculinidade negra, até pela masculinidade periférica, que eu acho que isso é o mais importante – e eu faço toda crítica a toda movimentação – é para essa transformação comunitária,

para além do mundo, no macro, o que nos está destruindo, eu acho que pensar o micro, pensar de dentro, é essa a transformação, é essa a revolução que a gente vai ter. Então, quando eu vejo meu tio indicando o podcast do OKó para o meu outro tio, eu falo: bingo!!! É sobre isso, eu quero que essas masculinidades subalternas entendam o jogo, entendam que as regras estão colocadas para nos destruir. Então, acho que tornar-se homem tem esses processos cíclicos de entender socialmente o que foi colocado para nós, como o Kyem falou de forma genial. Essas redes estão se comunicando, criando outras formas de ser e de se dialogar. Eu acredito muito nesse andar, nessa construção a partir do micro, entendendo todas as feridas, dessas chagas, da indignação. Buscando um processo de organização de ódio também, como a Erica Malunguinho fala, e eu acho genial! A gente não tem que romantizar nada. Eles também não têm que silenciar nossos ódios, bem como não devemos fugir de nossas responsabilidades, e aí, novamente, falando como homem cis, falando lá dos meus pronomes, eu não me importo de ser chamado de ela, dela, ele, dele, mas eu entendo que a minha estética, o meu corpo, ele me permite estar frente a frente com outros homens cis. Porque é esse o jogo, assim, acho que muitas figuras não vão escutar o Preto Teo ou não vão ter acesso a escutar Acho que é essa nossa responsabilidade de implodir, de entrar e estar naqueles territórios, que seja uma roda de capoeira, seja uma roda de break, que seja uma sinuca, ou que seja numa sauna gay, também né?! Entendendo que o mundo gay é super transfóbico, cisnormativo e muito complexo. Então, acho que tem essas responsabilidades nossas, assim, pensando na comunidade, pensando na saúde da comunidade, e pensando na segurança. Quando eu vou aglutinar grupos, eu como um homem cis, e quero trazer, abrir, fissurar esses espaços para trazer pessoas trans, pessoas que fogem dessa normatividade, eu sei que antes, eu

tenho que ter um trabalho muito forte e uma atenção redobrada, para que os corpos como do Kyem entrem minimamente relaxados, minimamente se sintam acolhidos. Acho que é um processo de jogo como da capoeira, o tornar-se homem, sempre entendendo o espaço que você está. Eu acho que a gente tem um acúmulo de conhecimentos, não falo de tecnologias, a gente tem que saber quais ferramentas vamos usar nesse jogo, com o momento de se esquivar, com aumento de atacar. Ir buscando humanidade, acho que esse é o processo, entendendo que corpos masculinos são o foco central da violência, tanto de forma ativa quanto passiva. Então, quais são as formas de humanidade que a gente vai pensar a partir dessa identidade masculina, na figura do homem.

[Kyem] - Tem até um ponto importante que eu quero destacar da minha fala anterior, eu ouvindo a fala de Flip. O que eu disse não é que a gente não vai se responsabilizar sobre nossas ações e sobre a nossa leitura em sociedade, em especial para as transmasculinidades que estão na hormonioterapia, é sobre a construção da nossa identidade. Não é sobre não se responsabilizar, é sobre como essa leitura social, sobre como essa construção de ser homem vai reverberar nos espaços que a gente está. Mas, principalmente, o que é meu apontamento, é sobre um chamado coletivo das masculinidades em geral em repensar. Tendo em vista que a gente já sabe qual é a referência que a gente não quer, e que a gente não deveria seguir, e pensando nisso como é que a gente constrói um ser homem, como é que a gente constrói uma masculinidade que se desloque da hegemônica, que se desloque da patriarcal, que seja de fato uma masculinidade pensada para não ser violenta, e isso vai para além da subjetividade, vai para além do como eu fico em casa pensando sobre como eu estou construindo a minha identidade. Então, esse pensamento do que é ser homem é um convite efetivo às transmasculinidades e às masculinidades cis

a pensar e articular. Não é só pensar, não só no plano do pensamento e apenas isso, mas como colocar em prática isso. Fazer um chamamento dentro dos próprios coletivos em que você faz parte para debater sobre o assunto e começar a praticar a partir disso. A gente precisa se ver também como um sujeito que é capaz de mudar, que é capaz de construir relações que não são violentas, que não são tóxicas, para além do que está posto. Então, não são só as mulheres cis e trans, não são só as mulheres negras que precisam ficar batendo nessa tecla, pensando sobre isso, falando sobre isso, escrevendo sobre isso. A gente também precisa, inclusive, como diz a própria Neon Cunha, “beber no feminismo negro” para poder ter bases de construir essa identidade que é descolada, nesse deslocamento na verdade, da identidade, né?! E elas estão aí construindo esse conhecimento, não é de hoje, falando disso não é de hoje. E a gente que precisa se construir enquanto sujeito, que vai nessas fontes, que olha o que elas construíram, e que escuta, e que para além de escutar, que coloca em prática. O que já está sendo discutido, em que nos colocamos como sujeitos que vão atrás dessas referências e que constroem essa referência, torna essas referências mais palpáveis para sair do campo das ideias, de que, a... é assim que deveria ser... é assim que deveria ser? É assim que nós seremos! E aí, como é que a gente vai construir esse processo? Aí eu digo, enquanto homem trans, pensando nas transmasculinidades e nas masculinidades cis, como é que a gente vai aproximar essas masculinidades para trocar essas ideias e começar a tornar real, tornar palpável em ação, tornar os espaços que a gente está, nos espaços que a gente ocupa enquanto liderança – como o Flip trouxe – como é que a gente pratica? Então, é muito importante que fique bem claro, que não é só ficar em casa pensando, pensando consigo mesmo. É uma convocação para o coletivo de transmasculinidades e de masculinidades cis. Como

é que a gente torna praticável, como é que a gente faz isso no dia a dia, sem se esquecer de olhar para fontes e de beber em fontes que já bateram muito assertivamente nessa tecla, que não tem nada novo, a gente não está inventando nada. A gente precisa se enxergar como um sujeito de mudança, que pode mudar não só a si mesmo mas o meio que se está inserido. É isto!

[Marcos] - A gente está caminhando para o final do nosso encontro, mas eu queria destacar algumas coisas do que vocês foram falando. Acho que primeiro vou devolver para vocês concluírem. Vocês fazem uma coisa, que é falar das masculinidades no plural. Queria que vocês retomassem isso na conclusão final. E nos bastidores quando eu estava com a Ferícia, a gente estava falando da potência desse projeto, porque na medida em que ele produziu um encontro, entre o movimento negro e o movimento LGBTQIA+. Queria também que, se possível, na conclusão de vocês, falassem um pouco da importância e da potência desse encontro, desses dois movimentos sociais que estão aí, na realidade, para o enfrentamento dos efeitos do racismo do cissexismo na saúde mental.

[Flip] - É plural, né?! Acho que o plural é muito importante quando a gente fala de qualquer identidade, as negritudes, as masculinidades, enfim. Eu acho muito lindo estar com vocês aqui, todo mundo entendendo essa ação coletiva para o que temos hoje. Falando nisso, eu volto lá no comecinho da minha apresentação. Acho que eu não falei todas as coletividades que eu integro, e que me alimentam. Eu sou fundador do coletivo AMEM e faço parte da House Of Zion dentro da cultura Ballroom, brasileira. Também sou diretor executivo da “Aliança Para a Saúde da População Negra”. Todos esses lugares com protagonismo negro, que o interesse fundamental é da diversidade. Acho que esse encontro de movimento negro e movimento LGBTQIA+ foi silenciado. Por muito tempo pensamos que estávamos inaugurando esse movimento, mas eu

acho, que tem um processo de apagamento, de invisibilização muito forte. Desde o início do movimento negro no Brasil, articulado como vemos hoje na história, a gente tem essa presença. Tenho sempre como grande referência as mulheres pretas, principalmente as sapatões, e é por isso, quando eu vou de fato buscar discutir o que é masculinidade, para mim como uma bicha preta, nunca me aproximei disso por me ver num lugar muito branco, acadêmico, numa linguagem distante do que sentimos. E quando eu vou buscar minhas referências, são essas pessoas, as próximas, que eram as mulheres negras lésbicas, e as que eu desejava me aproximar mais, que eram de homens trans, e cada vez mais também, entendendo as pessoas não-binárias como uma referência de masculinidades. Então, acho que são esses processos de a gente se entender cada vez mais diversos, até por nossa própria saúde mental, da gente fugir do que é estipulado para nós. A gente pode hoje estar de dread, de roupa larga, mas também pode estar com uma leise, com uma roupa justa, de biquíni, e acho que é esse lugar que a gente quer passear, esse corpo mais próximo da natureza, que se transforma a cada estação do ano que a gente vai conseguir estar. Acho engraçado pensar, quando as pessoas perguntam: quando você começou sua transição? Como se a transição tivesse um ponto de início e final, e fosse colocada só para pessoas trans. Para mim, outro ensinamento que eu tenho muito é estar em trânsito e respeitar esse trânsito diário. Estar aqui com a AMMA Psique, com vocês, discutindo sobre isso é um processo interno também, eu acho que não estou só como palestrante falando a verdade, mas sim me questionando o tempo todo, escutando. Me enche, assim, de saber que estamos caminhando juntos e esse projeto está maravilhoso também! Então, eu só agradeço!

[Kyem] - É muito interessante, porque é muito recente nas minhas reflexões, pensar masculinidades, no plural, sabe?! Daí

eu comecei a reunir algumas coisas, e uma coisa que me bateu muito foi que não se deve ligar a masculinidade com o ser homem. Porque masculinidades, não são um grupo de pessoas, masculinidades são processos, e comecei a pensar muito! Se são processos, as pessoas passam por vários processos durante essa construção dessa identidade. Portanto, faz muito sentido que sejam masculinidades, até porque as masculinidades dentro da própria cisgeneridade partem de pontos diferentes. Assim como a masculinidade dentro da transgeneridade parte de pontos também completamente diferentes. E aí, foi quando eu comecei a pensar de uma forma mais plural, da construção de masculinidades, e pensar também os pontos diversos, de partir dessa construção. Para mim, é muito importante que vocês também tenham incluído as transmasculinidades, e por ter me dado a oportunidade de fala, aqui, porque uma coisa que vem me causando um certo incômodo já há um tempo é que não se tem muitos transmasculinos falando sobre os processos da construção, e também de saúde etc. Em 2014, por aí, tinha mais, mas no meu entendimento foi perdendo a força. O que estou percebendo agora é uma retomada das pessoas... das transmasculinidades começarem a voltar a falar sobre isso, e é muito importante ter esse espaço e poder falar sobre isso. E poder colocar aqui também abertamente, como é exaustivo esse processo de ser essa pessoa transmasculina nos espaços e de ser sempre essa pessoa que tem que ser uma fonte inesgotável sobre conhecimento de transmasculinidade. Mas também sobre a importância... à medida que a gente está nesse espaço de mudança, à medida que a gente constrói conhecimentos e compartilha em estar no coletivo, a importância de zelar pela saúde mental. Inclusive, pensando em algumas pesquisas que já saíram – algumas brasileiras, outras não – sobre como as transmasculinidades são as que mais cometem suicídio dentro da população trans, e como

isso é sobre saúde mental. Um ponto que eu sempre levanto, que é muito importante inclusive as transmasculinidades falarem sobre isso, que a hormonioterapia traz essa leitura social que a gente busca, por uma questão também de saúde mental, mas ela não resolve os problemas. Porque você está num espaço provisório que te é dado, porque a leitura por si só não resolve os problemas e ainda se agrava quando você é uma pessoa negra. Porque essa leitura que você tem agora, a leitura que eu tenho agora, ela se atrela e é perpassada por várias outras violências. São muitas violências que você precisa lidar, e a hormonioterapia não resolve, por isso, a importância de se falar sobre saúde mental dentro da transmasculinidade. Porque muitos de nós têm esse entendimento de que quando eu tiver barba tudo irá se resolver, e não é assim, não vai resolver, porque hoje eu tenho barba e eu sei que não resolve, e eu já tive o pensamento de que resolveria. Ter um espaço para se debater saúde mental é muito importante para as transmasculinidades, porque tem que ficar claro e tem que ser uma pauta muito forte de ser tratada dentro das transmasculinidades e como é que a gente cuida da saúde mental dessa população. E é essa a importância para mim de estar aqui hoje nesse espaço, de trazer um foco para esse ponto. De que a gente precisa se colocar como um sujeito que está nesse processo e como é que a gente se cuida nesse processo, e a importância de institutos como o Instituto AMMA tratar sobre essa temática, de abrir espaço para esse debate, de não só, mas que se torne um ponto de referência para que outros lugares comecem a debater sobre esse assunto que é muito importante, porque é pouco debatido. Porque também se trata sobre o pagamento das transmasculinidades que tenta se diluir dentro da cisgeneridade, só com a leitura. E essa diluição, a Neon Cunha até trata bem disso, essa leitura não te traz um privilégio, ela te traz um benefício que é ir ali na padaria, por exemplo, e

a pessoa não sofrer transfobia porque eu fui na padaria, como seria antes de você ter esse marcador muito forte na leitura. Mas você construir toda uma identidade dentro do silenciamento, que é o que a passabilidade traz para a gente dentro da transição da hormonioterapia é o silenciamento. Pronto, agora você tem essa leitura aí, cala a boca, porque a gente está te reconhecendo, e fica outros processos violentos que a pessoa já foi atravessada e que ainda atravessa, sem resolver. E que culmina nesse quadro das transmasculinidades estarem dentro de índices de suicídio e de tentativas de suicídio tão grande.

[Marcos] - Vou dizer só para encerrar, o quanto vocês potencializam o projeto, que foi pensado e coordenado por mulheres negras. Agradecer muito a presença de vocês, o cuidado, a generosidade, por reservarem um tempo para estar aqui com a gente. Agradeço em nome do Instituto AMMA Psique e Negritude. Espero que esse seja o primeiro encontro de muitos, que a gente possa tecer grandes projetos juntas, juntos, juntes. Contem com a gente!

[Flip] - Obrigado! É um prazer estar aqui, prazer Kyem, prazer Ferícia e Marcos. Espero que a gente possa fazer esses encontros presenciais também, esse lugar do afeto, do olhar, do gesto, cafezinho, bolacha. Acho que isso transforma. Mas é muito bom a gente estar aqui se articulando e se preparando para o novo mundo utópico que estamos construindo nessas trocas. É muita potência, e como você falou, dessas mulheres, nossas grandes referências que a gente pode chamar de amigas, e isso é lindo! Obrigado! Boa sexta-feira e bom final de semana para vocês!

[Kyem] - Também quero agradecer pelo espaço. Já fazia um tempo que eu não falava sobre essas reflexões que eu tenho tido. O mais importante ainda é que agora que eu sou coordenador estadual do IBRATE de São Paulo, o quão importante é estar nesse

espaço, para que a gente também construa alianças para tratar desses assuntos e saber que tem outros lugares que a gente pode contar, que não é um processo solitário, de pensar sobre a saúde mental, sobre a nossa saúde mental, de um jeito como se fosse só a gente que pudesse pensar sobre isso. É de uma felicidade saber que tem esse espaço aqui para falar sobre esse assunto e já vejo a possibilidade de dar continuidade disso, pensando justamente nessa minha atuação enquanto coordenador. Fico muito feliz com essa porta que se abriu. Muito obrigado!

[Ferícia] - Eu também queria agradecer em nome do “Projeto de Enfrentamento do Racismo, Cissexismo e Transfobia na Saúde Mental”. Para a gente é muito importante contar com essa participação das masculinidades negras nesse projeto. Porque somos todas mulheres tocando os bastidores das nossas ações. Não é possível caminhar... Por mais que as maiores vítimas das violências e dos assassinatos sejam as mulheres trans e travestis negras. É importante lembrar da invisibilidade que afeta as transmasculinidades negras e a violência que está sempre apontada para as masculinidades negras cisgêneras ou trans. É muito bom contar com vocês. A gente teve também a participação do Leonardo Peçanha, que é um nome muito importante na história do movimento transmasculino. E eu achei interessante uma coisa que ele fala – que as falas de vocês trouxeram bastante, principalmente do Kyem, que também tem essa experiência de afirmação de gênero enquanto homem trans, que é quando você passa de objeto para ameaça, e o quanto isso afeta a saúde mental, afeta a nossa atuação na sociedade. É muito enriquecedor para a gente poder contar com vocês e criar essa ponte, que não se encerra aqui e que a gente possa estar mais perto muito em breve e articulando sempre. Em nome do Instituto AMMA e falando pessoalmente mesmo, enquanto Ferícia, estou super aberta para colaborações futuras. Eu vejo uma cisão muito

grande entre o movimento das travestis e o movimento dos homens trans, das transmasculinidades, acho que esse encontro do movimento negro com o movimento LGBTQIA+ é uma superpotência, um super caminho para a gente diminuir essas diferenças que são impostas para a gente. Enfim, muito obrigada mesmo! Contem com a gente sempre!

[Flip] - Gente! De pouco em pouco a gente tá começando, uma coisa assim, olha, bem levinha! A gente fez no Centro Culturas Negras, e sempre nesse lugar do cuidado da saúde. Eu vou mudar o slogan que os brancos roubaram, o nosso fervo é saúde! (risos) Estar junto é muito importante! A gente vai para esses lugares, muito empolgado para isso.

ENTREVISTADES

Flip Couto

Artista interdisciplinar formado em dança, é Idealizador do Coletivo Coletivo AMEM, diretor criativo da Agência Voadoras, co-fundador da Aliança Pró-Saúde da População Negra e membro da House Of Zion, atuando como performer, curador, produtor de eventos e palestras sobre HIV/Aides. Negritudes e diversidade. Flip provoca através de seus trabalhos discussões sobre raça, classe, gênero e saúde em diálogo com as comunidades Ballroom e Hip Hop LGBTQIA+.

Kyem Araújo

Tecnólogo em Biocombustíveis pelo Instituto Federal do Mato Grosso, Mestre em Ciências da Engenharia de Alimentos pela Universidade de São Paulo e estudante no curso de Ciências de Dados na Universidade Virtual de São Paulo. Além disso, é um homem negro e transgênero que atua como coordenador estadual do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades em São Paulo.

MEDIAÇÃO

Marcos Amaral

Psicólogo, Doutorando e Mestre em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é membro do Grupo de Pesquisa A Dimensão Subjetiva da Desigualdade Social: suas diversas expressões. Integrante do Instituto AMMA Psique e Negritude, assumindo a função de Diretor Administrativo e de Coordenador do eixo de Militância, Redes e Parcerias.

APOIO

Ferícia Lopes

Ferícia Lopes é travesti, negra e cresceu na cidade de Itaquaquecetuba/SP. Estudante do curso de Letras na Universidade de São Paulo, suas últimas atuações profissionais antes de integrar o Projeto “Enfrentamento dos Efeitos do Racismo, Cissexismo e Transfobia na Saúde Mental” foram como educadora em formação e orientadora de público em exposições culturais da cidade de São Paulo, sempre questionando o fato de ser a única ou primeira travesti a frequentar esses espaços que se propõem “democráticos”.

TRANSCRIÇÃO

Roberta Radharani Réσιο

Graduanda em Gestão da Informação na Universidade Federal de Goiás (UFG). Participante do Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, na Faculdade de Ciências Sociais (FCS/UFG), do TRANS-UFG, grupo de estudos inserido neste Núcleo e do Coletivo TransAção UFG. Tem interesse de pesquisa sobre o tema homens trans e mídias sociais, a partir de uma perspectiva de análise antropológica sobre narrativas transmasculinas em torno do curso da vida.

PARTE 03

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DOS EFEITOS DO RACISMO, CISSEXISMO E TRANSFOBIA NA SAÚDE MENTAL

DIÁLOGOS SOBRE RACISMO & CISSEXISMO & TRANSFOBIA:

uma ação de caráter multiplicador
para garantia da saúde mental

Diante da realidade extremamente violenta e das demandas de saúde vivenciadas pela população trans e travesti brasileira, o AMMA idealizou, articulou e executou o projeto “*Enfrentamento dos efeitos do racismo, cissexismo e transfobia na saúde mental*”.

O projeto propôs uma ação que contemplasse a disseminação de conhecimentos e uma profunda análise crítico-política e teórica sobre as consequências da intersecção racismo e cissexismo, a qual aumenta a incidência de contextos de vulnerabilidades, violências e mortes, principalmente da parcela das mulheres transexuais e travestis negras da população. Assim, temos constatado que a transfobia é potencializada pelo racismo.

A estratégia privilegiada nesta ação foi uma análise do problema social a partir do conceito de interseccionalidade, que segundo Crenshaw (2002), “trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”. A nossa aposta, portanto, foi fazer o enfrentamento das opressões geradas pela interseção racismo-cissexismo a partir do cruzamento de várias ações brotadas do diálogo entre ativistas dos movimentos negro e lgbTqia+ e entre os profissionais de saúde. Uma utilização da interseccionalidade não apenas como instrumento de compreensão do fenômeno, mas também aplicada no planejamento dos cuidados, baseado em Collins (2021), Cardoso (2012) e Prestes (2018).

A proposta buscou também oferecer ferramentas teóricas e metodológicas que possibilitem o cuidado em saúde mental e potencializar recursos para lidar com os efeitos psicossociais do racismo e cissexismo estruturais.

A seguir, compartilharemos a estrutura do projeto e o percurso pedagógico desenvolvido, com a expectativa de que essa expe-

riência possa ser apropriada, adaptada ou replicada em outros contextos. As ações aqui apresentadas foram confeccionadas a várias mãos, desejos e visões de mundo, contando com a participação de profissionais de saúde e ativistas do município de São Paulo, entre os meses de julho e novembro de 2021.

OBJETIVO DO PROJETO

Enfrentamento do racismo, cissexismo, e transfobia por meio da leitura crítica desses fenômenos e da elaboração de seus efeitos psicossociais, para promoção da saúde mental.

ESTRATÉGIA

Realização de ações de caráter multiplicador, a partir da disseminação de conhecimentos e das experiências vivenciais, para potencializar compromisso político e mudança da realidade das pessoas trans.

META

A ampliação do diálogo entre os movimentos negro e lgbTqia+ e entre profissionais de saúde concernente à violência vivida pela população trans, em especial sobre a situação das travestis e mulheres transexuais negras, e suas demandas para a conquista de direitos e saúde.

PÚBLICO

Ativistas dos movimentos sociais negro e lgbTqia+, profissionais de saúde.

O PERCURSO PEDAGÓGICO

Método Teórico-Vivencial

Uma abordagem empenhada em abrir espaço de observação dos afetos e posições sociais de cada pessoa, para que esses elementos façam parte da reflexão sobre a temática, e que possa haver maior implicação pessoal e transformação do panorama social. Como apresentado anteriormente, a abordagem teórico-vivencial trata as questões pela via teórica e expositiva, enquanto promove espaços vivenciais para uma abordagem mais ampla do conteúdo tratado.

Princípio ético

Protagonismo da população trans e travesti em todas as etapas do projeto.

Tripé norteador - Eixos Formativo – Propositivo – Multiplicador

Como horizonte, tivemos um eixo que apresentou conteúdos teóricos com discussão crítica (*formativo*), um eixo para elaboração de propostas de trabalho no campo específico de cada participante (*propositivo*) e um eixo com foco em propiciar a multiplicação da experiência em outras situações e territórios (*multiplicador*).

Eixo Formativo: *Entendendo a realidade da população trans e travesti e seus imbricamentos étnico-raciais.*

Neste eixo, além de exposições e troca teórica, foram utilizadas

dispositivos vivenciais, com momentos em grupo, paralelos às aulas, para compartilhamento do modo como as informações eram absorvidas e dos pensamentos e afetos despertados. Essa estratégia permitiu que os conteúdos fossem trabalhados não apenas pela via intelectual, e não apenas no formato de aula, mas também com espaço para uma efetiva interação entre participantes, aprofundamento do debate, confronto com as próprias ideias e sentimentos, favorecendo a ampliação das reflexões e, na medida do possível, a elaboração de questões emergidas da experiência.

As atividades deste eixo foram realizadas de forma remota e síncrona, com interação, em tempo real, entre docentes e participantes.

A programação foi estruturada em seis (6) encontros temáticos para a troca de conhecimentos, com duração de 3 horas cada.

1. Abertura para apresentação do projeto, situando e contextualizando o tema.
2. Interseccionalidade na construção da violência
3. Relações Raciais
4. Imaginário Social: representações sobre identidade de gênero
5. Garantias de direitos
6. Vivências de transmasculinidades negras

Detalhamento dos temas desenvolvidos

1. Live de Abertura do Projeto com Jaqueline Gomes de Jesus e Sarah Wagner York, tendo Neon Cunha como provocadora

Nessa abertura dos trabalhos em formato de live, as docentes discutiram sobre a resistência e emergência de pessoas trans nos diferentes segmentos da sociedade, com sentido de contraposição às tentativas de limitação de suas humanidades, assim como de busca de silenciamento e apagamento dessa forma de

estar no mundo. Consideraram o cenário de violências que levou à morte e adoecimentos tantas trans e travestis. Analisaram a negligência da sociedade e das instâncias públicas na garantia de direitos, a deficiência na escuta de suas especificidades (inclusive no campo de saúde mental), e pudemos acompanhar relatos de enfrentamentos pessoais e coletivos na busca pela saúde, pelo reconhecimento de sua humanidade integral, pela possibilidade de toda a sociedade aprender com esse grupo social, e tudo isso enquanto reivindicam que não seja esquecido que, nesse caminho de luta, também vivenciam afetos e alegrias.

2. Interseccionalidade na construção da violência por Neon Cunha

O tema foi desenvolvido a partir do questionamento de “**Quais vidas importam?**” por meio da apresentação e discussão desse conceito importante para a estrutura e manutenção da sociedade tal qual a vivenciamos hoje. Foram apresentadas importantes referências na luta pelo direito de pessoas lgbTqia+ no mundo, dados sobre a violência contra esses corpos dissidentes no Brasil e como esses dados estão intimamente relacionados com noções distorcidas de política (que essencialmente está ligada a busca pelo “bem comum”), à misoginia (o ódio às mulheres) e ao cissexismo (ideia de que o gênero de pessoas cisgêneras é mais legítimo de que o de pessoas trans).

3. Relações Raciais, por Carolina Iara Ramos de Oliveira

O tema foi tratado a partir do trabalho de autoetnografia que Carolina Iara tem feito como pesquisadora em Antropologia. Que consiste em trazer para o debate passagens de sua vida

pessoal mescladas com fatos históricos e proposições teóricas desse campo de estudo, abrindo espaço para que o interlocutor também estabeleça relações entre essas três camadas de fatos, mas enxergando a pesquisadora como parte de sua pesquisa e não apenas como a detentora de um conhecimento distante que a leigos torna acessível.

Foi feita uma elucidação sobre o que é a condição intersexo, que diz respeito às pessoas que nascem com características biológicas, endocrinológicas e genitais “ambíguas”, partindo da ideia binária de gênero: homem ou mulher, feminino ou masculino, etc. *Essas existências plenas em humanidade, estilhaçam a ideia de que a natureza seria fonte criadora da dualidade homem-mulher que norteia a padronização de identidades e corpos, operada pelo cissexismo.*

4. Imaginário social: representações sobre identidade de gênero, com Lucinha Silva

A apresentação intitulada “*Imaginário social: representações sobre identidade de gênero*”, propõe uma abordagem reflexiva do “senso comum”, que é carregado de imagens preconceituosas com relação às pessoas trans e travestis, e outros grupos historicamente marginalizados como os povos originários, negros e mulheres.

No primeiro momento, os participantes foram divididos em pequenos grupos e orientados a: “*Identificar como o imaginário social se materializa, através de comentários, frases e posicionamentos que escutamos no cotidiano*”. Diversas expressões (“mas você já operou?”, “você não é mulher/homem ‘de verdade’”) e narrativas demonstram como são estereotipadas as imagens das travestis através de vídeos na internet que reforçam a ideia de

que são agressivas e violentas, além de haver também uma grande fetichização e exotificação em torno de seus corpos que são comumente mostrados em situação de prostituição.

Na segunda etapa, discutiu-se sobre *os impactos do imaginário social na prática profissional*. Destacaram a precocidade das tentativas de enquadramento das crianças no ideal de heteronormatividade; o desrespeito à identidade de gênero, por parte da equipe de profissionais de saúde, quando pacientes compareciam nos serviços, com caracteres secundários (como os pelos faciais, por exemplo) mais destacados, evidenciando a cobrança de uma passabilidade como moeda de troca para que se obtenha respeito. Trouxeram, ainda, questões relacionadas às masculinidades trans, o estupro corretivo.

Por fim, um momento *para a autopercepção, uma reflexão sobre si diante do tema da transgeneridade*, considerando que todas as pessoas são atravessadas pelo imaginário coletivo.

A discussão possibilitou o reconhecimento de práticas reprodutoras de preconceitos quando não se é diretamente afetado por tais ideias, e de como muitas das ideias equivocadas com relação às travestis e pessoas trans são introduzidas por meio de instituições que nos formam, desde cedo, como a família, a escola, igreja etc. E são essas ideias que sustentam o questionamento e invalidação constante da expressão de gênero de pessoas trans, que é muitas vezes associada à exigência de que se corresponda ao padrão heteronormativo e binário imposto a todas as identidades.

5. Garantia de Direitos com Luanda Pires

Nesse encontro foi apresentado o mote: “Visibilidade como instrumento de transformação”, lembrando a importância de

algumas datas fixas, no calendário nacional, para que possamos refletir e nos reavaliarmos, enquanto sociedade, independente de nossa identidade de gênero, orientação sexual, raça ou classe.

Foram destacados: o **29 de janeiro**, Dia Nacional da Visibilidade Trans, que objetiva promover reflexões sobre a cidadania de pessoas travestis e transexuais; o **17 de maio**, Dia Internacional de Combate a LGBTIfobia, em memória a maio de 1990, quando a Organização Mundial da Saúde, retirou a homossexualidade do rol da Classificação Internacional de Doenças; o **28 de junho**, Dia Internacional do Orgulho LGBT, em memória à Revolta de Stonewall, ocorrida em 1969, na cidade de Nova Iorque, como forma de resistência à perseguição e violência policial sofrida por frequentadores do Bar Stonewall Inn, desde então assumir-se LGBTI+ neste mundo, visando a luta por direitos e garantias, tornou-se uma prática do Movimento; o **25 de julho**, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, que remonta o ano de 1992, em que foi realizado o Primeiro Encontro de Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas, em Santo Domingo na República Dominicana, que além de propor a união entre as mulheres, visava denunciar o racismo e o machismo enfrentado por mulheres negras não só nas Américas como em todo o planeta; e o mês de agosto, que é o mês do Combate à Violência Doméstica e Familiar e também o mês da Visibilidade Lésbica.

Discutiu-se também sobre a responsabilidade da Administração Pública como meio de operacionalização dos serviços do Estado em benefício da coletividade e das Políticas Públicas como meio de efetivação de Garantias Constitucionais e de Promoção de Direitos Fundamentais, destacando a diferença entre uma Política de Estado, que está assegurada inde-

pendente do governo ou governante pois é amparada pela Constituição e por isso deverá ser realizada; e uma Política de Governo, que são projetos de governo transformados em políticas públicas e que podem ou não ter sequência com a alternância de poder. Daí a necessidade de políticas públicas direcionadas aos grupos historicamente minorizados para a diminuição das desigualdades e garantia do exercício pleno da cidadania para todos.

6. Vivências de Transmasculinidades Negras com Leonardo Peçanha

Foram apresentadas reflexões a partir de experiências empíricas das transmasculinidades negras brasileiras e compartilhadas de modo a estabelecer uma epistemologia transmasculina preta e sobretudo corroborar para que as demandas dessa população sejam olhadas com mais cuidado e as mudanças há muito necessárias se tornem realidade.

Foi debatido o caráter político da nomenclatura homem trans, diferente do termo transmasculinidades, que é um termo guarda-chuva, que abarca as diversas subjetividades e possibilidades de construção de identidade masculina, isto é, a categoria 'homem trans' é uma possibilidade abarcada por esse termo, mas não é a única. A nomenclatura homem trans, foi decidida como o nome político a ser utilizado por essa população para tratar das demandas e reivindicações, principalmente com relação às políticas públicas, durante o Primeiro Encontro Nacional de Homens Trans (ENAHT), realizado em 2015, em São Paulo, pelo Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). O evento também consolidou o dia 20 de fevereiro como Dia da Visibilidade dos Homens Trans e Pessoas Trans-

masculinas no Brasil.

No tocante às interseccionalidades transmasculinas, especialmente sobre a transmasculinidade negra, destacou-se o principal ponto que está sempre em discussão, que são as expectativas e pressões sociais historicamente relacionadas ao corpo negro, seja ele trans ou cisgênero. É comum que homens trans negros sofram uma pressão maior pela expressão de uma masculinidade exacerbadamente agressiva, viril e compulsoriamente heterossexual, como se o objetivo de todos eles fossem corresponder aos estereótipos atribuídos aos homens negros cisgêneros.

Eixo Propositivo: *Transpondo preconceitos e transformando o campo de atuação*

Esse foi o momento de idealização e estruturação de planos de ação, onde participantes do eixo formativo puderam olhar para suas realidades de trabalho ou militância, identificando pontos a serem transformados para garantia de direitos e promoção de saúde mental para pessoas trans e travestis. Totalizando 9h, foi composto de atividade de campo (mapeamento de demandas e recursos) e de dois (2) encontros, um para apresentação da pré-proposta realizada em grupo (com contribuição de colegas e da equipe do projeto), e outro para apresentação dos resultados alcançados e avaliação das ações.

Atividade de campo

Diálogo com pares sobre a vulnerabilidade a que está exposta a população trans, em especial mulheres transexuais e travestis negras, para definição de possibilidades, seja uma ação processual ou pontual.

Primeiro Encontro - “Pensando Políticas Públicas e compartilhando experiências”, com Yordanna Lara Pereira Rêgo¹

Detalhamento da atividade desenvolvida

O encontro teve como objetivo orientar as propostas de ações pontuais construídas pelas pessoas participantes durante o eixo formativo. Foi pontuada a necessidade das ações terem caráter informativo e formativo. E foi destacada a necessidade de produzirmos novas políticas públicas e repensarmos as políticas públicas já existentes a partir de uma abordagem interseccional. A interseccionalidade como ferramenta para pensar grupos em vulnerabilidade e as condições que reforçam essa vulnerabilidade, que passam por questões de gênero, orientação sexual, classe social, questões raciais e étnicas, de nacionalidade, geografia e geracionais, mas também o próprio Estado e contextos neoliberais que têm sido constantemente desconsiderados em suas interconexões.

Uma ferramenta de resistência, articulada com as políticas públicas, pode tornar essas em espaço de disputa pela inteligibilidade social contra as condições de precariedade politicamente induzidas. O que implica o estabelecimento de formas contra-hegemônicas de participação política e o direito das próprias pessoas trans e travestis de decidirem sobre si mesmas. Essas formas de participação necessitam, simultaneamente,

¹ Historiadora pela Universidade Federal de Goiás; Mestre em Antropologia Social/UFG; Membro pesquisadora do Trans/UFG, Membro fundadora do Coletivo TransAção/UFG; Pesquisadora do Sertão/UFG, Pesquisadora Rosa Parks Estudos Étnicos Raciais e de gênero/UFG, Pesquisadora do GEPEG/UFG e ativista dos Movimentos Sociais Negro e LGBTI.

reconhecer as pessoas trans e travestis diante dos laços sociais, em suas especificidades. Ao mesmo tempo, é necessário retirá-las da posição de objeto dos interesses e decisões de outras.

As pré-propostas apresentadas tinham o intuito de trazer possibilidades de uma reflexão mais ampla e coletiva, diante do quadro de discriminação, exclusão e genocídio historicamente estabelecido diante dos corpos dissidentes da norma cisheterossexual negres. Sempre com o objetivo de implementação e posterior avaliação, para que seja construído um aparato orientador, de caráter multiplicador.

As pré-propostas incluíram: fóruns formativos; vídeos formativos e informativos; e modelos de prevenção.

Segundo Encontro - *Avaliação dos resultados das propostas implementadas*

O intuito aqui passa por apresentar e avaliar os resultados alcançados, analisando o processo de construção e implementação da proposta, os resultados obtidos, e contando, para isso, com as contribuições de demais participantes, além de poder aprender a partir dos resultados dos outros grupos.

Eixo Multiplicador: *Disseminando experiências e germinando novas práticas*

A potência do projeto passa pela sustentabilidade das ações, no sentido de que possam ter continuidade, independente de seu período de atuação. Nesse sentido, um dos eixos do trabalho foi entregar materiais, reflexões e provocações que possam inspirar e convocar os participantes a agir pela saúde mental de pessoas trans e travestis. Em especial, com a inten-

ção de aumentar a mobilização de setores dos movimentos negro e lgbTqia+, assim como das políticas públicas de saúde. Abaixo, apresentamos as principais ações de multiplicação.

Podcasts

Primeiro episódio com o tema “*Políticas Públicas Aplicadas*”, com a participação de Fe Maidel (Assessora da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - Coordenadoria de políticas públicas para LGBTI).

Segundo episódio, intitulado “*Vivência e ativismo: contribuições para Políticas Públicas*”, com a participação de Symmy Larrat (Presidenta da ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos) e Dandara Rudsan (Integrante da RENFA - Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas).

Publicação

A presente publicação é, justamente, um instrumento para apresentar como se deu o desenvolvimento do projeto e a metodologia utilizada, no intuito de facilitar que a ação possa ser multiplicada.

Considerações finais

Entendendo que o racismo e o cissexismo são sistemas vigentes, em nossa sociedade, estruturando-a continuamente e, conseqüentemente, aniquilando vidas, o DIÁLOGO proposto por este projeto mantém-se indispensável para o enfrentamento da afronecrotransfobia, conceito trabalhado no eixo propositivo, pela Prof^a Yordanna Rêgo (2019).

Como explicou:

A Afronecrotrofobia é uma política de extermínio real e simbólico de pessoas negras de identidade trans, políticas que afetam o viver e tiram a vida. Tira da família, da escola e dos espaços públicos de lazer, cultura e esporte, restringe as redes de afeto e apoio, tira do mercado de trabalho, relegando a prostituição e subempregos. Tira a dignidade e nega cidadania ao esvaziar a eficiência e eficácia das poucas e precárias políticas públicas direcionadas à população. (RÊGO, 2019, p.179)

Oxalá o convite para uma reflexão coletiva, diante do quadro de violência vivido pela população trans, especialmente por travestis e mulheres transexuais negras, tenha possibilitado a compreensão de que as lutas antirracista e antitransfóbica não podem prescindir uma da outra. E, da mesma forma, as políticas integrais de saúde das populações negra e lgbTi+ não podem ser desenhadas e nem implementadas isoladamente.

Que o diálogo seja ampliado, que as práticas sejam aprimoradas e integradas, para que possamos responder a quem, verdadeiramente, vidas negras trans importam.

#VidasNegrasTransImportam

Referências

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Salvador: UFBA, 2012. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Programa de Pós- Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 171-188, 2005.

PRESTES, Clélia R. S. **Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver**. 2018. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências - Psicologia Social) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RÊGO, Yordanna Lara Pereira. **Combinamos de não morrer: transfobia, racismo e resistência à necropolítica entre pessoas trans negras em Goiás**. Accepted: 2021-08-12T12:35:14Z, 22 Feb 2021.

RÊGO, Yordanna Lara Pereira. **Reflexões sobre afronecrotransfobia: políticas de extermínio na periferia**. *Humanidades & Inovação*, v. 6, n. 16, p. 167-181, 18 Nov 2019.

ANEXOS

Quadro Cronológico dos Direitos da Diversidade Sexual e de Gênero²

ANO	LEI ou NORMA	DIREITO	EXPLICAÇÃO
1830	Código Criminal de 1830	Código a Fim da pena de morte pro práticas homossexuais Criminal de 1830	Na época do Brasil Colônia, homossexualidade era julgada como crime de sodomia e era punida com a morte. 1830, logo após a independência, o Código Criminal do Império deixou de criminalizar essa prática
1990	Código Criminal de 1830	Homossexualidade não é mais considerada doença	O "homossexualismo" (sic) era considerado "desvio sexual" (sic) pela Organização Mundial da Saúde desde 1942. Foi só em 1990 que a OMS finalmente declarou que "a homossexualidade não constitui doença e nem perversão". Nessa data - 17 de maio - é comemorado o dia internacional de luta contra a LGBTfobia.
1999	Resolução 01/99 do CFP	Proibição da "cura gay"	O Conselho Federal de Psicologia deixou de classificar a homossexualidade como doença em 1985, 5 anos antes da Organização Mundial da Saúde. Mas demorou mais de 14 anos para proibir psicólogos de oferecer tratamento e cura para a homossexualidade. Segundo a OMS, a "homossexualidade constitui uma variação natural da sexualidade humana".
2001 (apenas São Paulo)	Lei Estadual 10.948/01	Pune administrativamente a LGBTfobia	A recusa da utilização do nome social de travestis, transexuais e transgêneros caracteriza conduta discriminatória e pode ser denunciada ao Núcleo, com base na Lei Estadual 10.948/01, que prevê penalidades administrativas.
2001	Instrução Normativa DC/ INSS n.º 57 de 10/10/2001	Direito à pensão do INSS caso o/a companheiro/a morra ou seja preso/a	Casais heterossexuais e cisgêneros têm direito a uma pensão do INSS caso o companheiro morra ou seja preso. Esse direito era negado para casais homoafetivos até 2001. Mas a partir desse ano, por conta de um caso judicializado em Porto Alegre, o INSS passou a reconhecer esse direito para casais homossexuais, casados ou em união estável.

2008	Portaria SAS/ MS n.º 457, de 19 de agosto de 2008	Cirurgia para mulheres trans pelo SUS	Waldirene Nogueira foi a primeira pessoa a passar pela cirurgia no Brasil em 1971. O médico que fez a cirurgia foi condenado a dois anos de prisão por lesão corporal gravíssima. Em 2008 a cirurgia passou a ser oferecida pelo SUS, mas a fila de espera é bastante demorada.
2009	Portaria n.º 1.820/09 Ministério da Saúde	Respeito ao nome social no SUS	O respeito ao nome social é garantido pela Portaria 182/2009 do Ministério da Saúde. Para constar o nome social no cartão SUS, basta a solicitação em qualquer Unidade Básica de Saúde (UBS).
2010 (apenas São Paulo)	Decreto Estadual 55.588/10	Respeito ao nome social em órgãos públicos do Estado	O Decreto Estadual 55.588/10 estabelece expressamente a obrigação de respeito ao nome social de travestis e transexuais nos órgãos públicos.
2011	Resolução CFESS n.º 615, de 8 de setembro de 2011	Respeito ao nome social na Carteira de Trabalho	Assegura às pessoas travestis e transexuais, nos termos desta resolução, o direito à escolha de tratamento nominal a ser inserido na Cédula e na Carteira de Identidade Profissional, bem como nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do CFESS e dos CRESS (art 1º);
2011	Portaria n.º 2.836, de 1º dezembro de 2011	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Cria diretrizes para a promoção da saúde integral da população LGBT no SUS.
2013	Resolução CNJ no 172 de 2013, resultado da ADI 4277 e da ADPF 132 ambas de 2011	Casamento homoafetivo	Em 2011 o Supremo Tribunal Federal equiparou a união homossexual ou homoafetiva à heterossexual. Em 2013 o Conselho Nacional de Justiça regulamentou a decisão, obrigando os cartórios brasileiros a casar pessoas do mesmo sexo.

2014	Lei no 12.984/2014	Proibição de discriminar pessoas vivendo com HIV/AIDS	Pela lei, é proibido negar emprego ou trabalho, assim como demitir alguém por viver com HIV/AIDS. Também não é permitido divulgar a sorologia da pessoa nem negar vaga em escola para crianças vivendo com HIV/AIDS. A pena é de 1 a 5 anos de prisão.
2015	Art. 235 do Código Penal Militar (Decreto-Lei 1.001/1969), resultado da ADPF 291 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) no STF	Fim do crime militar por práticas homossexuais	Até 2015, a "pederastia" era crime militar, quando o Supremo Tribunal Federal entendeu que isso não era compatível com a Constituição, alterando o Código Penal Militar com a decisão.
2016	Decreto Federal n. 8.727, de 28 de abril de 2016	Respeito ao nome social em órgãos públicos e autarquias federais	Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
2016	Enunciado nº 30 (001/2016) do Conselho Nacional de Procuradores Gerais	Aplicação da Lei Maria da Penha para mulheres trans	A Lei Maria da Penha pode ser aplicada a mulheres transexuais e/ou travestis, independentemente de cirurgia de transgenitalização, alteração do nome ou sexo no documento civil (Aprovado na Reunião Ordinária do GNDH em 05/05/2016 e pelo Colegiado do CNPG em 15/06/2016).
2016	CNJ Provimento n.º 52/2016	Casais homossexuais pode registrar seus filhos biológicos	É comum em casais homoafetivos o uso de técnicas de reprodução assistida, como a inseminação artificial e "bebê de proveta". Até 2016, filhos gerados assim só podiam ter uma pessoa do casal como pai ou mãe. Em 2016 o CNJ decidiu que os filhos podiam ter os dois pais ou as duas mães no registro independentemente de ação judicial

2018	Provimento n. 73 do CNJ, resultado da ADI 4275/DF	Alteração dee registro civil de pessoas trans diretamente nos Cartórios	<p>O Supremo Tribunal Federal reconheceu por unanimidade o direito de pessoas trans corrigirem seus documentos diretamente nos Cartórios de Registro, sem necessidade de ação judicial, sem necessidade de realização de cirurgia de mudança de sexo, sem autorização judicial, e sem precisar passar por avaliação médica ou psicológica.</p> <p>Os ministros definiram que não há idade mínima para que alguém esteja apto a mudar o registro, mas o Provimento do CNJ fala apenas em maiores de 18 anos, ainda sendo necessária portanto uma ação judicial para alteração de nome de crianças e adolescentes. A ação foi ajuizada pela PGR (Procuradoria Geral da República) em 2009, que pediu para que fosse dada "interpretação conforme" a Constituição Federal ao artigo 58, da Lei 6.015/73, que disciplina os registros de pessoas naturais.</p>
2018	TSE Resolução n.o 23.562,2016	Inclusão do nome social em título de eleitor	<p>Em abril de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral permitiu o uso do nome social e identidade de gênero no título de eleitor, sem necessidade de alteração prévia em cartório ou via ação judicial.</p> <p>Um mês depois, mais de 6 mil eleitores já tinham atualizado seus títulos.</p>
2018	Lei 13.718/2018	Estupro corretivo é crime com agravante	<p>Mulheres lésbicas, bissexuais e homens trans costumam ser vítimas de estupro corretivo, com o propósito de alterar sua orientação sexual ou identidade de gênero. Em 2018, o Código Penal foi alterado pela Lei 13.718 para punir de forma mais grave o estupro praticado para tentar controlar o comportamento social ou sexual da vítima.</p>
2018	Lei 13.718/2018	Estupro corretivo é crime com agravante	<p>Mulheres lésbicas, bissexuais e homens trans costumam ser vítimas de estupro corretivo, com o propósito de alterar sua orientação sexual ou identidade de gênero. Em 2018, o Código Penal foi alterado pela Lei 13.718 para punir de forma mais grave o estupro praticado para tentar controlar o comportamento social ou sexual da vítima.</p>

2019	Portaria SUS n.º 1.370 de 2019	Cirurgia para homens trans pelo SUS	Homens trans só conquistaram o direito de realizar a cirurgia pelo SUS em 2019.
2019	ADO 26 e MI 4733 do STF permitem aplicação da Lei nº 7.716/1989	LGBTfobia passa a ser considerada crime	O STF decidiu que, enquanto o Congresso não passa uma lei específica para defender a população LGBT+, ela deve ser protegida pela Lei do Crime Racial (Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989), que protege outras minorias contra o preconceito. Além de raça, cor e etnia, essa lei também já proíbe a discriminação por religião e nacionalidade.
2020	ADI 5543 do STF	Homens que fazem sexo com outros homens podem doar sangue	O STF declarou a inconstitucionalidade do inciso IV, do Artigo 64, da Portaria nº 158, de 04 de fevereiro de 2016, do Ministério da Saúde e da alínea "d", do inciso XXX, do Artigo 25 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 034, de 11 de junho de 2014 da ANVISA, que colocava a prática sexual de indivíduos do sexo masculino que tivessem relações com outros indivíduos do mesmo sexo como prática de risco, tornando essas pessoas inaptas para a doação de sangue pelo período de 12 (doze) meses.
2022	11ª edição da Classificação Internacional de Doenças entre em vigor	Transexualidade não é mais considerada doença mental	Em 18 de junho de 2018, Organização Mundial da Saúde retirou do capítulo de doenças mentais os "transtornos de identidade de gênero". Com a mudança para "incongruência de gênero", a transexualidade vai para o capítulo sobre saúde sexual. A mudança entra em vigor em 2022.

2 Extraído do Livro: Saúde LGBTQIAP+: Práticas de Cuidado Transdisciplinar. Artigo: "Direitos da diversidade sexual e de gênero", elaborado por Heloíse Fruchi, Luanda Pires, Marina Ganzarolli e Paulo Iotti.

PARTICIPANTES DO PROJETO

Casa de Marias

Roda Terapêutica das Pretas

Perifanálise

Redes Pretas

Cooperativa de Artistas da Cidade Tiradentes

Núcleo Teatral Filhas da Dita

Articulação nacional de psicólogos/os negras/os e pesquisadores – ANPSINEP /Núcleo SP

Educadores do Projeto Prep 15-19 da Cidade Tiradentes

Aliança Pró-Saúde da População Negra

Centro de Referência e Treinamento em IST/AIDS do Estado de SP

DA Secretaria Municipal de Saúde - SP:

Pela Coordenadoria de Atenção Básica,
as Áreas Técnicas:

Saúde Mental

Saúde integral da população negra

Saúde integral da população LGBTI

Divisão de atenção primária

Coordenadorias Regionais de Saúde, com suas interlocuções LGBTI+, População Negra e Pessoa em situação de violência

Supervisão Técnica de Saúde de Pirituba

CECCO Jaraguá

Fontes: Forma DJR e Calluna

Papel: Pólen 80g/m³

Impressão: Gráfica Forma Certa

Realização:



Apoio:



Consulado Geral
da República Federal da Alemanha
São Paulo



ISBN: 978-65-88586-14-3



9 786588 586143